Órgão Central
do Partido Comunista
Português

Avante!

Proletários
de todos os países
UNI-VOS!

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 53 – Série VII – N.º 641
10 de Abril de 1986
Preço: 40$00

Propriedade do Partido Comunista Português **Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa**

Ferroviários da CP em contacto com a população

Em luta!

Governo lança a GNR contra os motoristas dos TIR em greve

Marcha dos vidreiros da Marinha Grande para Lisboa

Convirá ao Governo a inutilização da CP? A greve atinge dentro de dias um mês, sem que a «conciliação» do Ministério do Trabalho funcione. A desestabilização instala-se em todo o sector dos transportes. CGTP-IN acusa o Executivo de radicalizar os conflitos laborais.

Intervenção de Jerónimo de Sousa na AR. Pág. 1/**Semana**
Págs. 4 e 5/**Semana**

O TRABALHO DO PARTIDO

Continuam a realizar-se em todo o País plenários de organizações do Partido tendo como objectivos essenciais a análise da situação política e tarefas imediatas bem como a distribuição dos novos cartões. As organizações têm também promovido plenários de quadros como o da O. R. de Setúbal realizado no passado sábado no Barreiro (foto) e em que usou da palavra o camarada **Álvaro Cunhal** — Páginas centrais/**Semana**

Cavaco: a mentira

A comunicação do Primeiro-Ministro constituiu um colossal exercício de falsificação, de demagogia e de extrema desonestidade política.

Com efeito, o Primeiro-Ministro teve o arrojo de apresentar as alterações introduzidas no Orçamento de Estado pelos partidos da oposição democrática como altamente lesivas dos interesses do povo e do País, quando na verdade tais alterações se traduziram em indiscutíveis benefícios sociais, designadamente com o desagravamento dos impostos que recaem sobre os trabalhadores, com o aumento das verbas para as autarquias, com o reforço das verbas para a acção social escolar (especialmente para o leite fornecido nas escolas às crianças), etc.

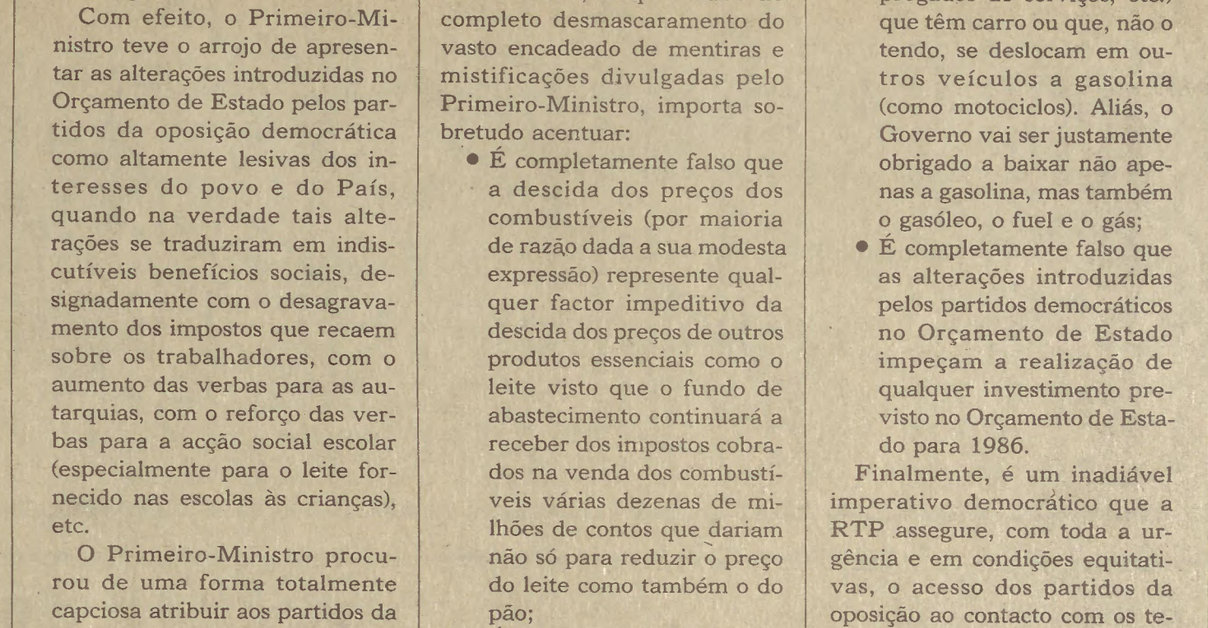
O Primeiro-Ministro procurou de uma forma totalmente capciosa atribuir aos partidos da oposição responsabilidades e consequências que derivam em linha directa da política governamental e do Orçamento de Estado apresentado pelo Governo e que, *no essencial*, se manteve, com o voto contra do PCP.

Na impossibilidade de, neste comentário, se proceder ao completo desmascaramento do vasto encadeado de mentiras e mistificações divulgadas pelo Primeiro-Ministro, importa sobretudo acentuar:

- É completamente falso que a descida dos preços dos combustíveis (por maioria de razão dada a sua modesta expressão) represente qualquer factor impeditivo da descida dos preços de outros produtos essenciais como o leite visto que o fundo de abastecimento continuará a receber dos impostos cobrados na venda dos combustíveis várias dezenas de milhões de contos que dariam não só para reduzir o preço do leite como também o do pão;
- É completamente falso que a baixa do preço da gasolina seja uma medida que favorece apenas estratos sociais de elevados rendimentos, **pois é uma grosseira mistificação incluir em tal grupo** centenas de milhar de portugueses (entre os quais empregados de serviços, etc.) que têm carro ou que, não o tendo, se deslocam em outros veículos a gasolina (como motociclos). Aliás, o Governo vai ser justamente obrigado a baixar não apenas a gasolina, mas também o gasóleo, o fuel e o gás;
- É completamente falso que as alterações introduzidas pelos partidos democráticos no Orçamento de Estado impeçam a realização de qualquer investimento previsto no Orçamento de Estado para 1986.

Finalmente, é um inadiável imperativo democrático que a RTP assegure, com toda a urgência e em condições equitativas, o acesso dos partidos da oposição ao contacto com os telespectadores, com vista à divulgação das suas posições relativamente à comunicação do Primeiro-Ministro.

A SIP do CC do PCP



XIII CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA BÚLGARO

Tudo pelo homem

Reportagem de João Chasqueira, enviado especial do «Avante!»●Págs. 1, 2 e 3/**Em Foco**

Editorial

Avante!

Ano 53 – Série VII
N.º 641
10 de Abril de 1986
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Realidade e ficção da política de Cavaco

Nos dias actuais a ficção e a realidade da política que o Governo minoritário de direita se esforça por impor ao País adquirem, manifestamente, contornos esclarecedores e precisos.

A comunicação televisiva de anteontem à noite do Primeiro-Ministro, no seu estilo arrogante e auto-suficiente, exprime com meridiana verdade a hipocrisia da política governante da direita no momento actual.

Num país onde as instituições e as conquistas democráticas do 25 de Abril têm resistido a uma prolongada e feroz ofensiva das forças restauracionistas, o Governo Cavaco/PSD revela de forma notória o seu verdadeiro cariz autoritário, intolerante, chantagista e antidemocrático afivelando com demagogia uma máscara de recta conduta e de eficácia governativa que o real quotidiano a cada passo desmente.

Cavaco disse anteontem que o Povo português lhe deu o voto e a confiança para governar. É uma dupla mentira. O povo não lhe deu nem uma coisa nem outra.

O Governo do PSD é minoritário não apenas em termos parlamentares — é-o também, e em escala crescente, em termos políticos e sobretudo em termos sociais.

Cavaco afirmou que o seu Governo é uma garantia de estabilidade e de progresso. Os factos desmentem-no de maneira incontroversa.

O Governo Cavaco/PSD não é um órgão de estabilidade e pacificação da vida portuguesa. A estabilidade e a pacificação assentam no respeito pelas regras democráticas, na necessária abertura às propostas, sugestões e críticas alheias à área do Governo (às vezes da sua própria área), na busca de soluções acertadas (e concertadas) para os graves problemas do povo e do País com uma clara vontade política de os resolver em prazos consentâneos e de maneira cabal.

Este Governo não é de pacificação, mas de confrontação. Os factos o comprovam.

De confrontação institucional, desde já contra o órgão de soberania ao qual a Constituição confere a função fiscalizadora mais responsável dos actos e da política do Governo — a Assembleia da República — que, de maneira exemplar, acaba de exercer essa função e esse direito na discussão do Orçamento do Estado.

De confrontação política, arremetendo contra tudo e contra todos os que objectam ou discordam da orientação e da prática governativas na condução dos negócios do Estado e da vida colectiva dos cidadãos. Cavaco disse anteontem, com a jactância que os portugueses lhe conhecem, que «nada nem ninguém o desviará» dos seus objectivos.

De confrontação social, movendo uma guerra aberta contra os trabalhadores e as classes, camadas e sectores intermédios da população; ressuscitando métodos de repressão violenta tão do agrado do ministro da Administração Interna, Eurico de Melo, como se comprovou agora no conflito laboral com os camionistas de longo curso e com as populações de Alvoco da Serra, Aguincho, Outeiro da Vinha e Vasco Esteves de Baixo e de Cima do concelho de Seia.

Os últimos episódios da «crise do orçamento», que anteontem mereceu as invectivas e ameaças de retaliação do Primeiro-Ministro são ilustrativos dos propósitos de confrontação que animam no momento actual os actos do Governo Cavaco/PSD.

Como é do conhecimento público, a oposição parlamentar impôs na Assembleia da República, depois de um exaustivo e criterioso trabalho especializado nas Comissões Parlamentares, alterações substanciais ao projecto do OE apresentado pelo Governo.

Durante cerca de 15 dias de um exame aprofundado, deputados da oposição — alguns deles destacados economistas com larga experiência de gestão económica e financeira —, em constante debate e contacto com os membros do Governo, elaboraram um parecer que, submetido ao Plenário da AR, obteve em capítulos essenciais a aprovação da maioria dos deputados.

As alterações aprovadas incidiram sobre as receitas e despesas que se contabilizaram num saldo de 15 milhões de contos.

No capítulo das despesas destacam-se algumas de significado social e económico evidentes: maiores dotações para algumas empresas públicas, designadamente EDP, transportes públicos e Anop; a redução dos juros de empréstimos externos num montante superior a 5,4 milhões de contos; o aumento das dotações para as autarquias locais em mais de 3,8 milhões de contos, além disso submetidos a um critério de equidade que o projecto do Governo adulterava.

No capítulo das receitas, a diminuição em 8 milhões de contos do Imposto Profissional, de 1 milhão no Imposto Complementar; o aumento da estimativa do Governo para o Imposto de Capitais no montante de 5 milhões de contos.

Foi igualmente aprovada a redução do preço dos combustíveis que o Governo não considerava no projecto inicial, mas de que, no final da discussão na generalidade, o Primeiro-Ministro, numa clara manobra chantagista contra o Parlamento, prometeu fazer em margens irrisórias e mesmo assim excluindo a gasolina, na sua opinião um produto de consumo só para «ricos»...

Foi posto fim ao papel selado.

Na prática, as alterações introduzidas pela AR corrigiram algumas flagrantes injustiças do Orçamento, mas não alteraram o carácter classista do projecto inicial do Governo de direita.

O PCP, que deu para as alterações positivas do OE uma contribuição decisiva, e que com o voto dos seus deputados permitiu que fossem aprovadas, foi depois na votação global o único partido que, de maneira coerente, votou contra este Orçamento classista.

A comunicação televisiva de anteontem do Primeiro-Ministro — que preferiu não a fazer em sede da AR, mas produzir sem possibilidades imediatas de contestação pública pela oposição democrática através dos mesmos meios de audiência de massas controlados pelo Governo, como a TV, — é uma manifestação inqualificável do desrespeito pelas regras democráticas e da demagogia do Governo minoritário de direita.

Na conferência de Imprensa dada pelo Grupo Parlamentar do PSD, logo que foram tornadas públicas as conclusões da Comissão Parlamentar de Economia e Finanças, o chefe do grupo, António Capucho, referindo-se às alterações introduzidas classificou-as depreciativamente dizendo que «a montanha pariu um rato».

Na tribuna do Governo o ministro Cadilhe, com a arrogância própria dos tecnocratas da extrema-direita, já pretendeu dizer que o «rato» tinha afinal uma grande força «macroeconómica» para endossar desde logo à oposição o eventual fracasso da política económica e financeira do Governo.

As retaliações agora anunciadas pelo Primeiro-Ministro contra as decisões da maioria da AR, constituem, como é dito na nota do PCP do próprio dia 8 «um colossal exercício de falsificação, de demagogia e de extrema desonestidade política».

A comunicação do Primeiro-Ministro, justificando injustamente com as alterações introduzidas pela AR inadmissíveis restrições orçamentais de séria incidência social e económica, é já de si uma confissão prévia da falência política do Governo do PSD e uma grosseira tentativa de a endossar desde já à responsabilidade da oposição.

No «comentário da SIP do PCP» — que noutro lugar publicamos — é desmontada a manobra demagógica e desonesta do Governo e, naturalmente, reivindicado para a oposição democrática o direito de contestação nas mesmas formas concedidas ao PM.

Nesta «crise do orçamento» ficou demonstrado o carácter de confrontação institucional e política do Governo Cavaco/PSD.

É contudo no plano social que a política de confrontação do Governo minoritário de direita assume aspectos dos mais gravosos.

Para um observador político minimamente informado é indubitável que as importantes lutas populares dos últimos dias, algumas ainda em curso, não são um produto da «agitação política», como o Governo e toda a direita que o apoia procuram sustentar, mas o resultado de uma situação objectiva, de uma política social abertamente conduzida contra os trabalhadores e outras camadas laboriosas do povo pelos actuais governantes.

O Governo Cavaco é do mesmo partido que durante mais de seis anos e particularmente nos últimos três tem uma responsabilidade fundamental no agravamento dos problemas que mais afectam a vida do povo.

É sintomático que na defesa das posições actuais do Governo se tenham destacado na AR deputados tão comprometidos com o anterior Governo e com a anterior maioria parlamentar como Rui Machete, penúltimo vice-primeiro-ministro, Amândio de Azevedo, penúltimo ministro do Trabalho, e António Capucho que continua como chefe do Grupo Parlamentar do PSD na actual AR.

O Governo Cavaco/PSD nada fez para resolver o pungente drama dos salários em atraso. Na segunda metade de 1985 — e tudo mostra que a situação se agravou ainda mais — sob o Governo Cavaco/PSD o número oficial de empresas afectadas subiu de 679 para 2838 (mais 220%!) o dos trabalhadores de 96 886 para 120 127 (mais 24%!), o montante dos salários em dívida de 21 480 729 contos para 34 298 109 (mais 60%!) e a média das dívidas por trabalhador de 221,7 contos para 285,5 (mais 22%!).

O Governo afirma de fachada que não tem que interferir nos conflitos do trabalho mas mobiliza forças repressivas sempre em apoio dos interesses e a pedido dos sectores patronais contra os trabalhadores, e ameaça penalizar as empresas que — em resultado da firme luta dos trabalhadores — cedam em aumentos de salários que ultrapassem o «tecto» salarial de 15% que o Governo quer impor.

As importantes lutas de massas em curso mostram a determinação da classe operária, dos trabalhadores e restantes camadas populares afectadas pela política do Governo em fazer frente à guerra social que lhes é movida pelos governantes e à ofensiva patronal que lhes recusa a satisfação de sentidas e elementares reivindicações.

Os trabalhadores ferroviários, há mais de vinte dias em greve intermitente, insistem pela solução de graves problemas salariais que a CP teima em não resolver. É uma luta que se impõe à compreensão e solidariedade de todos os que são afectados pelas irregularidades e falta de transportes.

A teimosia dos gestores da CP em não virem ao encontro das justas reivindicações dos trabalhadores está a prejudicar gravemente a própria economia nacional.

O mesmo relativamente aos camionistas de longo curso, cujo trabalho se reveste de extrema dureza e que exigem do patronato remunerações mais justas e condições de trabalho mais humanas.

O bloqueio das estradas internacionais na fronteira por centenas de camiões TIR é uma forma de luta a que tiveram de recorrer para fazer ouvir a sua voz. É, aliás, uma luta que está motivando a solidariedade activa dos camionistas TIR do outro lado da fronteira e escusado será dizer que os sérios prejuízos causados à economia nacional pela justa forma de luta dos camionistas de longo curso são da inteira responsabilidade dos patrões e do Governo que em Alverca chegou a mobilizar contra os trabalhadores uma importante força da GNR.

A marcha até Lisboa dos vidreiros da cristalaria da Marinha Grande, que não obteve resposta satisfatória do Governo nas suas diligências, pôs em evidência a situação de uma classe onde o drama dos salários em atraso e do desemprego está provocando efeitos desastrosos.

O desemprego ameaça centenas de trabalhadores da IVIMA, da Roldão e de outras empresas vidreiras, a firmeza da luta dos operários vidreiros da Marinha suscita a solidariedade de classe de muitos outros trabalhadores.

É significativo que à passagem dos vidreiros pelo terminal TIR em Alverca se tenha manifestado não só a solidariedade dos camionistas, mas dos trabalhadores da Mague que pararam o trabalho e vieram para a rua solidarizar-se com a marcha, cujos participantes contaram com a carinhosa ajuda material e moral de trabalhadores e reformados de todas as localidades por onde passaram.

Os operários da ORMIS, à beira do encerramento, da Novobra, da Grundig, do Entreposto de Setúbal, da A.M. Almeida, os enfermeiros do Hospital Miguel Bombarda e muitos outros, enfrentam situações de desemprego, miséria e fome que justificam a luta corajosa que ganha cada vez mais amplitude no plano nacional.

É o agravamento da situação dos trabalhadores e do povo que pressiona para uma necessária alternativa democrática ao Governo Cavaco/PSD e à sua política.

A realidade da situação nacional sobressai da ficção política do Governo.

Trabalhar para uma alternativa ao Governo, dialogar, encontrar novos caminhos de convergência é um dever indeclinável das forças democráticas.

Resumo

2
Quarta-feira

150 trabalhadores vidreiros marcham até Lisboa com o intuito de exigirem a defesa dos 2500 postos de trabalho do sector em perigo na Marinha Grande ■ Os trabalhadores da Administração Local manifestam-se frente ao Ministério da Administração Interna pela alteração do actual sistema de carreiras ■ O Presidente do Partido Socialista, António Macedo, é hospitalizado em Lisboa ■ No décimo aniversário da Constituição da República Portuguesa, a CGTP-IN afirma que a melhor homenagem dos trabalhadores à lei fundamental do país é «redobrarem esforços conjugados e acções comuns para obrigarem o Governo a respeitá-la» ■ Jaime Gama confirma a sua candidatura ao cargo de secretário-geral do PS ■ Inicia-se, em Sófia, o XIII Congresso do Partido Comunista Búlgaro ■ Explosão a bordo de um avião da TWA, que fazia a ligação Roma-Cairo, provoca 2 mortos, um desaparecido e 20 feridos ■ Após as autoridades terem levantado a medida de exílio interno, Winnie Mandela regressa a sua casa no Soweto.

3
Quinta-feira

Em comunicado, a CGTP-IN acusa o Governo de ser o «exclusivo responsável» pelo «forte agravamento dos confli-

Governo é responsável pelos conflitos

tos sociais e laborais que se têm registado nos últimos dias» ■ A Comissão Portuguesa do Ano Internacional da Paz acusa as entidades governamentais de «não colaborarem com a ONU na promoção de acções de sensibilização e mobilização da opinião pública em defesa da Paz e do desarmamento» ■ Os enfermeiros do Hospital Miguel Bombarda iniciam um segundo período de greve de 48 horas como protesto pela degradação dos cuidados de saúde por eles prestados ■ O Governo do Perú encerra a delegação do Fundo Monetário Internacional em Lima ■ Mikhail Gorbatchov afirma, em entrevista a um semanário argelino, que «as relações entre a União Soviética e os Estados Unidos estão num período difícil».

4
Sexta-feira

Acaba o debate sobre o Orçamento de Estado. Para o PCP, as alterações introduzidas à proposta do Governo «são positivas mas não suficientes» ■ Em jantar promovido pela Câmara de Comércio Luso-Alemã, Cavaco Silva diz aos empresários que «o Governo usará todos os instrumentos de persuasão para que os salários não aumentem acima dos 15 a 16 por cento» ■ Os trabalhadores metalúrgicos conseguem furar o tecto salarial ao chegarem a acordo com as associações patronais do sector sobre um aumento de 18,5 por cento ■ Os 150 trabalhadores vidreiros vindos da Marinha Grande che-

Vidreiros chegam a Lisboa

gam a Lisboa e concentram-se frente ao Ministério do Comércio e Indústria ■ O exército nicaraguense arma uma emboscada a um grupo de mais de 250 contra-revolucionários junto da fronteira com as Honduras. Segundo Manágua, registaram-se violentos combates ■ Segundo o jornal norte-americano «Wall Street Journal», os Estados Unidos preparam uma nova agressão armada contra a Líbia, visando «golpes muito mais potentes em alvos militares e económicos».

5
Sábado

No final do seminário promovido pela revista «Economia-EC», que se realizou no Instituto Superior de Economia, os participantes concluem que é «necessário, vantajoso, razoável sob o ponto de vista político e materialmente possível a redução dos preços dos combustíveis líquidos e gasosos» ■ Lencastre Bernardo, tenente-coronel na reserva, é desde hoje o secretário-geral do PRD, tendo sido eleito durante a reunião do Conselho Nacional deste partido que se realiza em Aveiro ■ A estrada nacional n.º 10 é cortada por cerca de setecentas pessoas no lugar de Candeeiros. Os populares exigem uma solução rápida para o problema dos esgotos a céu aberto da vila de Benedita ■ No final do encontro semanal com o presidente da República, Cavaco Silva afirma aos jornalistas que as alterações introduzidas no Orçamento de Estado «são mais alguns obstáculos» para a realização da política governamental ■ Caspar Weinberger, secretário da Defesa dos Estados Unidos, afirma em Tóquio que o seu país poderá retomar a qualquer momento as manobras navais no golfo de Sidra, na costa líbia.

6
Domingo

Em entrevista ao programa radiofónico «Clube de Imprens», Álvaro Cunhal salienta que o PCP está «muito bem, muito unido, muito forte» ■ No final da reunião da Comissão Política do MDP/CDE, que durou todo o fim-de-semana, este partido congratula-se com o entendimento entre os partidos democráticos verificado na Assembleia da República ■ O Conselho Nacional do PRD considera que «em democracia há sempre alternativas e o actual quadro parlamentar, claramente, não as exclui» ■ Termina, em Setúbal, o IV Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património. O encontro prolongou-se por dois dias ■ A agência TASS afirma que se os Estados Unidos realizarem o ensaio nuclear programado para dia 8 no deserto do Nevada, a União Soviética ver-se-á obrigada a reatar o seu programa militar atómico e a pôr fim à moratória unilateral em vigor desde 6 de Agosto de 1985 ■ O Parlamento Latino-Americano condena a intervenção aberta do governo e de sectores do Congresso dos Estados Unidos nos assuntos internos da Nicarágua. A moção foi aprovada durante a Assembleia Extraordinária do Parlamento Latino-Americano que se realizou na Cidade da Guatemala.

7
Segunda-feira

Dia Mundial da Saúde

Dia Mundial da Saúde ■ Activistas sindicais dos ferroviários fazem vigília de 24 horas frente ao Ministério dos Transportes. Os trabalhadores, que lutam por aumentos salariais, cumprem o seu vigésimo dia de greve ■ A greve que há duas semanas cumprem os trabalhadores dos Transportes Internacionais Rodoviários alastra os terminais fronteiriços de Vilar Formoso e Caia. Em Alverca, mais de quatrocentos camiões paralisam o terminal ■ Cavaco Silva convoca uma reunião extraordinária do Conselho de Ministros ■ Com a chegada do secretário norte-americano da Defesa às Filipinas, sucedem-se neste país as manifestações anti-americanas ■ A aviação israelita bombardea os arredores da cidade libanesa de Saída.

8
Terça-feira

Continua a greve dos TIR pela revisão do CCT. O Governo, em vez de promover a conciliação através do Ministério do Trabalho, faz avançar a GNR. A imobilização dos camiões não dificulta o trânsito ■ Os Estados Unidos, informa oficialmente o Pentágono, suspenderam explosão nuclear prevista. A decisão, a não ser tomada afectaria a moratória decretada em 6 de Agosto pela União Soviética ■ Washington prossegue com a campanha anti-Líbia. A administração Reagan pede aos países aliados que «expulsem» diplomatas líbios «suspeitos» ■ Um relatório divulgado em Joanesburgo revela que a repressão fez 171 mortos em Março ■ Chirac, primeiro-ministro francês, propõe-se iniciar uma campanha de reprivatização da economia, a começar pela Banca e pelos Seguros ■ Organizações sindicais da Função Pública, em Lisboa e no Porto consideram as alterações ao OE, introduzidas pela AR, uma importante vitória da sua luta, apesar de a verba para os seus salários não ter sido aumentada ■ O Primeiro-Ministro Cavaco Silva disse na Televisão que a baixa da gasolina não é compatível com a do leite ■ Prossegue e vai intensificar-se a greve na CP. Prevê-em-se outras lutas nos transportes.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*, Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º – 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL.* **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57 - 2.º – 1000 Lisboa Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra Tel. 26394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50 *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora

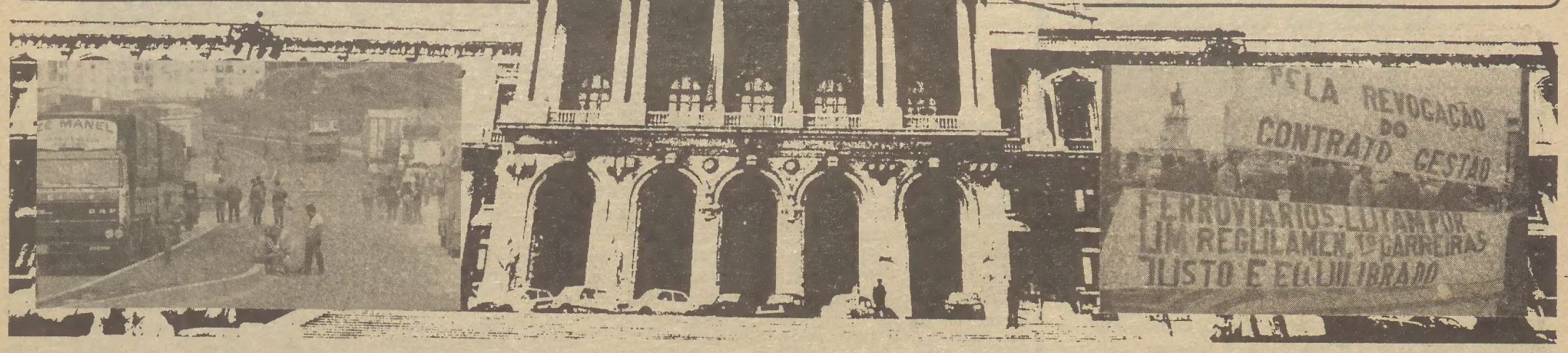
Depósito legal n.º 205/86

Tiragem média do mês de Fevereiro: 34 100

Semana

Avante!

Ano 53 – Série VII
N.º 641
10 de Abril de 1986
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente



Luta dos TIR e da CP na Assembleia da República pela voz do PCP

• Patronato e Governo de mãos dadas contra os trabalhadores

Para os comunistas, a luta política nasce da própria realidade, é o próprio movimento de massas que lhe define os traços essenciais. Por isso mesmo, as iniciativas do PCP a nível parlamentar têm as suas raízes nas aspirações populares, nos interesses dos trabalhadores e do povo. Por isso também as lutas que se vivem no país são levadas à Assembleia da República. Como aconteceu na passada terça-feira, pela voz do deputado comunista Jerónimo de Sousa, que levou à AR os problemas dos trabalhadores ferroviários e rodoviários em luta, denunciando a irresponsabilidade do Governo e a sua «política de lava-mãos quando estão em causa interesses dos utentes e da economia nacional».

Alertando a Assembleia para a gravidade da situação que os dois conflitos laborais trouxeram a lume, o deputado comunista anunciou que o PCP irá tomar as iniciativas necessárias para que o ministro da tutela se desloque à AR a fim de prestar informações sobre a situação. E sublinhou ser oportuno preparar-se uma sessão de perguntas ao Governo sobre salários, nomeadamente quanto aos tectos salariais.

No mundo laboral para além das reivindicações e lutas de vários sectores existem actualmente dois conflitos que estão a atingir vastas proporções no plano económico e social cujas consequências reclamam a atenção e a intervenção urgente das instituições democráticas.

Referimo-nos concretamente à luta dos trabalhadores dos transportes públicos de mercadorias e dos ferroviários. Uma e outra têm como origem a recusa ao dialogo e à negociação séria por parte do patronato e do Conselho de Gerência da CP. Numa e noutra o imposicionismo patronal ultrapassa questões meramente economicistas e vai contra a dignidade profissional dos trabalhadores a que não são alheios o estilo, as afirmações públicas e as responsabilidades do actual Governo.

A intransigência da ANTRAM

Vale a pena relatar os factos.

No sector dos transportes públicos de mercadorias o patronato organizado na ANTRAM é conhecido em todas as negociações da contratação colectiva como mentor do confronto, jogando sempre nas características e na dispersão dos trabalhadores. Perante a sua dureza de posições os trabalhadores entregaram um pré-aviso de greve com a respectiva antecedência de cinco dias que seria, ou não, concretizada a 31 de Março passado, caso no dia 26 e 27 do mesmo mês a ANTRAM mantivesse ou alterasse a sua posição fechada e paralisante à mesa das negociações. A única resposta da ANTRAM foi provocar a ruptura e recusar-se a continuar a negociar.

Os trabalhadores dos TIR, com salários três vezes inferiores aos camionistas dos países da CEE, que conhecem uma das profissões mais duras do mundo do trabalho, para quem é importante, por exemplo, ver o direito expresso no contrato de ter um simples aquecimento na cabina que ajude a passar melhor uma noite nos Alpes, na Áustria ou na França, que têm sentido a degradação do seu poder de compra recorreram a formas de luta superiores, reclamando como objectivo imediato o recomeço das negociações.

O Governo manda a GNR

A primeira e significativa atitude do Governo foi procurar resolver o conflito através do envio e do envolvimento directo da GNR que neste momento, nomeadamente no terminal de Alverca impede o exercício da actividade sindical e mandou deslocar para a fronteira de Vilar Formoso cerca de 300 efectivos acompanhados de uma grua gigante e cães polícias. Tardiamente verificam-se alguns esforços do Ministério do Trabalho para sentar as partes envolvidas no conflito. Só que a atitude primária do Governo veio reforçar o comportamento fechado da ANTRAM que agora se dá ao luxo de se recusar a deslocar-se ao Ministério do Trabalho. Em contrapartida a Federação Sindical representativa do sector, a convite do Ministério, apresentou uma proposta para negociar, continuando disponível para o diálogo. As consequências económicas para o país estão a agravar-se, nomeadamente no plano de importações vitais para muitas empresas, enquanto a ANTRAM se julga impune e não garante que amanhã apareça à terceira tentativa de reunião. Antes disso o Ministro do Trabalho recusa-se por agora a receber as estruturas dos trabalhadores. A arrogância da ANTRAM mantém-se. Perde o país, perdem os trabalhadores.

Longo processo na CP

A segunda situação grave para a qual queremos alertar a Assembleia da República é aquela que hoje se vive na CP, corolário de um longo processo que teve a sua origem na apresentação de uma proposta de regulamento de carreiras por parte do Conselho de Gerência em Setembro de 1984.

Com base num estudo realizado por uma empresa espanhola que custou mais de 55 mil contos, e partindo da equiparação escalonar das carreiras industrial, trens e revisão, estações e administrativa, entabularam-se as negociações entre as partes. Em 8 de Julho de 85, o CG publica uma circular interna a informar que uma organização sindical pretendia ver os seus associados num escalão superior, afirmando que tal reivindicação era inaceitável por ser geradora de graves conflitos no seio da empresa. Surpreendentemente em 11/7/85 é o próprio CG que apresenta e aplica o regulamento de carreiras para estações e maquinistas (neste último caso acima mesmo do que era reivindicado pela organização sindical representativa). Perante esta decisão injusta e discriminatória, os trabalhadores vêem-se na contingência de recorrer a formas de luta em Agosto do ano passado. Mas a CG sabia que nas oficinas um dia de greve vale sempre o que vale. A Federação Sindical do sector insistiu na negociação, no diálogo, contactou com as instituições, procurou serenamente usar todos os meios legais e constitucionais a seu alcance para que fosse reparada a injustiça. Esgotadas que foram pela Federação todas as hipóteses de negociação concreta com resultados concretos, o CG obrigou os trabalhadores ferroviários ao recurso a formas de luta superiores e prolongadas, desencadeadas a partir de 19 de Março passado. Para além da questão central do regulamento de carreiras, o CG, na discussão do acordo de empresa, insiste na aplicação do tecto salarial de 16,4% anunciado por Cavaco e Silva e abandonado durante o debate orçamental.

Indiferença ao interesse público

Indiferentes à sorte da empresa e à sua degradação, de costas voltadas para os efeitos que recaem sobre milhares e milhares de utentes que diariamente usam os pequenos comboios que ainda circulam superlotados e em péssimas condições, mudo e quedo perante as consequências que se começam a fazer sentir em muitas empresas (algumas a laborar a 10%) devido à não circulação de comboios de mercadorias, escondendo à opinião pública que só os prejuízos da imobilização motora dariam para repor a equiparação escalonar distorcida pelo CG, o Governo e o Conselho de Gerência da CP, na mira de voltar os utentes contra quem tem tanta razão para lutar, vão dizendo aos representantes dos trabalhadores que a Secretaria de Estado dos Transportes não pode interferir no conflito, que o CG não tem orientações nem aval da Secretaria de Estado dos Transportes e o Ministério do Trabalho limita-se a afirmar que está cá apenas para conciliar.

Didier Daeninckx

Didier Daeninckx é um dos nomes mais destacados da nova e fecunda geração dos romancistas policiais franceses. Sem dúvida um dos mais interessantes e mais vivos. Neste seu livro, que mereceu o Prémio Paul Vaillant-Couturier Grande Prémio da Literatura Policial 1984, insere a sua trama policial num dos momentos mais dramáticos da recente história da França.

Crimes para arquivar
CAMINHO DE BOLSO
TEXTO INTEGRAL

À VENDA

a Talhe de FOICE

Pretextos e «argumentos»

O homem ameaçara, por isso toda a gente estava à espera.
O homem tinha e tem à sua disposição o mais determinante meio de comunicação social, por isso ninguém se espantou.
O homem deitou contas à vida dos seus – isto é, daqueles poucos cujos interesses defende contra a maioria —, deitou contas à política dos seus, deixou a ira fermentar e foi à TV botar faladura.
Irritadíssimo, parecia, este Primeiro-Ministro.
Como se alguém lhe tivesse pregado uma partida, daquelas que não se fazem.
Amargurado e triste, o Primeiro-Ministro, como se na realidade a oposição tivesse tirado da boca das crianças o leite que ele lá não pôs, como se os partidos democráticos houvessem na verdade impedido a baixa do preço do pão e aumentassem a fome.
Indignado, o Presidente do Conselho, como se deveras a Assembleia tivesse «invadido» os seus poderes para favorecer um punhado de capitalistas.
Sob estas aparências todas — que já eram esperadas porque furaram as contas do homem, porque ele já ameaçara «falar ao país», porque ele tem, veneradora e obrigada, uma televisão ao dispor —, sob estas aparências todas esconde-se (e muita gente o sabe, mas não toda) a tentativa de «tornear» a situação, que é como quem diz a própria lei, de arranjar pretexto para agravar a sua política de fazer pagar aos trabalhadores o preço da crise, lançando agora as culpas sobre quem se lhe opõe.
Os argumentos do Primeiro, todos eles, caem pela base à mínima olhadela atenta. Ficam-lhe, pois, as aparências.
Pois não é verdade que a Assembleia agiu no uso dos seus poderes e competências?
Pois não é mentira que haja por aí um milhão de ricos — quer dizer todos os proprietários de veículos a gasolina?
Pois não é verdade que o que baixou foram os preços dos combustíveis e não só os da gasolina — e que não são ricos apenas os que usam o fuel, o gasóleo e até o gás engarrafado?
Pois não é verdade que o Fundo de Abastecimentos continua a receber impostos sobre os combustíveis, dinheiro que permitiria baixar os preços do pão, do leite e de outros produtos essenciais cujo acesso os mais desfavorecidos vê limitado?
Pois não é verdade que o Primeiro e o seu Governo minoritário, exorbitando das suas competências, eles sim, administrando contra a Constituição, se preparam para legislar como o têm feito, em desfavor da grande maioria da população? Que contam dar a volta ao saco do dinheiro público e diminuir investimentos sob o pretexto agora invocado de que a oposição retira conteúdo à sua política económica e lhes baralha as contas?
Se os argumentos do Primeiro são tão frouxos que a mínima olhadela atenta os deita por terra, as aparências — irritação, amargura e tristeza, indignação — a vestirem de razão as palavras de Cavaco, são um poderoso esforço de propaganda. Os adversários da sua política não têm as mesmas facilidades para vir explicar na TV, aos portugueses, as razões das suas emendas positivas e para desmentirem os argumentos do chefe do Governo.
O entendimento entre as forças que se opõem à política de direita dos minoritários no poder, tem de ir mais longe do que emendar, positivamente embora, os estragos deste Governo. Se souberem entender-se têm, à partida, os poderes, as competências e, o que é mais importante, a maioria e o apoio social para uma alternativa democrática.

■ L M

Assembleia da República

Carlos Brito no final da votação do Orçamento

«As alterações muito positivas introduzidas na lei do Orçamento não são suficientes para alterar o seu conteúdo e sentido essenciais»

Com a aprovação do Orçamento dò Estado muitas alterações foram feitas à proposta inicial apresentada pelo Governo.
De realçar o desagravamento do imposto profissional e complementar, a diminuição dos preços dos combustíveis e ainda a suspensão dos processos de execução fiscal em que os executados sejam trabalhadores com salários em atraso.
Estas alterações só foram possíveis graças aos votos favoráveis do PS, PRD, PCP e MDP/CDE.

A anulação do papel selado, a integração no Orçamento dos meios financeiros provenientes dos acordos de defesa celebrados entre Portugal e outros países e a abolição do imposto de camionagem (a entrar progressivmente em vigor até final do ano) são algumas das alterações introduzidas. Foram igualmente aprovadas diversas isenções ao IVA e atribuído às Associações de Defesa do Património e do Ambiente dos mesmos benefícios fiscais atribuídos às pessoas colectivas de utilidade pública.

No que diz respeito ao Imposto Complementar a AR aumentou de 65 para 105 contos o limite máximo de dedução dos rendimentos do trabalho, já que a proposta do Governo previa um aumento daquele limite máximo de dedução dos rendimentos do trabalho, para apenas 80.

Aliás, já no debate na Comissão de Economia e Finanças e Planó, no capítulo das despesas, foram então reforçadas as verbas orçamentadas para as autarquias, para a Acção Social Escolar, para os reformados da Função Pública (que iriam estar sujeitos a um tecto limite), para empresas públicas de transportes e para a EDP.

No respeitante à baixa do preço dos combustíveis a iniciativa foi subscrita por deputados do PRD, PS, PCP e MDP/CDE e que provoca alterações nos preços daqueles produtos já a partir de Maio.

A proposta aprovada refere que se a descida ultrapassar, num período de três meses, 15 por cento, o Governo procederá aos ajustamentos necessários nos preços de venda ao públlco.

Ficou ainda assente que o Governo terá de transmitir à Assembleia da República, até 15 de Setembro próximo, informações sobre os resultados da aplicação deste novo imposto.

Ainda em relação à suspensão dos processos de execução fiscal em que os executados sejam trabalhadores com os salários em atraso é de referir que a mesma suspensão se mantém até dois meses após a regularização das retribuições em dívida, findo este período renova-se a execução fiscal. Os trabalhadores nestas condições serão ainda objecto de outras medidas fiscais adequadas à sua situação, nomeadamente a suspensão ou isenção de obrigações fiscais enquanto tal situação se mantiver.

No debate o deputado Carlos Carvalhas criticaria a política económica do Governo quando afirmou:

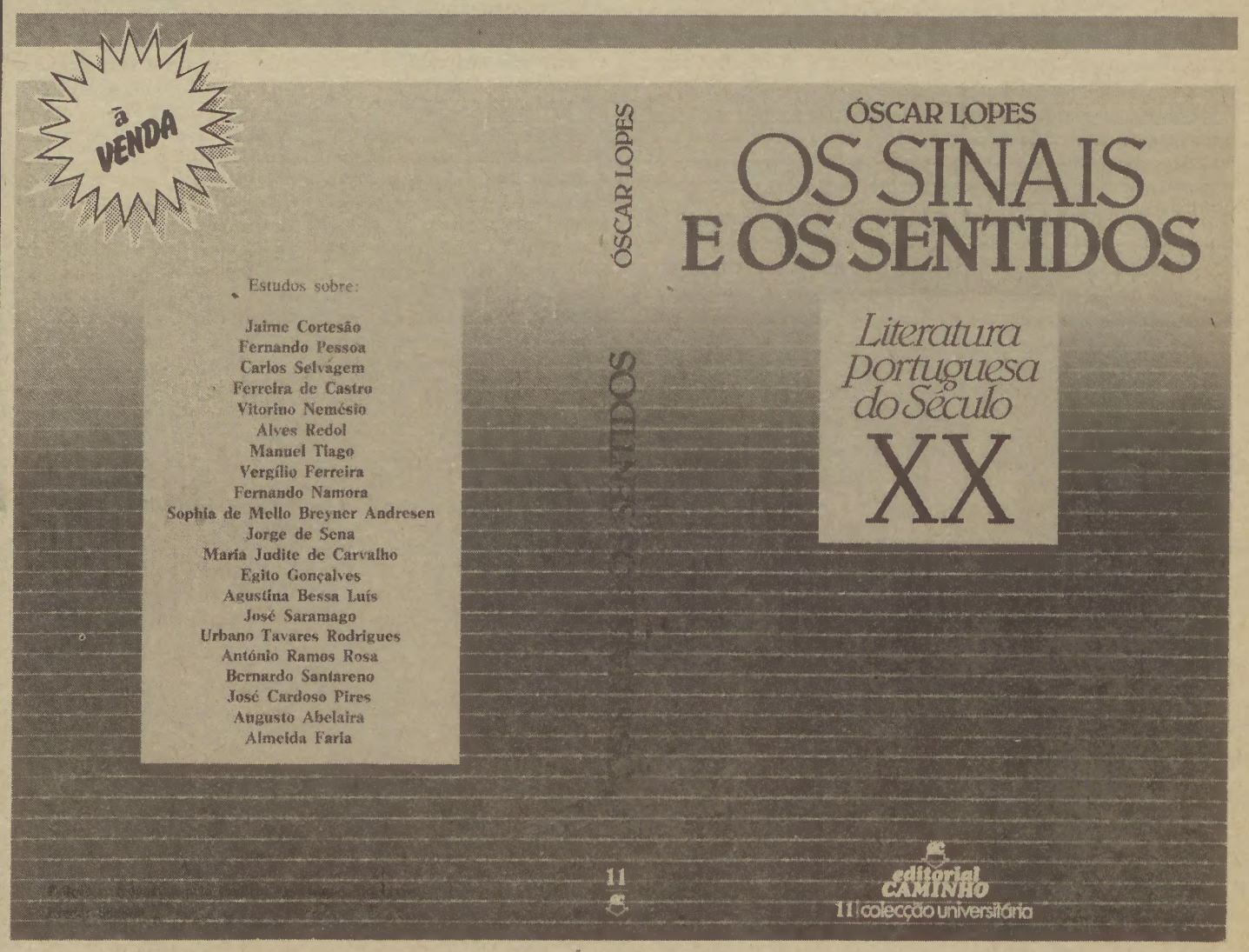
«Injusto é prometer a dimibuição do preço do leite, excluir o preço do pão e diminuir as verbas para a Acção Social Escolar. Injusto, socialmente injusto, é aumentar a carga fiscal sobre os trabalhadores e desagravar os altos rendimentos. Injusto é não resolver o problema dos salários em atraso, é não avançar com programas de combate à fome e à miséria e actualizar e reactualizar as chamadas indemnizações aos grandes senhores da terra e do capital.

Entretanto também uma alteração foi feita sobre o imposto de capitais — assim é reduzida para 15 por cento a taxa do Imposto de Capital sobre os depósitos a prazo ao mesmo tempo que é imposta uma taxa de 15 por cento sobre os juros das obrigações, que presentemente estavam isentas do Imposto de Capital.

Por seu turno o Governo fica autorizado a instituir uma taxa social única mediante a extinção dos impostos para o Fundo de Desemprego e a ter possibilidade de aumentar ou criar novas taxas se for caso disso no respeitante a contribuições para a Segurança Social.

Por outro lado foi aprovada uma alteração ao Orçamento que determina a extinção da diferença de tratamento fiscal entre os subsídios de refeição pagos em dinheiro ou em títulos de refeição, introduzida pelo Orçamento do ano passado.

Estas as principais alterações introduzidas pela Assembleia da



Assembleia da República

República à proposta de Orçamento do Estado apresentada pelo Governo.

Intervenção final de Carlos Brito

Na intervenção final que proferiu, o líder da bancada do PCP, deputado Carlos Brito afirmaria: **Queremos começar por manifestar o nosso apreço pelo conjunto das alterações introduzidas na proposta do Governo.**

Como já foi aqui sublinhado é um conjunto que vale sobretudo pela qualidade e nós acrescentaríamos agora que vale sobretudo pelo carácter de verdadeira advertência política ao Governo.

É assim que, em oposição à política do Governo de destruição e asfixia financeira do sector público da economia, a Assembleia responde reforçando as dotações para o sector público, designadamente para o sector dos transportes e a EDP.

Em oposição à política do Governo de centralização, enfraquecimento e marginalização do Poder Local Democrático, a Assembleia responde com o reforço da dotação para as autarquias e a sua distribuição mais equitativa.

Em oposição à política do Governo visando aumentar a carga fiscal que recai sobre os rendimentos do trabalho, a Assembleia responde aligeirando a incidência do imposto profissional e do imposto complementar.

Em oposição à ameaça lançada aos deputados pelo Primeiro-Ministro que se abstivessem de tocar no preço da gasolina, a Assembleia responde de acordo com as suas competências e dignidade e introduz alterações na componente fiscal do preço dos combustíveis, que conduz a que baixe de preço de venda ao consumidor de todos eles, incluindo a gasolina.

E mais adiante:

Mas importa sublinhar também o benefício social real que o conjunto das propostas representa para os portugueses, que é evidente nas já referidas, mas que está patente em todas as outras, desde o reforço de verba para a Acção Social Escolar ou para o apoio às pescas, no domínio das despesas, até à abolição do imposto de camionagem e do papel selado e às isenções em relação ao IVA, no domínio das receitas.

Fica como uma experiência muito positiva do trabalho da Assembleia, a forma como se chegou à aprovação deste conjunto de alterações, onde se inclui a iniciativa própria de cada partido, a actividade desenvolvida na Comissão de Economia, a ponderação dos interesses do País e a capacidade de dialogar para chegar a resultados que o sirvam.

Referindo-se a seguir ao clima de crise que o Governo pretende implantar para desestabilizar e obter vantagens de poder, acrescentou:

Desta vez muito claramente não as conseguiu. O PCP e os outros partidos não se deixaram intimidar. As propostas que o Primeiro-Ministro e o Governo PSD amaldiçoaram foram aprovadas. E o Governo se quer continuar a sê-lo tem que executá-las.

A nossa opinião, porém, é que as alterações muito positivas introduzidas na lei do Orçamento não são suficientes para alterar o seu conteúdo e sentido essenciais.

O Orçamento não deixou de ser o Orçamento do Governo do PSD seja qual for a posição deste partido na votação final global. Continua a ser um Orçamento de um governo ao serviço de uma política de direita e de restauração monopolista. É um instrumento de um governo contra o Sector Público e a Reforma Agrária, contra os trabalhadores e outras camadas sociais de mais baixos rendimentos, contra os desempregados, os trabalhadores com salários em atraso, os reformados. É um instrumento de submissão da nossa economia aos comandos da CEE.

Por tudo isto só podemos votar contra o Orçamento de Estado de 1986.

A Assembleia fez porém a prova que existem as ideias, os métodos e as formas para dar expressão e concretização a uma política nova capaz de dar solução aos grandes problemas nacionais. Este é a nosso ver o maior resultado deste longo debate.

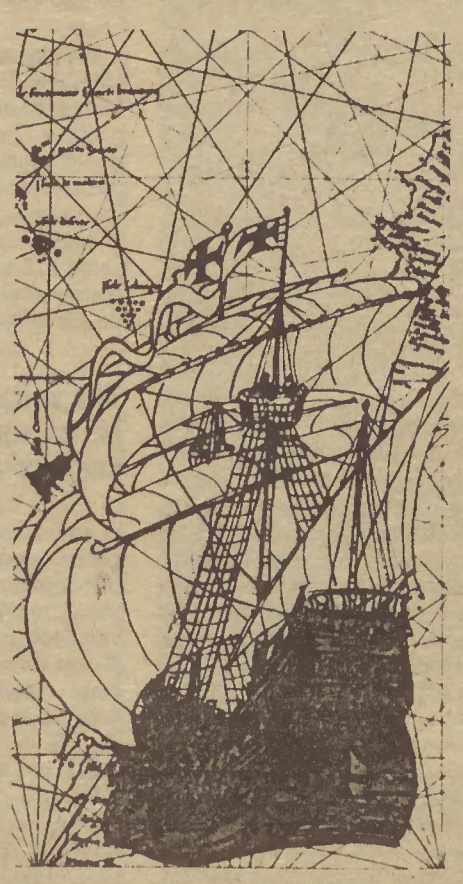
editorial CAMINHO

temas políticos e sociais

Armando Castro

História Económica de Portugal

III Volume



Pretende esta **História Económica de Portugal** oferecer uma interpretação sistemática e global da vida do povo português na sua aventura plurisecular.

Este Volume III dedica-se exclusivamente ao período da expansão ultramarina, traçando um quadro, amplamente documentado, da economia portuguesa desse período, sem esquecer a sua inserção na economia mundial. A par de uma vasta informação, o leitor encontrará neste volume uma exposição das leis gerais de desenvolvimento da sociedade portuguesa na transição para a época moderna.

Nacional

CTT anulam distribuição de correio

Violência contra uma freguesia serrana

Diversos feridos com gravidade, quatro dos quais receberam tratamentos no Hospital de Seia, cenas de pânico e de violência, incluindo disparos de metralhadora e pistola para «intimidação», seguidos de coronhadas a torto e a direito sobre cidadãos indefesos, tudo isto na presença de mulheres e crianças, foi o saldo da recente intervenção de forças da GNR, chefiadas por um tenente da guarnição de Gouveia, sobre a população de Alvoco da Serra, no concelho de Seia.

Os incidentes ocorreram na passada segunda-feira, quando os habitantes daquela freguesia cortaram a estrada nacional 231 (Seia-Covilhã), como derradeiro protesto pela anulação de um serviço público, fundamental, que vinham usufruindo há mais de 50 anos: a distribuição domiciliária, diária, do correio.

Com efeito, levando à prática recentes decisões da administração dos CTT no sentido de anular e reduzir serviços na província, a entrega do correio naquela zona (Vasco Esteves de Baixo e de Cima, Aguincho, Outeiro da Vinha) ficou reduzida a dois dias por semana, o que é considerado injusto e inadequado numa freguesia com cerca de 800 pessoas, com três escolas primárias e seis empreiteiros de construção civil.

Anteriormente, a população lesada havia já contactado o provedor de Justiça, o governador civil, o presidente da Assembleia da República, os CTT da Guarda e Coimbra, entre outras entidades. Apenas os serviços do provedor de Justiça acusaram a recepção da carta enviada pelos populares de Alvoco.

Os cidadãos daquela zona serrana estão unidos e mobilizados, manifestando a sua determinação na continuação da luta e do protesto. A estrada foi desbloqueada mas se até dia 22 não houver uma resposta do Governo, através do titular das comunicações, no sentido de reunir as partes envolvidas (nomeadamente população e CTT), haverá novo bloqueio de vias e novas formas de luta.

As gentes de Alvoco não se intimidam com violências e coronhadas. A sua luta é justa e terá êxito.

PCP

Porto

Sector Intelectual prepara Assembleia

Decidida pela respectiva direcção, a 1.ª Assembleia do Sector Intelectual do Porto, do PCP, a realizar em Novembro do corrente ano, está a partir deste momento no centro da actividade partidária dos intelectuais comunistas do distrito.

Inicia-se com a reunião de quadros a realizar amanhã (6.ª feira), dia 11, a partir das 21.30 no CT da Boavista, um amplo debate, que se pretende vasto e aprofundado para análise de questões de natureza política e ideológica que se colocam aos intelectuais e ao seu movimento e à sua intervenção social, cultural e política, no quadro de profundas transformações sociais e profissionais em curso.

O exame da política de direita prosseguida nos últimos anos; a análise das suas consequências quer na região do Porto, quer na vida e no trabalho da intelectualidade no geral; os problemas da política alternativa para a democratização da instrução e da cultura; um balanço crítico da actividade dos intelectuais comunistas e as suas linhas de orientação e trabalho para o enriquecimento da sua contribuição para o futuro democrático da região e do País e para o debate político e ideológico que, apesar da sua extrema complexidade, a situação actual torna já indispensável, serão outros temas em foco.

A análise, a reflexão e o debate sobre esta vasta e diversificada problemática animará a partir de agora e até à realização da 1.ª Assembleia do Sector Intelectual os debates, o trabalho e a iniciativa dos intelectuais comunistas do Porto.

Cientes da importância, no actual quadro político, do papel insubstituível do PCP e do seu contributo para a defesa do regime democrático, os intelectuais comunistas do distrito do Porto procurarão, através da realização da sua 1.ª Assembleia, aprofundar a intervenção e a contribuição dos intelectuais do distrito para o futuro democrático de Portugal, para o desenvolvimento social e cultural da região do Porto.

Trabalhadores

Prolongam-se as paralisações na CP

● Governo responsabilizado pelos transtornos e prejuízos causados aos utentes e à economia do País

As paralisações sectoriais na CP continuam até ao dia 15. Se até à próxima terça-feira se mantiver «a posição de irresponsabilidade do Governo e do conselho de gerência» daquela empresa pública, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses (FSTFP), que promoveu no princípio desta semana uma vigília no Terreiro do Paço em Lisboa, não abandonará as formas de luta iniciadas há 23 dias. Acusando o Governo e o conselho de gerência de estarem «claramente apostados na desestabilização do caminho-de-ferro» e de serem «responsáveis pelos transtornos e prejuízos causados aos utentes e à economia nacional pelo conflito laboral na CP», a comissão negociadora sindical e o conselho nacional da FSTFP sublinhavam há uma semana que os prejuízos com os dois acidentes entretanto registados e a «imobilização de mais de metade do material motor já ascendem a mais de 350 mil contos, verba que seria suficiente para suportar as reivindicações dos trabalhadores». Outros conflitos relacionados, como o da CP, com a contratação colectiva e as condições de trabalho desembocavam também em formas de luta com larga adesão. É o caso da cristalaria (ver «Em Foco»), dos camiões TIR e da EPAC (greve anunciada no princípio da semana), bem como o de numerosas empresas onde as tentativas dos trabalhadores para resolver os conflitos através da negociação têm deparado com posições intransigentes. A CGTP-IN acusava entretanto o Governo de provocar a radicalização dos conflitos laborais.

Ao analisar a situação nesse campo, a Central salienta que o Governo, além de reter no Ministério do Trabalho convenções colectivas em que já se chegou a acordo (caso da **EPAC** e da **Ainatur**), tem seguido uma «política de confrontação com os trabalhadores». Particularmente grave é o que se tem passado nos transportes.

Depois de recordar o caso da **Carris**, a CGTP assinala, no que respeita à **CP**, que «o Ministério do Trabalho marcou em 24 de Março uma reunião para 2 de Abril, data para a qual estava previsto o termo da greve dos ferroviários». Isto «em vez de tomar uma iniciativa negocial e empenhada, que evitasse o recurso a essa forma de luta. Mesmo assim — acrescenta a *Inter* — na referida reunião de 2 de Abril, o Ministério do Trabalho nada adiantou e marcou nova reunião para cinco dias depois, deixando assim arrastar uma paralisação que tem causado enormes transtornos à população».

***Carruagens paradas, cais desertos**. O Governo não vê*

Nova reunião nada resolve

Depois da reunião do dia 7 a greve continuou. O conselho nacional da Federação dos Ferroviários (FSTFP), salientando que a comissão negociadora sindical se mantinha nas instalações do MT, «exigindo a continuação das negociações», anunciava que as paralisações sectoriais se prolongariam até ao dia 15. Os motivos do prolongamento da luta «resultam exclusivamente da intransigência negocial e das manobras dilatórias do Governo e do conselho de gerência da **CP**», acrescenta o conselho nacional da Federação.

A tentativa de conciliação falhou, e nem sequer foi marcada nova reunião. Entretanto, segundo vinha a público, designadamente através da rádio anteontem, era o próprio conselho de gerência que aconselhava os utentes da linha de Sintra e de Azambuja a não utilizarem os comboios.

Recorde-se que as negociações para o regulamento de carreiras — uma das principais reivindicações dos ferroviários — se iniciaram há 18 meses, sendo interrompidas mais que uma vez. No que respeita aos salários, o conselho de gerência continua a insistir num aumento de 16,5 por cento, que os trabalhadores e os sindicatos consideram insuficiente.

Os gestores da **CP** eram entretanto aumentados em 19,4 por cento.

A Federação reafirma que tem feito tudo o que está ao seu alcance para a «superação do conflito». Propôs inclusivamente que a reunião de segunda-feira passada no Ministério do Trabalho fosse antecipada para sexta, sábado ou domingo, «mas o Governo não se dignou sequer responder a tal iniciativa» que poderia pôr termo à greve.

TIR entram na segunda semana de greve

Ao entrarem anteontem na segunda semana de greve, os trabalhadores do transporte internacional rodoviário (TIR) paralisavam 400 camiões em Alverca, 50 em Caia e 200 em Vilar Formoso, «registando-se uma ampla solidariedade dos trabalhadores do TIR de outros países», afirmava em comunicado a FESTRU. Segundo a Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos, a greve prossegue com «adesão crescente».

Mas desde o início da luta que a FESTRU e os trabalhadores mantêm a disposição de negociar no sentido de desbloquear o conflito, que se deve, segundo a Federação, ao facto de o contrato colectivo de trabalho (CCT) não ser revisto há dois anos, bem como às péssimas condições de trabalho que vigoram no sector.

Os motoristas, quando se deslocam pela Europa, ficam sujeitos a dormir nas cabinas sem aquecimento, com temperaturas frequentemente muito abaixo dos zero graus; têm subsídios de alimentação que dificilmente chegam para tomar as refeições em Portugal; faltam os apoios quando em movimento; prolifera a contratação a prazo ou à tarefa; o trabalho extraordinário não é pago; pretende-se alterar, além disso, as funções do motorista, refere a FESTRU, que reclama aumentos salariais da ordem dos 21 por cento (a ANTRAM — associação patronal — não vai além dos 16,5 por cento), um subsídio de mil escudos diários para as deslocações ao estrangeiro e aquecimento das cabinas, independente do funcionamento dos motores. A FESTRU, perante a intransigência patronal, pretende a intervenção do Ministério do Trabalho no sentido da conciliação.

«A associação patronal tem um comportamento tão arrogante como o do patronato do fascismo: recusa a negociação e, em vez do diálogo, chama a polícia que agride; viola o direito dos trabalhadores à negociação colectiva; impõe salários de miséria; gere o sector irracionalmente; mente na Imprensa ao dizer que acordou tabelas salariais com aumentos de 18,4 por cento, sem dizer como, com quem e porque não apresenta essas propostas à FESTRU; parece pretender impor a lei da selva» — sublinha a Federação.

Vinha a público entretanto um pré-aviso de greve dos trabalhadores de transportes rodoviários de mercadorias. A paralisação decorrerá desde as zero horas do próximo dia 14 até às 24 do dia 16.

Ao mesmo tempo prosseguiam as diligências sindicais para resolver os conflitos pela via do diálogo e da negociação, designadamente com os Ministérios do Trabalho e a Secretaria de Estado dos Transportes.

Anunciada para hoje uma paralisação na EPAC

Pela entrada em vigor do Acordo de Empresa (AE) pronto desde Janeiro findo, os trabalhadores da EPAC paralisam hoje entre as 10 e as 12 horas, anuncia a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços.

A FEPCES afirma que o Governo impôs o «bloqueamento do AE, que inclui retroactivos desde Novembro de 1985.

No dia 4, a Federação enviou uma carta ao conselho de gerência da Empresa Pública de Abastecimento de Cereais lembrando-lhe que a sua recusa em pagar os novos salários antes da publicação oficial do AE «é por inteiro contrária à assumida ainda o ano passado pelo mesmo conselho de gerência», que pagou os novos salários logo em Fevereiro, quando o AE só veio a ser publicado oficialmente em Março.

Reunidas em plenário nacional, as organizações representativas (ORTs) dos trabalhadores da EPAC, designadamente a CT, sub-CTs e delegados sindicais, decidiram entretanto manifestar «a sua solidariedade e apoiar a luta dos trabalhadores da EPAC pela publicação da revisão do AE e pelo pagamento, ainda no mês de Abril, dos novos salários e retroactivos».

Outras lutas

Pela contratação colectiva, pelo pagamento dos salários em atraso e outras reivindicações relacionadas com o emprego e a viabilização das empresas desenvolveram-se recentemente váris lutas e protestos sindicais no **Entreposto Industrial de Setúbal, A. M. Almeida, Sorefame, Ormis, Cometna, Esmaltal, Futuro da Silva, Hospital Miguel Bombarda, Grundig, trabalhadores da Administração Local, professores do externato «Bambi»** e **Cidade & Irmãos**.

Salários em atraso

Fenómeno agrava-se vertiginosamente — afirma a CGTP

Em conclusões extraídas de números oficiais recentemente publicados sobre o volume dos salários em atraso, a CGTP-IN sublinha que o «fenómeno» se agravou «vertiginosamente com o Governo Cavaco Silva».

No último sábado, a Central unitária, referindo elementos publicados pela Inspecção-Geral do Trabalho no dia anterior, acentuava que pela primeira vez os números da IGT são «no essencial coincidentes» com os divulgados pela CGTP-IN.

No final de 1985, havia «mais de 120 mil trabalhadores com salários em atraso em mais de 2800 empresas», confirma a *Inter* acerca do balanço divulgado pela Inspecção.

A «generalização incontrolada» do fenómeno é destacada pela CGTP, que considera «significativamente importante» o facto de pela primeira vez os números oficiais coincidirem com os que tem divulgado.

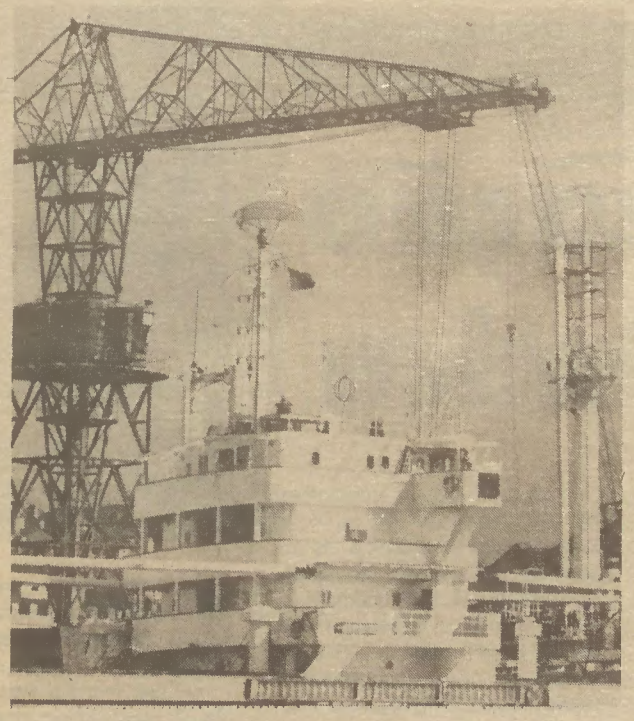
Mas os dados da IGT reflectem, por outro lado, segundo a *Inter*, «que a situação real é bem mais grave do que a anunciada no referido relatório» da Inspecção.

Impunidade do patronato

O facto de existirem 2800 empresas com remunerações atrasadas ilustra, para a *Inter*, «de forma inequívoca, a impunidade com que actua a generalidade do patronato».

Ao contrário do que a propaganda governamental tem procurado incutir na opinião pública, o que denotam os números da Inspecção-Geral do Trabalho é «o alheamento, o desinteresse e a inobservância intencional» por parte do Governo das «recomendações formuladas pelo Conselho Administrativo da OIT (Organização Internacional do Trabalho) em Fevereiro de 1985».

Ainda «ao contrário do que tem sido propagandeado», a situação neste campo «agravou-se vertiginosamente com o Governo Cavaco Silva, revelando que as medidas legais adoptadas por este (tais como o decreto-lei 7-A/86) não passaram de falsas soluções, cujo objectivo não foi a punição — conclui a CGTP — mas sim o incentivo ao patronato para não pagar salários e agravar o desemprego».



Ex-CNN e CTM Reunião dia 15

Confirma-se para o próximo dia 15, terça-feira, a reunião de trabalhadores das ex-companhias de navegação CTM e CNN, que reclamam a satisfação de compromissos legais por parte do Governo. Rectificamos, no entanto, o local da reunião que se efectua no **Sindicato dos Maquinistas Práticos, no Largo do Calvário, em Lisboa**, e não no auditório do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, como por lapso aqui foi referido no número anterior.

Trabalhadores

Segurança social

V Encontro começa hoje

● Representados perto de 50 mil trabalhadores

Inicia-se hoje em Lisboa o 5.º Encontro das Organizações Representativas (ORTs) dos Trabalhadores da Segurança Social. Organizado pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP), nele estarão representados perto de 50 mil trabalhadores dos Centros Regionais, Casas do Povo, IPSS (Instituições Particulares) e departamentos centrais, integrados e não integrados na Segurança Social. Segundo a FNSFP, participam cerca de 400 representantes vindos de todo o País, incluindo as Regiões Autónomas. Além dos problemas dos trabalhadores, que serão analisados em secções próprias no primeiro dia de trabalhos, serão aprovadas amanhã de manhã as primeiras conclusões. Entre as 14 e as 18 horas do mesmo dia «serão analisadas as principais razões que transformaram a Segurança Social num factor criador de pobreza em Portugal», refere a Comissão Executiva do Conselho Nacional da FNSFP.

O 5.º Encontro, que começa hoje às 10 horas no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), discutirá em plenário, entre as 16 e as 18 e 15 de amanhã, **«A Segurança Social em Portugal»**. A maior parte dos trabalhos decorrerá por secções. O plenário ratificará as conclusões aprovadas nas três secções, a partir das 15 horas de amanhã. O encerramento está previsto para as 19 horas.

No centro dos trabalhos estarão as reivindicações dos trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Casas do Povo, Centro Nacional de Pensões (ex-Caixa do mesmo nome), Centros Regionais e Caixas não integradas. Cada um destes sectores da Segurança Social apresenta um caderno reivindicativo: separados os dois primeiros, e os três restantes num só. As três secções que funcionam no Encontro correspondem a esses três sectores e às respectivas reivindicações.

Quanto ao primeiro (IPSS), os trabalhadores reclamam, depois de apresentarem as suas justificações:

- «Que sejam alterados os aspectos da PRT (Portaria de Regulamentação de Trabalho) que os prejudicam e lhes tiram regalias e direitos adquiridos, ou que os colocam numa situação de subalternidade em relação aos demais trabalhadores portugueses;
- «Uma estruturação de carreiras para o pessoal de apoio e auxiliar, com reconhecimento do direito à progressão automática e um enquadramento salarial mais adequado;
- «Uma tabela salarial justa, com respeito pelo princípio da anualidade;
- «Aumento das diuturnidades para 1850 escudos, com entrada em vigor em 1986;
- «Atribuição de um subsídio de refeição diário de 250 escudos;
- Que seja constituída e inicie os seus trabalhos a Comissão Técnica Tripartida;
- «Quem em todas as questões que dizem respeito a este sector sejam ouvidos os sindicatos representativos do sector e a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública».

Quanto às Casas do Povo, propõe-se ao respectivo caderno reivindicativo:

- «A atribuição do vínculo jurídico-laboral da Administração Pública a todos os trabalhadores das Casas do Povo, independentemente do local onde prestam serviço e das tarefas que desempenham;
- «A aplicação das carreiras reestruturadas da Função Pública (decreto 10/83, decreto 248/85, etc.);
- «A saída de legislação adequada, que consagre a contagem de tempo de serviço e carreira, possibilitando o acesso de todos os trabalhadores, no mesmo pé de igualdade, a concursos de promoção na Função Pública».

Mais vasto, o terceiro caderno reivindicativo (**centro nacional de pensões, centros regionais, etc.**) inclui diversas matérias relativas a direitos, carreiras, horários, formação profissional e condições de trabalho. Entre os direitos fundamentais, destaque-se o «exercício da actividade sindical». Sobre ele o caderno refere que «vem sendo limitado, com base nos mais diversos pretextos e de variadas formas. Tenta-se impedir o direito de reunião e de informação, desenvolvem-se acções de intimidação junto de delegados e dirigentes sindicais, utilizando para tal a classificação de serviço, transferências arbitrárias e outras formas», destaca este último caderno no capítulo dos direitos fundamentais.

LUTAS E TAREFAS

● **Contra os despedimentos na Casa Hipólito.** A administração desta empresa de Torres Vedras pretende despedir 103 trabalhadores e passar 73 à reforma antecipada. O pretexto apresentado para o despedimento colectivo é a viabilização da empresa. Repudiando esta atitude, a Comissão Concelhia de Torres Vedras do PCP reafirma a sua «total solidariedade aos trabalhadores em luta contra mais esta ilegalidade da administração, agravada com o não pagamento do salário de Março», e acusa os administradores de «má gestão», que levou a empresa a uma «situação caótica». Mas «não é despedindo trabalhadores — acrescenta a Comissão — que a empresa passa a ter viabilidade». Esta só se consegue «com uma verdadeira reestruturação e com a aplicação de todos os recursos disponíveis» negociando com os trabalhadores as propostas que estes apresentaram e que a administração «sempre ignorou deliberadamente». Num apelo à «unidade e luta em defesa dos postos de trabalho», a Comissão Concelhia do PCP acusa o Governo de não apoiar a viabilização da Casa Hipólito, estimulando pelo contrário a administração no sentido dos despedimentos. Preconizando o aumento da produção e o pagamento das dívidas aos trabalhadores, a Concelhia apela à «solidariedade activa dos trabalhadores, da população e de todas as forças democráticas para que, das mais diversas formas apoiem a justa luta dos trabalhadores da Casa Hipólito contra a tentativa de despedimento colectivo».

● **Luta na Cirel alvo de penhora.** Com uma dívida salarial superior a 10 mil contos, em fins do mês passado, esta firma produtora de sumos e refrigerantes, com sede em Linda-a-Pastora, foi alvo de uma penhora do Crédito Predial Português. A situação da empresa, que ultimamente tem vindo a pagar parte dos salários em prestações, obrigou os trabalhadores a recorrer à luta e a várias diligências no sentido de evitar a falência. As ORTs, que têm lutado pelo pagamento dos salários e pela viabilização da empresa, acusam a administração de tomar uma atitude «demagógica», quando ainda há pouco afirmava que tinha planos para fazer progredir a empresa. Entretanto, depois de um plenário permanente, no passado dia 2, os trabalhadores da Cirel, conseguiram que a administração pagasse uma prestação de seis contos por conta dos últimos salários em dívida. As ORT's continuarão a luta pelo pagamento integral dos salários atrasados e vão intensificar os contactos no sentido de recuperar a empresa, evitando o seu encerramento.

● **Mais mandatos unitários na CT da Estoril-Sol.** Os 1025 trabalhadores, que votaram para eleger a CT desta empresa, aumentaram de 6 para 7 o total de mandatos unitários, ficando a UGT com 4 (cinco na anterior). Os 1025 votos (1373 inscritos) repartiram-se entre a lista A (629) e a B (377), sendo brancos ou nulos os restantes.

● **CGTP-IN lembra os salários em atraso no 10.º aniversário da Constituição.** Num comunicado sob o título «Cumprir a Constituição: única política que poderá recuperar e desenvolver o País», a CGTP-IN, depois de vários comentários oportunos, conclui que «a melhor homenagem que os trabalhadores poderão prestar ao 10.º aniversário da Constituição de Abril é redobrarem de esforços conjugados e acções comuns, designadamente ao nível da Assembleia da República, para obrigarem o Governo a respeitar a lei fundamental do regime democrático, numa altura em que estão em debate no Parlamento questões tão decisivas para a vida dos trabalhadores e do País». Entre essas questões a Central sindical unitária destaca **«a legislação sobre salários em atraso, o inquérito às ilegalidades cometidas contra a Reforma Agrária e o futuro das empresas públicas da Comunicação Social»**. Continuavam entretanto a ser emitidos protestos públicos por parte de todo o movimento sindical unitário contra o despacho conjunto das Secretarias de Estado do Emprego e da Segurança Social (II série do «Diário da República» de 15 de Março) que a ser aplicado levará os trabalhadores sem salários a perderem o direito ao subsídio por doença e mais tarde ao abono de família e a outras prestações da Segurança Social. Ao mesmo tempo que se propõem pôr em prática formas de luta contra aquele despacho, de que reclamam a revogação, os sindicatos e outras organizações representativas apelam para a Assembleia da República no sentido de se evitar a concretização das medidas promulgadas pelo despacho que dispensa, como se sabe, as empresas devedoras de salários de entregar as folhas de contribuições para a SS nos respectivos Centros Regionais.

Aniversário na Siderurgia

Passa na próxima terça-feira, 15, o 11.º aniversário da nacionalização da Siderurgia Nacional. A data é comemorada com um programa de «esclarecimento da situação social na empresa». A comissão de trabalhadores (COTRA) programou para esse dia, com início às 10 horas, uma visita às instalações fabris em Paio Pires (Seixal). Entre os convidados figura toda a Comunicação Social. Depois da visita haverá um almoço na Casa do Pessoal. Seguem-se uma conferência de Imprensa e um Plenário Geral de Trabalhadores, comemorativo da efeméride.

PCP

Setúbal: plenário regional de quadros

É possível uma Organização ainda mais forte e dinâmica

O Barreiro acolheu no último sábado uma iniciativa de especial significado para o trabalho político dos militantes comunistas da Organização Regional de Setúbal (ORS). Falamos do plenário de quadros que levou à Casa da Cultura dos Trabalhadores da Quimigal 674 comunistas em representação de todas as organizações concelhias do distrito, das diversas frentes de trabalho e de vários outros organismos. O debate, vivo, dinâmico, marcado por um conhecimento profundo das realidades, teve como objectivo fundamental analisar e traçar linhas concretas de acção no capítulo do reforço do Partido nos seus múltiplos aspectos. Reforço que tem em conta, naturalmente, por um lado, as decisões do Comité Central (20 de Fevereiro) e da própria Direcção Regional (22 do mesmo mês), e por outro lado, «a grave situação social que se vive no distrito» e ainda «as novas perspectivas de defesa do regime democrático abertas com a derrota das forças reaccionárias nas eleições presidenciais».

Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, foi um dos membros da Mesa neste plenário regional, tendo intervido na sessão de encerramento. José Vitoriano, membro da Comissão Política do CC, Carlos Ramildes, suplente da C. Política e membro do Executivo da DORS — a quem coube a intervenção de abertura — Américo Leal, João Bernardino, José Pedro Soares, José Teodósio e Manuel Sobral, membros do CC e do Executivo da Direcção Regional, e ainda Conceição Morais e Virgílio de Azevedo, suplentes do CC, João Neves, João Pedro, Luís Carvalho, Manuel Correia, Valdemar Santos e Vítor Proença, todos daquele Executivo regional, também estiveram na Mesa que orientou os trabalhos do plenário, que decorreu todo o dia e que teve como um dos seus pontos altos a aprovação da Resolução final, onde se «agarram» as conclusões fundamentais do debate e onde se exprime a ideia que é possível uma Organização Regional de Setúbal ainda mais forte e mais dinâmica.

Algumas dificuldades

A Resolução aprovada pelo plenário está dividida em seis breves capítulos, o último dos quais contendo as tarefas prioritárias definidas pelos quadros da ORS, que referimos àparte nestas colunas dedicadas à recente iniciativa dos comunistas do distrito de Setúbal.

Depois de salientar que a ORS se mantém **uma forte organização, com um número crescente de militantes, dinâmica e profundamente ligada às massas**, e que os trabalhos preparatórios e as conclusões da **1.ª Assembleia da ORS** se revelaram **oportunos e altamente positivos**, a Resolução aprovada salienta no 1.º capítulo que «todavia persistem algumas dificuldades» e que se detectam «novas deficiências».

«Há atrasos na estruturação, nomeadamente ao nível das empresas tanto por inexistência de célula, como por células que não têm secretariado constituído. Também não estão devidamente aproveitadas todas as potencialidades de aprofundar a estruturação nos locais de residência», refere o documento, que sublinha logo a seguir:

«A vida efectiva de alguns organismos, dado o baixo nível do seu desenvolvimento, reflectiu negativamente a intensidade da luta política dos últimos meses. Por outro lado, a grande multiplicação das iniciativas de massas e os contactos daí decorrentes não se traduziram, ou traduziram-se insuficientemente, em reforço directo das organizações e dos seus organismos.»

Prestígio do PCP

A Resolução aprovada no Barreiro afirma no seu segundo capítulo:

«Tendo assegurado resposta positiva às múltiplas tarefas decorrentes da intensa luta política e social dos últimos meses, a Organização Regional de Setúbal conseguiu simultaneamente engrossar as suas fileiras, ao manter um razoável ritmo de recrutamento de novos militantes.

«Entretanto, foi diversa a situação em relação à vida dos organismos. Alguns deixaram de reunir regularmente e verifica-se mesmo uma ligeira diminuição do seu número total.»

E mais adiante:

«Apesar de não ser comum a todas as organizações, o número de membros desligados e com a quotização desactualizada e em atraso, no conjunto da ORS, tem de se considerar elevado e levar à tomada de decisões eficazes, inclusive formando organismos exclusivamente virados para esse efeito.

«A incansável acção do PCP ao serviço dos trabalhadores e da generalidade do povo, a sua contribuição determinante em defesa da democracia, da liberdade e do progresso social, tem-se traduzido num reforço do prestígio do Partido no distrito e em boas condições para continuar a avançar no recrutamento de novos militantes.»

Construir o novo CT!

A terceira parte da Resolução é dedicada à campanha para o novo Centro de Trabalho da Organização, a erguer após demolição da velha casa onde ainda funciona a Concelhia.

Aí se revela:

«Durante o ano de 1985 a ORS assegurou um grande esforço de recolha de fundos, para as despesas normais e para a campanha do CT da DORS, com resultados globais altamente positivos.

«Em relação ao ano anterior as receitas cresceram 51%. No cumprimento dos objectivos previamente traçados destacaram-se as organizações concelhias de Sines, Palmela, Seixal e Moita.

«A campanha de fundos para o CT da DORS já permitiu recolher os meios financeiros indispensáveis ao arranque das obras. Apesar dos passos positivos já dados, há a necessidade de continuar a recolha de fundos.

«Resolvidas as questões técnicas (projectos, licenciamento e adjudicação) deverá ser lançada com rapidez a construção do novo Centro de Trabalho da DORS.»

Trabalho político

Um conjunto diversificado de aspectos relacionados com o trabalho político dos militantes e organizações preenche os quatro parágrafos do quarto capítulo da Resolução:

«Em geral, a vida e a acção de cada organismo precisa de ser melhorada; novos organismos têm de ser formados. Para alcançar com êxito tais objectivos é indispensável gerir melhor os quadros existentes e, principalmente, chamar ao trabalho regular novos e mais quadros.

«A questão dos quadros tem merecido muitos apelos mas as medidas concretas não têm sido correspondentes. Há falta de ousadia na promoção de novos quadros, particularmente de operários, jovens e mulheres.

«Tudo quanto se relaciona com o nível político e ideológico das diversas organizações e dos militantes tem de merecer maior atenção e medidas mais arrojadas: enquadramento orgânico de todos os militantes, distribuição de tarefas e respectivo controlo de execução, melhor aproveitamento dos meios de informação e dos Centros de Trabalho, difusão do «Avante!» e de «O Militante», cursos de formação ideológica, promoção de quadros.

«Apesar da coesão caracterizar a generalidade das organizações da ORS, precisa de ser melhorado o acompanhamento de questões relaccionadas com a vida democrática interna — nomeadamente a participação dos militantes nas discussões e nas decisões, a disciplina voluntária e consciente e a realização periódica das Assembleias.»

Ligação às massas

A ligação às massas é tema em foco no penúltimo capítulo da Resolução aprovada pelos comunistas reunidos no Barreiro.

Depois de referir que «é profunda a ligação às massas em que se fundamenta a acção da ORS, a qual tem permitido resultados bem positivos», o documento chama a atenção dos militantes para os seguintes aspectos:

«Porque cresce a complexidade dos problemas a enfrentar e das tarefas a executar, porque se alarga o âmbito das preocupações e aspirações dos trabalhadores e do povo em geral, é necessário que cada organismo e cada um dos seus membros conheçam melhor o meio em que se inserem e actuam. Só conhecendo bem se pode intervir correcta e eficazmente.

«No plano do trabalho unitário, têm de continuar a merecer atenção prioritária e nalguns casos mais ajuda: o movimento sindical unitário, as comissões de trabalhadores, de quadros técnicos e de intelectuais, os órgãos do Poder Local democrático, as comissões de moradores, as estruturas do proletariado rural da Reforma Agrária e dos pequenos e médios empresários (agricultores, comerciantes e industriais), das cooperativas, bem como das mulheres, dos jovens, das crianças, dos reformados e dos deficientes.

«Uma maior atenção nesta direcção é, também, indispensável ao nível das organizações populares de massas onde há alguns atrasos reais, que urge vencer, nomeadamente nas colectividades, clubes e associações (cultura, património, ecologia, etc.).

«Combatendo eventuais tendências de pretender dirigir as organizações de massas como se fossem organizações do Partido, o trabalho unitário em geral tem de ser melhor acompanhado.

«O 12.º aniversário do «25 de Abril», o centenário do 1.º de Maio que este ano ocorre e a comemoração do Ano Internacional da Paz deverão ser condignamente assinalados por todo o distrito de Setúbal, como grandes jornadas de esclarecimento, de unidade e de luta.»

Moções aprovadas

Durante os trabalhos do plenário foram aprovadas por unanimidade duas moções: uma sobre a **Paz mundial** e outra sobre o novo **Centro de Trabalho da DORS**.

«A paz mundial está ameaçada. A Humanidade atravessa um momento particularmente grave, sob a ameaça de uma nova guerra mundial que, se não for evitada, representará uma autêntica hecatombe universal. Tais perigos decorrem directamente da política agressiva e belicista do imperialismo, em especial do imperialismo norte-americano, que não olha a meios para tentar dificultar e travar a luta dos povos contra o colonialismo, a neocolonialismo e o racismo, contra a opressão e a exploração capitalistas, por um futuro melhor para os respectivos povos» — diz a moção aprovada na Casa da Cultura dos Trabalhadores da Quimigal, que prossegue assim:

«A corrida armamentista conhece hoje um nível nunca antes atingido e atinge uma operacionalidade que o factor humano em breve não terá meios para controlar. Desprezando as propostas de paz da União Soviética e dos países socialistas e as aspirações dos povos de todo o mundo, a política de Reagan continua a aspirar à hegemonia e domínio mundiais, multiplica a ingerência, a intervenção e a agressão, o terrorismo, o estrangulamento financeiro, guerras declaradas ou não e corrida generalizada aos armamentos, designadamente a militarização do espaço.»

A moção sublinha mais adiante que o plenário:

● *Condena vivamente a política armamentista que se pretende alargar ao espaço cósmico, a instalação de novos mísseis nucleares na Europa, o fomento contínuo de conflitos locais, da responsabilidade dos círculos governamentais dos Estados Unidos e dos governos que os apoiam;*

● *Condena vivamente a submissão do Governo português de Cavaco Silva aos designios do imperialismo, aceitando transformar o território e águas portuguesas em autênticas plataformas de apoio à agressão de outros povos e pontos nevrálgicos da chamada «guerra das estrelas» (caso de Almodôvar);*

● *Saúda as propostas de paz e o programa de desarmamento nuclear até ao ano 2000 do governo da União Soviética, com o apoio dos restantes países socialistas e dos movimentos populares pacíficistas de todo o Mundo;*

● *Manifesta a sua mais profunda e inquestionável solidariedade para com todos os povos em luta contra o imperialismo, nomeadamente no Próximo Oriente, na América Central (particularmente a Nicarágua sandinista) e na África Austral (particularmente Angola, Moçambique, África do Sul e Namíbia);*

● *Luta em Portugal por uma política de relações externas assente na paz, na amizade e na cooperação com todos os povos do mundo;*

● *Saúda as comemorações do Ano Internacional da Paz, apelando a que se intensifique a luta pela concretização dos seus objectivos.*

Em relação ao novo CT da DORS, depois de recordar que em 1985 aquela Direcção Regional lançou **uma campanha distrital de fundos que se saldou por resultados positivos como fruto de muitas e variadas iniciativas e do empenhamento de toda a organização e de milhares de camaradas e amigos do Partido**, a moção manifesta a decisão do plenário em:

● Lançar uma campanha distrital de fundos intitulada «60 000 contos para a luta dos trabalhadores» que, absorvendo os valores específicos realizados em 1985 por cada organização, permita o pagamento integral das obras a realizar;

● Promover na generalidade dos organismos da ORS a definição de metas e de iniciativas tendentes ao cumprimento do objectivo distrital definido;

● Iniciar as obras do novo CT da DORS ao longo de 1986, tão rápido quanto possível.

10 tarefas prioritárias

«Tendo em vista o reforço do Partido e o desenvolvimento da luta de massas», os participantes no plenário da ORS aprovaram um conjunto de 10 tarefas prioritárias, apontadas na resolução e que definem os seguintes objectivos:

1.ª — **Regularizar a ligação de todos os membros de cada organização**, entregando os cartões 86/87 até Junho, de preferência em reuniões, de acordo com os objectivos definidos pela DORS.

2.ª — **Estudar em cada organização e organismo, na base da própria experiência, formas de melhorar o funcionamento interno** que permitam alargar a participação dos militantes, reforçar a unidade do Partido e elevar a vida democrática interna, tomando as medidas consideradas necessárias.

3.ª — **Criar novos organismos**, aprofundando a estruturação (nomeadamente Células de Empresa e Comissões Locais).

4.ª — **Aproveitar as condições favoráveis para avançar no recrutamento**, particularmente de jovens e mulheres.

5.ª — **Melhorar o conhecimento de cada organismo em relação ao meio em que se insere**, na base de uma estreita ligação às massas, por forma a assegurar-lhe uma maior capacidade de intervenção e um maior dinamismo.

6.ª — **Detectar, ajudar a formar e promover a organismos e tarefas de direcção muitos novos quadros**, particularmente operários, jovens e mulheres.

7.ª — **Elevar o nível político e ideológico dos militantes e de cada organização**, reforçando o trabalho colectivo, alargando o número de militantes com tarefa distribuída, melhorando o controlo de execução, ajudando a elevar os hábitos de leitura e de estudo (nomeadamente do «Avante!» e de «O Militante») e promovendo a participação em cursos de formação ideológica.

8.ª — **Retomar a recolha de fundos para o novo Centro de Trabalho da DORS**, no âmbito da Campanha «60 000 contos para a luta dos trabalhadores», iniciando-se as obras tão rápido quanto possível e assegurando o prosseguimento do esforço encetado pela melhoria geral da situação financeira da ORS.

9.ª — **Prestar uma atenção efectiva e regular aos múltiplos aspectos do trabalho unitário**, melhorando o acompanhamento aos membros do Partido e reforçando a autonomia, a democraticidade e o carácter unitário das organizações de massas.

10.ª — **Manter estreita ligação com as lutas dos trabalhadores, de outras camadas e sectores e das populações**, incentivando-as e dinamizando-as, apoiando-as e divulgando-as.

Intervenção de Álvaro Cunhal

Recrutar novos membros do Partido

O plenário consagrou bastante atenção ao reforço da organização. É um aspecto decisivo da actuação partidária. O Partido distingue-se — até os nossos adversários o reconhecem — pela sua organização. Não apenas pela organização compreendida como esquema da organização traduzida no organigrama. A capacidade e espírito de organização do nosso Partido é alguma coisa mais do que isso. É a capacidade de organizar a luta, é a capacidade de intervir, não de uma forma anárquica, mas de uma forma reflectida, decidida em plena consciência, para transformar no sentido democrático a vida social, económica, política e cultural.

(...)

Camaradas de várias organizações concelhias indicaram o número de recrutamentos de novos militantes que se propõem efectuar num determinado e limitado prazo. É bom sintoma que as organizações do Partido entendam estar em condições, num curto prazo, para ganhar para o Partido centenas de novos militantes.

(...) Bom será que daqui a uns tempos, quando outro plenário ou plenários se realizem, aqueles camaradas que aqui trouxeram metas de recrutamento possam dizer que excederam as metas de recrutamento que se propuseram alcançar. É uma exigência que deve ser feita aos camaradas que, na base do conhecimento que têm das respectivas organizações, estabelecem metas de recrutamento.

(...)

Responsabilidades aos quadros jovens

Foram aqui sublinhadas quanto ao recrutamento certas direcções prioritárias. Tanto no relatório inicial, como em várias intervenções foi salientada a importância de ganhar a juventude para a nossa causa e para o nosso Partido. Se repararmos na composição etária deste plenário verifica-se que apenas 16,4 por cento dos participantes têm menos de 30 anos. É, na verdade, uma percentagem muito baixa. Estes números chamam-nos a atenção para a necessidade de renovação de quadros. Renovação que não significa que seja alheado do trabalho político qualquer camarada que tenha condições para esse trabalho. Renovação que passa pela capacidade de a organização chamar quadros jovens, enérgicos, dinâmicos, com novas experiências. Nem sempre se verifica essa abertura a quadros jovens, para que eles possam demonstrar os seus méritos e as suas capacidades. Os quadros jovens não têm naturalmente atrás de si a experiência que têm outros camaradas. Mas têm outras características e qualidades que podem completar as dos quadros que já têm grande experiência. Há pois que chamar ao Partido jovens quadros, facilitando o seu desenvolvimento e atribuindo-lhes novas responsabilidades.

(...)

Promoção de mulheres

O mesmo foi referido também em relação às **mulheres**. Aparecem 29,5 por cento de mulheres na composição do plenário. É uma percentagem superior à das mulheres membros do Partido na Organização Regional. É positivo. Mas ao fazer esta apreciação, eu não estava a olhar para a Mesa (...). Sendo assim, creio que nos compreendemos, escuso de dizer o que ia dizer de seguida. Temos de trabalhar muito para que haja promoção de quadros femininos. As mulheres estão nas primeiras linhas da batalha. Em todo o lado o verificamos. Mas isso não tem uma correspondência na responsabilidade nos organismos. A percentagem das mulheres nos organismos responsáveis não corresponde nem ao seu papel na luta, nem ao seu papel e ao seu real valor como quadros do Partido.

(...)

Precisamos de trabalhar para que as nossas militantes tenham responsabilidades correspondentes aos seus méritos. A esse respeito há ainda dificuldades e resistências a que não são alheias pressões de carácter social estranhas à nossa ideologia, à nossa maneira de considerar a luta de libertação e de emancipação da mulher e a igualdade de direitos de homens e mulheres (...).

Unidade do Partido

(...) A unidade do Partido não é uma situação artificial. Nós temos consciência disso, os nossos adversários não têm. Para eles, a unidade do Partido é qualquer coisa de muito estranho. Como é que aqui, no nosso plenário, se fizeram votações e apareceram todos os cartões no ar, tudo a ser votado por unanimidade? Por acaso, todas estas centenas de militantes levantaram o cartão porque estão cegos? Levantam o cartão porque podem ser enviados para não sei onde, castigados, expulsos? Porque podem ser perseguidos e maltratados? Em que é que se baseia esta nossa unidade, unidade consciente que nos dá tão profunda alegria?

A unidade não significa que, num dado momento, não haja diferenças de opinião, que não haja divergências. Existe democracia interna. Todo o camarada tem pleno direito de dar a sua opinião, de divergir, de discordar. Mas nós procuramos, através do trabalho colectivo, que a resultante não seja apenas a opinião de alguns, nem de um organismo com maiores responsabilidades, antes seja a resultante da contribuição de todos. De forma que, numa conclusão, não apenas aqueles que propõem, mas todos os que participam, sintam e possam dizer: «esta é a nossa conclusão, este é o nosso documento, estas são as nossas decisões». É isto que explica a unanimidade deste plenário, quando foram lidas as dez tarefas prioritárias. Não foi qualquer força estranha, não foi a DORS, não foi a Mesa que as impôs. Todos tiveram a possibilidade de intervir, de modificar, de alterar, dé contribuir para o resultado final. O documento é a resultante do trabalho de todos e por isso todos levantamos o nosso cartão vermelho e o documento está aprovado por unanimidade e aclamação. (...)

A disciplina

Também aqui, na vida democrática interna, nos direitos dos militantes, nós podemos encontrar uma grande razão e uma grande força da nossa disciplina. A disciplina não é uma atitude dificultosa, em que cada um procede contra a sua consciência. É uma disciplina em que cada um se sente bem, porque está a proceder segundo a sua consciência mesmo quando eventualmente a sua opinião é diferente da dos seus camaradas. Porque confia no colectivo. Porque confia em que o colectivo vê mais que um camarada só. Se há uma decisão do colectivo — que cada um tenha modéstia necessária para não querer sobrepor a sua opinião individual à opinião do colectivo.

No nosso Partido temos todo o direito de discordar, mas já não temos o direito, depois das decisões tomadas, de procedermos contra elas e de manifestarmos publicamente a nossa opinião contra a do Partido. (...) Não aceitamos que um camarada diga: «Seja o que for que o Partido decida eu vou guiar-me pela minha cabeça e farei como entendo». Isso, na verdade, não aceitamos no nosso Partido. (...)

Contra o sectarismo e o oportunismo

Parece muito importante uma ideia que apareceu no plenário relacionada com a nossa ligação com as massas na conjuntura actual. Várias intervenções salientaram o perigo do sectarismo num momento em que se abrem perspectivas novas, de reforço da unidade da classe operária e de alargamento da unidade entre os democratas. O sectarismo é de facto um grande perigo e é necessário reagirmos contra as suas mais diversas manifestações.

É porém também necessário manter a vigilância para com o oportunismo. Pensar-se por exemplo que as nossas críticas em relação às forças oportunistas nestes últimos 10 anos não tinham razão de ser.

Pensar por exemplo que agora tudo está resolvido no que respeita à convergência ou à cooperação entre os partidos democráticos. Pensar que podemos ir a compromissos que nos afastem daquilo que consideramos essencial: os direitos dos trabalhadores, a defesa da Reforma Agrária, a defesa das nacionalizações, a defesa do Poder Local democrático, a defesa daquilo que se conquistou com a Revolução de Abril e que está consagrado na Constituição. Defendemos a convergência e a unidade democrática, não para destruir Abril, mas sim para defender Abril contra a direita.

O Governo PSD/Cavaco Silva

(...) Toda esta política que procura fazer não é diferente da política dos governos anteriores. É a política de destruição dos direitos dos trabalhadores, é o agravamento das condições de vida do povo apesar das medidas demagógicas, é a destruição da Reforma Agrária que procura levar por diante com novas medidas apoiadas por forças da GNR, como é costume; é a destruição das empresas públicas, com uma guerra declarada, que procura prosseguir; é a preparação das leis das autarquias, do pacote laboral. Daí nós dizemos, com razão, que hoje o maior perigo para a democracia e a maior força da reacção está na existência do Governo Cavaco Silva.

Mas, apesar de ser aí que está o maior perigo, este Governo é extraordinariamente frágil. É um Governo que não tem base de apoio necessária para levar por diante a sua política. Basta que os partidos democráticos aprendam a lição dos acontecimentos, aprendam em particular a lição da convergência nas eleições presidenciais, para que o Governo não possa levar por diante a sua política.

(...)

A convergência democrática

Nós lutamos pela convergência democrática para que se concretize. Mas não podemos afirmar que vai concretizar-se no sentido de uma alternativa democrática a curto prazo. Os acontecimentos de 1985 e dos primeiros meses de 1986 mostram várias coisas de importância e proporcionam algumas lições.

Uma é que a reacção não tem apoio suficiente para realizar a sua política de direita contra-revolucionária. Os partidos democráticos unidos têm força nas instituições para alterar a situação, para derrotar a direita e para realizar uma política democrática.

Outra lição é, que, sem o PCP, os outros partidos democráticos não podem fazer frente à reacção. As eleições presidenciais mostram bem como a intervenção do PCP num momento de capital importância na vida política foi determinante na evolução de toda a situação nacional. (...) O PCP é uma força indispensável para a defesa da democracia e para uma alternativa democrática no nosso país. De facto não há alternativa democrática, não há unidade de esquerda sem o PCP. (...)

Aparecem agora muitos especialistas, muitos comentadores, muitos analistas a defender uma «nova esquerda», uma «renovação da esquerda», uma «renovação democrática». Mas de tudo isto o que resulta? Que falam de «uma nova esquerda», de uma «unidade democrática» mas... sem os comunistas. Quer dizer: nada de novo, nada de modernização. Apenas a tentativa de regresso ao «bloco central», a um «partido charneira» — o PS ou o PRD — para fazer a política da direita. (...) E então é bom dizer que, sem o PCP, sem a classe operária, sem as forças que nos acompanham na nossa luta política e social, não há unidade democrática.

A força do PCP, marca da revolução portuguesa

(...) Um conhecido comentador diz que os PCs da Europa estão muito mal, mas que o PCP no fim de contas está bem, está forte. Reconhece isso surpreso e põe-se a pensar. Pensa, pensa, pensa e chega a uma conclusão: a força do PCP é sintoma do nosso atraso em relação à Europa. É uma verdadeira descoberta, não tenhamos a menor dúvida. Descoberta sim, mas errada.

Afinal qual a razão da força do PCP e em comparação com outros países na Europa onde os partidos não estão na mesma situação? A razão é que em Portugal houve uma revolução popular e militar. Em Portugal houve transformações profundas da sociedade, foi abolido o capitalismo monopolista de Estado, foi nacionalizada a Banca e foram nacionalizados sectores fundamentais da nossa economia. Em Portugal foi empreendida a Reforma Agrária com a expropriação dos latifúndios e a criação de centenas de UCPs e Cooperativas, de que uma grande parte ainda está de pé. Em Portugal o Poder Local democrático ligado ao povo para resolver os problemas do povo. Em Portugal foi instituído um sistema eleitoral proporcional em que o princípio fundamental é que a mais votos correspondem mais lugares.

Toda essa transformação deu-se em Portugal com a revolução portuguesa. Não se deu nos outros países da Europa capitalista. E é um facto que, com o nosso povo, com os militares revolucionários, com a classe operária à frente do movimento popular, o PCP foi uma força determinante nessa transformação. Foi isso que nos deu a capacidade para resistir durante 10 anos de ofensiva contra-revolucionária. Estamos de pé. Estamos sólidos, firmes, unidos, profundamente enraizados na classe operária e nas massas populares. No fim de contas, a grande força do nosso Partido não é porque Portugal seja atrasado, mas sim porque a Revolução de Abril no que respeita ao regime social e político pôs Portugal à frente dos outros países capitalistas da Europa. Não há nenhum país da Europa onde se tenham dado, nas últimas décadas, transformações revolucionárias de carácter progressista como se verificaram em Portugal. Não há outro país da Europa capitalista onde os partidos comunistas estejam à frente de tais transformações revolucionárias. E isso pode explicar a razão por que o PCP está forte, em contraste com outras situações. O nosso Partido esteve empenhado em todo esse processo e a sua força vem da capacidade de intervir nesse processo e de não capitular perante as sucessivas ofensivas contra-revolucionárias. (...)

Nacional

Comemorações do 25 de Abril no Porto

As comemorações do décimo-segundo aniversário do 25 de Abril no Porto já têm programa delineado. Uma vez mais por iniciativa de associações culturais e colectividades populares da cidade, realizar-se-ão na baixa portuense e decorrerão de 24 a 26 de Abril, tendo como ponto alto a «Passagem do Ano da Liberdade», na noite de 24 para 25.

Durante a «Passagem do Ano da Liberdade», a baixa tripeira será inundada — segundo a expressão dos organizadores — por fanfarras, majoretes e bandas, fogo de artifício e um espectáculo audiovisual.

O dia 25 de Abril será dedicado às camadas mais jovens, estando prevista a realização de uma manhã infantil com actuações de grupos de teatro em vários jardins da cidade e a realização de espectáculos de palhaços e de ilusionismo no palco da Praça da Liberdade, onde decorrerá o ponto alto desta manhã, com uma largada de papagaios.

Ainda de manhã, realiza-se a já tradicional «Corrida da Liberdade», que este ano terá um percurso de dez quilómetros e que partirá junto das instalações da ex-PIDE para terminar junto do edifício da Câmara Municipal.

Da parte da tarde, o palco será animado por uma «Tribuna da Canção Juvenil» e a zona baixa da cidade será percorrida por um cortejo alegórico.

Já no dia 26, realizar-se-á um concurso *rock* e, de noite, no terreiro da Sé, será tempo para um concurso de fado amador.

Ainda integrando as comemorações populares do 25 de Abril na cidade do Porto, artistas plásticos pintarão um painel alusivo e realizar-se-ão conferências sobre «O fascismo revisitado». Será ainda lançada uma revista comemorativa, que terá o sugestivo título «Sempre».

No apelo dos promotores da

iniciativa, lê-se que em doze anos foi possível aprender que a invocação do 25 de Abril «é, não apenas memória, mas, e sobretudo, um projecto de um caminho para a imensa maioria dos portugueses. Abril é a esperança sempre renovada da concretização da sociedade desenvolvida, democrática e humanizada, para a qual a acção libertadora dos capitães franqueou as portas».

Subscrevem o apelo o Cineclube do Porto, Árvore Cultura, TEP, TEAR, Seiva Trupe, FITEI, UNICEP, Federação das Colectividades do Distrito do Porto, Pé de Vento, Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto e o grupo Comediantes.

Lisboa

Também em Lisboa as juntas de freguesia de Alcântara, Ajuda, Prazeres, São Francisco de Xavier e um elevado número de colectividades e organizações de juventude, de idosos, de mulheres e de trabalhadores promoverão na zona ocidental da cidade um vasto programa de comemorações deste décimo-segundo aniversário do 25 de Abril. Estas comemorações serão de índole cultural, recreativa e desportiva.

Terra

Conselho Económico e Social da CEE

Reforma Agrária quer estar representada

A propósito da constituição da representação portuguesa ao Conselho Económico e Social da CEE, os Secretariados e Uniões das UCP's/Cooperativas da Zona de Intervenção da Reforma Agrária emitiram um comunicado onde reclamam do Governo a revisão dos critérios praticados na escolha do Conselho e exigem a integração no seu seio de um representante das cooperativas agrícolas de produção da Reforma Agrária.

No comunicado afirma-se que «as 330 Unidades Colectivas de Produção/Cooperativas Agrícolas, constituindo um segmento importante da produção agrícola e o único na área da produção organizado em termos cooperativos e cuja actividade é a exploração integral da terra nos termos do decreto-lei 394/82 de 21 de Setembro, não se encontram nem se sentem representados no Conselho Económico e Social da CEE, para cuja composição nunca foram ouvidos».

Segundo a lista divulgada pelos órgãos de comunicação social, as cooperativas agrícolas estariam representadas neste organismo por «uma organização fantasma», a Confiagri, que «não é representativa do conjunto das cooperativas agrícolas portuguesas».

Para os Secretariados das UCP's/Cooperativas Agrícolas dos Distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal, «é inaceitável que a CAP esteja envolvida neste organismo através de dupla representação — a da CAP propriamente dita e a da Confiagri».

Impacto do preço dos combustíveis

Seminário promovido pela EC

Promovido pela revista Economia — EC, publicação bimestral dedicada a questões económicas e sociais, decorreu no último sábado em Lisboa um seminário-debate subordinado ao tema **«o impacto dos preços dos combustíveis na produção e no consumo»**. A iniciativa reuniu mais de uma centena de participantes, entre os quais professores universitários, estudantes do Ensino Superior, técnicos (economistas, engenheiros e outros) da área dos combustíveis, energia e investigação, trabalhadores de empresas públicas, nomeadamente Petrogal, EDP e RN, empresários do ramo industrial e comercial, trabalhadores agrícolas de UCPs/Cooperativas, sindicalistas e representantes do Automóvel Club de Portugal.

Na Mesa que orientou os trabalhos do seminário encontravam-se Carlos Carvalhas, director da revista, e Gorjão Duarte, Fernando Sequeira e Rui Moura, do corpo redactorial da publicação, e ainda a economista Zulmira Ramos.

Além de documentação com extraordinária actualidade e importância nesta temática, com destaque para as intervenções individuais e colectivas preparadas para o seminário, realizado no anfiteatro 1 do Instituto Superior de Economia, foi divulgaa uma nota conclusiva sobre esta iniciativa onde se refere a dado passo:

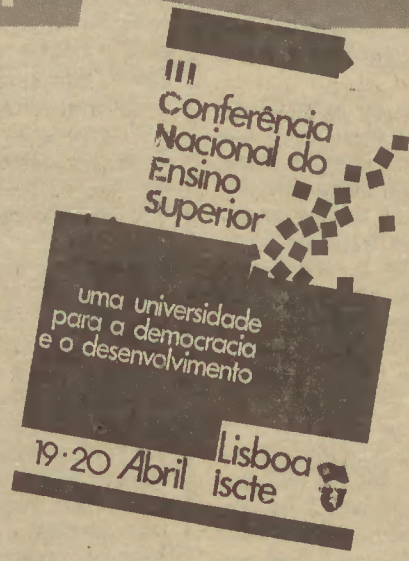
«Foi relativamente à necessidade, vantagens, razoabilidade política e possibilidades materiais de um abaixamento dos preços dos combustíveis líquidos e gasosos que, no essencial, se desenvolveu o referido debate. Das diversas intervenções realizadas por especialistas creditados no assunto, por sindicalistas, trabalhadores da indústria, dos transportes e do campo, agricultores, pescadores, industriais e comerciantes, resultou um consenso amplamente generalizado não só sobre as possibilidades reais de se concretizar tal medida como das vantagens evidentes para a economia portuguesa e a população em geral.»

E noutra passagem:

«O Governo Cavaco Silva ficou, pois, isolado face à opinião pública e a todos os sectores sociais e económicos que advogaram, com maior ou menor explicitação, a necessidade de baixar os preços dos combustíveis em consequência da vertiginosa queda do preço internacional do barril de petróleo. A intransigência, a arrogância, as manobras propagandísticas foram claramente desmascaradas, denunciadas e derrotadas.»

Juventude

Intensifica-se trabalho preparatório



No próximo fim-de-semana (19 e 20 de Abril) realiza-se em Lisboa a III Conferência Nacional do Ensino Superior da Juventude Comunista Portuguesa. Esta Conferência, que é o órgão máximo da organização dos jovens comunistas na Universidade, realiza-se nas instalações do Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.

Nesta iniciativa, os jovens comunistas procurarão «encontrar as respostas dos comunistas para os principais problemas que afectam a massa estudantil e para as suas aspirações mais profundas de realização colectiva e individual, bem como formular um conjunto de medidas que vise alterar o actual rumo da política para o Ensino Superior».

Segundo o gabinete de imprensa da III CNES, esta iniciativa reveste-se de uma particular importância para todos os estudantes do Ensino Superior, «pelo debate aprofundado que se propõe travar sobre os problemas que os afectam», uma vez que se propõe dar «um contributo decisivo no encontrar de um movimento estudantil apto a defender eficazmente os anseios dos estudantes, alterando a situação actualmente existente».

A III Conferência Nacional do Ensino Superior culminará um importante trabalho preparatório, estando a decorrer diversas reuniões com o objectivo de se aprofundar a discussão do documento preparatório da iniciativa.

Os trabalhos da Conferência decorrerão em plenário e em secções que dividirão o seu âmbito temático pelo «Movimento Estudantil», «Política de Ensino e Reestruturação da Universidade» e «Organização do Ensino Superior da JCP».

Para os trabalhos, que decorrem das 14 e 30 de sábado dia 19 até às 19 horas de domingo dia 20, foram convidados estudantes do 12.º Ano, recém-licenciados e estudantes não-militantes da Juventude Comunista Portuguesa.

Trabalhadores

CEM QUILÓMETROS A PASSO DE LUTA

Da Marinha Grande a Lisboa com solidariedade pelo caminho

À partida eram cento e cinquenta os trabalhadores que da Marinha Grande desceram sobre Lisboa. A pé. Mais de cem quilómetros a passo de luta e de protesto. Mas também de solidariedade: nas cidades atravessadas, na estrada, junto às empresas, muita solidariedade. E muita gente que se juntou ao desfile, a fazer uns poucos de quilómetros com os operários e as operárias da Marinha Grande, a dar-lhes o testemunho de que não estão sós nesta luta pelos seus direitos.

Os 150 marchantes, que afinal foram muitos mais em certos troços do caminho, representavam mais de 2500 trabalhadores vidreiros cujo emprego está em causa, e exigiam o pagamento de 260 mil contos de salários em atraso e a renegociação do acordo de viabilização assinado em Janeiro de 1985. Um acordo que confirma a viabilidade do sector mas que não foi cumprido nem pelo patronato nem pelo Governo. Apesar de estudos de mercado feitos entretanto apontarem para o crescimento da exportação — de 1 para 3 a 4 por cento nos mercados mundiais —, o caminho escolhido para «resolver» os problemas do sector tem sido o puro e simples encerramento das empresas. Os trabalhadores acusam ainda os responsáveis desta política de gastarem, com subsídios de desemprego, mais do que o necessário à viabilização.

Manter o emprego, o direito ao salário, renegociar o acordo, eis os objectivos desta luta que assumiu na passada semana a forma de uma longa marcha até Lisboa. Mas, se não chegar, os trabalhadores estão na disposição de se deslocarem a Genebra, à sede da Organização Internacional do Trabalho, numa caravana de bicicleta, a fim de entregarem um *dossier* sobre a situação.

Primeiro dia

Manhã cedo na Praça Stephens, na Marinha Grande. Antes da partida, saudados por muitos outros trabalhadores, os participantes na marcha ouvem a breve alocução de um dirigente sindical dos Vidreiros, Abílio Jordão, que sublinha os motivos da luta e acusa o Governo de se recusar ao diálogo com os trabalhadores, um diálogo que estes vão mais uma vez tentar em Lisboa.

Bandeiras negras levantam-se, faixas com as palavra da luta erguem-se, a marcha aí vai na direcção das Caldas da Rainha. Pelo caminho a solidariedade chega. Os operários das Faianças Subtil aplaudem os seus companheiros.

Segundo dia

Partida de Vila Franca de Xira, na manhã do segundo dia. Ao longo do percurso, outros trabalhadores se juntam à marcha. São os delegados sindicais de empresas da zona — Iola, Optipor, Isolvidro, União, Vicar, Covina, Sotancro. A solidariedade vem também na forma de recolha de fundos. Junto à Cimpor são recolhidos cerca de 14 contos entre os habitantes de Alhandra.

A marcha desse dia termina ao fim da tarde em Santa Iria da Azóia, junto à Covina. Entretanto, frente à Mague, muitos operários desta empresa incorporam-se. E no grande ajuntamento que se forma, com abraços de camaradagem, o aparecimento da GNR para «desimpedir o trânsito» não esfria os ânimos nem o ritmo da passada. Lisboa está aí.

Terceiro dia

Lisboa. «A luta continua, os vidreiros estão na rua!», dizem os cento e cinquenta trabalhadores. São 14 horas, encontramo-los na rotunda junto à «Batista Russo». São muito jovens na maioria, há também muitas mulheres. Trazem nos pés as bolhas da marcha e nos olhos o que lhes vai no coração — a determinação de lutar para vencer sejam quais forem as dificuldades. Uma trabalhadora diz da solidariedade que lhes foi trazida ao longo dos quilómetros, das lágrimas que viu em faces de velhos e de jovens. «Isto levantou-nos muito o moral!»

João Ferreira, da Federação da Indústria Cerâmica, Cimento e Vidro, fala-nos dessa solidariedade, cita os nomes das empresas como quem fala do calor humano, os dedos das mãos não lhe chegam para contar as moções e saudações que foram chegando. Uniões locais dos sindicatos, Comissões de Trabalhadores forneceram alojamento para descansar, refeições para retemperar as forças.

«A marcha é boa, e vai até Lisboa», dizem a uma voz. Chegaram. E agora atravessam a cidade que começa a molhar-se de chuva miúda a partir da rotunda do Relógio.

Resposta insuficiente

À porta da SEIE — Secretaria de Estado da Indústria e Energia —, ali na Avenida da República, muito antes da hora marcada (os operários tinham pedido audiência para as 16 e 30), já a PSP montava o seu dispositivo de «recepção de trabalhadores», sinal de que os responsáveis governamentais não se tinham «esquecido» da jornada.

Quem se fez, entretanto, esquecido, foi a RTP, convidada por várias vezes e vir filmar a importante notícia que era a marcha. Se a RTP não veio, a marcha foi até à 5 de Outubro. E protestou longamente junto das instalações, tendo uma delegação sido recebida por um responsável que acabou por ceder ao protesto e mandar alguém recolher imagens e palavras — um minuto de telejornal, muito aquém do que esta luta merecia. E, com receio, sempre com receio dos trabalhadores, também junto à RTP apareceu uma carrinha da polícia...

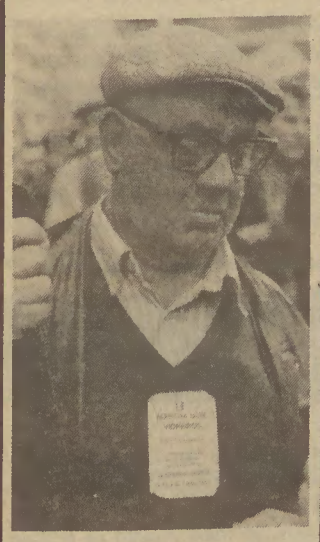
No prédio da SEIE os funcionários foram às janelas ver os operários a quem se não pagam salários. Na avenida, as pessoas paravam, indagavam, mostravam-se na maioria solidárias com estes caminheiros. Uma voz de sindicalista, na aparelhagem sonora entretanto montada, explica os objectivos da luta que «irá ficar na memória» de quantos a empreenderam, salienta o «carinho e a amizade recebidos de milhares de pessoas e dos trabalhadores de empresas» durante o caminho.

Outros sindicalistas se sucedem no uso da palavra, enquanto, à porta da SEIE, a delegação aguarda ser recebida. «Sabemos que vai ser difícil» ouvimos. «Mão não desistimos. Se esta não der, vamos de bicicleta à OIT.»

A delegação foi recebida por um assessor do ministro da tutela. Após a audiência, Raul Ferreira, Presidente do Sindicato dos Vidreiros, considerou-a «manifestamente insuficiente». O assessor havia dito que o ministro só no decorrer desta semana daria resposta à reivindicação dos trabalhadores. Isto quando a reivindicação — renegociação do acordo — já data de há muitos meses.

Se a jornada termina em impasse, não deixa de ter sido um «importante marco na luta dos trabalhadores vidreiros» e «altamente positiva». A luta não vai parar.

■ LM



Jovens

Um dos caminheiros chama-se Vítor. Tem 14 anos, é aprendiz vidreiro na IVIMA, o mais jovem de todos os que entusiasticamente tomaram parte na marcha.

Outro tem 76 anos. Operário reformado da Crisal, da Marinha Grande, chama-se Manuel Fernandes Martins (Cura). Apoia-se num pau de bandeira negra, está com os outros e veio com eles a centenas de quilómetros, aguarda com eles uma resposta. Porquê?

«Porque sinto a obrigação de os acompanhar em toda a luta que houver», explica-nos.

E daí a pouco, como se tivesse esquecido uma coisa importante, volta a chamar-nos. Mostra-nos o bilhete de identidade, para vermos os seus 76 anos lá marcados. E diz ainda:

«Se nós não lutarmos não levamos nada para a frente.»

Guiness

A marcha já tinha partido há dois dias e, na TV, o Telejornal não dava por ela. Que importam cento e cinquenta operários a marchar pelas estradas do país? Que importa que os filhos destes homens e destas mulheres peçam pão e não o tenham, que as famílias se desfaçam de objectos necessários ou queridos para amparar a fome? Que importa a luta e a solidariedade?

Quinta à noite, o Telejornal entrevistou um jovem que batia um record: centenas de horas a «pôr discos». Para o Guiness. A TV foi lá a correr. E voltou lá depois.

Para que a RTP desse um minuto aos trabalhadores vidreiros — que por várias vezes instaram no sentido de uma reportagem —, foi necessário uma concentração na 5 de Outubro.

É que o trabalho e a luta não vão para o Guiness.

Internacional

Saudação ao XVII Congresso do Partido Comunista Italiano

Por ocasião da realização do XVII Congresso do Partido Comunista Italiano, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou à reunião máxima dos comunistas italianos a saudação que a seguir reproduzimos:

Queridos Camaradas,

Saudamos calorosa e fraternalmente os delegados ao 17.º Congresso do Partido Comunista Italiano, e, por seu intermédio, todos os comunistas italianos. O PCI é um partido de grandes tradições de luta, profundamente enraizado na classe operária e nas massas populares, sem cuja contribuição a vida mostrou ser impossível resolver os graves problemas económicos, sociais e políticos da Itália. Fazemos votos para que os vossos trabalhos sejam coroados dos melhores sucessos e expresamo-vos a nossa solidariedade à luta do PCI em defesa dos interessos e aspirações da classe operária e das massas trabalhadoras e por uma alternativa democrática.

No nosso país a situação política continua marcada por uma luta tenaz da classe operárias, das massas populares e das forças democráticas em defesa das conquistas do 25 de Abril, contra a política visando a restauração em Portugal do poder dos monopólios e dos latifúndios que a Revolução liquidou.

Durante o ano de 1985 foram alcançadas vitórias democráticas muito significativas em que avultam a queda do governo de coligação do PS com o PSD, a modificação positiva do quadro partidário e parlamentar e o reforço do campo democrático, com as eleições legislativas de Outubro, a consolidação no essencial do poder local democrático nas eleições autárquicas de Dezembro em que o PCP e os seus aliados da Aliança Povo Unido alcançaram mais de 20% do eleitorado. Porém com a derrota na 1.ª volta das eleições Presidenciais do candidato apoiado pelo PCP criou-se uma situação extraordinariamente complexa e perigosa para a democracia. Em torno da candidatura de extrema-direita de Freitas do Amaral que obteve 45% dos votos, surgiu no horizonte o perigo fascista. Numa tal situação o nosso Partido convocou e realizou no curto espaço de 5 dias o XI Congresso Extraordinário, o qual, sem alterar em nada a sua apreciação sobre Mário Soares, decidiu apelar ao voto neste candidato contra Freitas do Amaral, contribuindo assim, de forma decisiva para a derrota do candidato da direita revanchista e fascizante e para a criação de uma dinâmica de convergência e unidade democrática que abriu novos e mais favoráveis perspectivas à luta popular e democrática.

No momento actual o PCP concentra os seus esforços na luta contra o governo minoritário do PSD e a sua política antipopular e antinacional. Através da mobilização das massas populares e procurando, como sempre, a convergência e cooperação com todos os sectores e partidos democráticos, o PCP luta por um governo democrático que assegure a defesa e consolidação do regime democrático e a solução dos mais urgentes e graves problemas nacionais. É a esta luz que se devem encarar os encontros propostos pelo PCP e já realizados com o PS, o PRD, o MDP e outros partidos democráticos. É neste quadro que o PCP combate a política do governo actual de submissão ao imperialismo e denuncia a adesão de Portugal à CEE como um acto ruinoso para a economia nacional e gravemente lesivo da independência e soberania do nosso país.

A luta em defesa da paz, pelo desarmamento e em primeiro lugar o nuclear, para impedir a militarização do espaço, para solucionar os mais graves e perigosos focos de tensão, para afastar definitivamente o perigo do holocausto nuclear exige a cooperação entre todas as forças da paz e do progresso social e, em primeiro lugar, o fortalecimento da unidade do movimento comunista e operário internacional. Na opinião do PCP este é o caminho seguro para barrar o caminho aos propósitos belicistas hegemonistas do imperialismo e em primeiro lugar do norte-americano, cuja louca corrida armamentista e arrogante ingerência nos assuntos internos dos povos, é inteiramente responsável pelo agravamento da tensão internacional. As reiteradas propostas e iniciativas de desarmamento da URSS e dos países socialistas, designadamente a apresentada pelo camarada Michail Gorbatchev visando a liquidação das armas nucleares até ao ano 2000 e as avançadas pelo XXVII Congresso do PCUS, constituem uma importantíssima contribuição para a causa da paz e do progresso da Humanidade.

Queridos Camaradas,

Desejando uma vez mais os melhores sucessos aos trabalhos do vosso 17.º Congresso, reafirmamos a nossa vontade de fortalecer as relações de amizade e solidariedade entre o PCP e o PCI no interesse da classe operária e dos povos dos nossos dois países, e da causa comum do progresso social, do socialismo e da paz.

Viva o 17.º Congresso do Partido Comunista Italiano!

Viva a amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Italiano!

Viva o internacionalismo proletário!

Delegação do PCP

A convite do CC do PC italiano encontra-se em Florença para assistir ao XVII Congresso do Partido Comunista Italiano uma delegação do PCP, composta pelo camarada Jorge Araújo, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do Partido Comunista Português.

RFA — gás tóxico contra manifestantes

A repressão fez vítimas, este ano, nas marchas da Páscoa, pela paz. A polícia da República Federal Alemã utilizou gás irritante tóxico contra os manifestantes, misturando-o com a água dos 40 carros equipados com canhões de água. Desta forma de repressão resultaram, segundo dados da Cruz Vermelha, a morte de um operário de 38 anos, doente asmático, e lesões devidas ao gás, que afecta os pulmões, em 72 manifestantes, que tiveram que receber tratamento médico.

As marchas pela paz tiveram como palavra de ordem central a recusa da militarização do Espaço. Uma palavra de ordem determinada pela própria política do governo de Bona. Pouco antes havia sido assinado, com os Estados Unidos, um acordo que consagra a participação da RFA no programa norte-americano de militarização do Cosmos.

A violência da repressão contra o movimento da paz ajusta-se perfeitamente com uma política externa de participação nos planos mais belicistas do Pentágono. E ainda à promoção dos lucros dos monopólios. Não é por acaso que a «guerra das estrelas» é conhecida como «o negócio do século». Quanto ao «argumento» de que se trataria de um sistema defensivo, citamos a revista oeste-alemã «Stern»: «Só as estrelas sabem se este grande "bluf" alguma vez se poderia converter em eficaz sistema de defesa antimíssil...»

Testes de armas, «ao vivo»

O crime foi denunciado a seu tempo. Na guerra de Israel contra os povos palestiniano e libanês, e em particular nas batalhas de Beirute, foram testadas novas e sofisticadas armas norte-americanas: as célebres bombas de esferas, ou as bombas de sopro, que destruíam da forma mais cruel a vida humana, e faziam desabar prédios como castelos de cartas.

Agora, informação divulgada pelo semanário londrino «Observer», indica que os Estados Unidos testaram também novos tipos de armamento na monstruosa provocação do Golfo de Sirte. Em particular, o Pentágono terá testado os novos mísseis «Harm», num golpe desferido contra o litoral da Líbia, nas proximidades da cidade de Sirta. Também pela primeira vez foi ensaiado um golpe combinado, lançando mísseis tipo «Harpoon», que voam a pequena altitude, contra navios líbios, e de seguida, bombas de cassete, sendo simultaneamente testados novos meios electrónicos de protecção de aviões contra mísseis antiaéreos.

Testes de novas armas e provocação política continuam a ser parte integrante da política do imperialismo. Não fazendo paralelismos forçados, importa relembrar Hiroshima e Nagasaki. Mas não é menos significativo frisar que as manobras militares no Golfo de Sirte foram suspensas antes do período previsto. Washington não conseguiu contar com os apoios pretendidos. Uma prova de irrealismo. Mas também de que foge terreno à concretização das opções militaristas

Explosão nuclear no Nevada não se realizou

A nova explosão nuclear norte-americana, que de acordo com os planos do Pentágono deveria ter sido realizada na passada terça-feira, **não se concretizou**. No momento em que escrevemos, não haviam sido referidas razões concretas. Tão-pouco se sabia ainda tratar-se ou não de um simples adiamento. Mas, independentemente dos aspectos específicos ligados a esta decisão — e é de assinalar que a oposição à programada explosão no Nevada se registou mesmo em órgãos de poder nos EUA — um facto é inegável. Trata-se de um recuo importante na política mundial que tem vindo a ser seguida pelo imperialismo, e que resumidamente se traduz em: cortar as pontes da paz.

A suspensão da explosão nuclear é tanto mais relevante quanto a sua realização acarretaria consigo o fim da moratória soviética relativa a explosões nucleares, em vigor desde 6 de Agosto de 1985 e posteriormente prolongada. Mesmo após a explosão nuclear de 23 de Março a URSS manteve as portas abertas a um entendimento para suster a progressão qualitativa do armamento.

Entretanto Washington não só prosseguia com a corrida aos armamentos, como tentava — e tenta — apresentar argumentos justificativos de tal política.

URSS quer fixar a «supremacia»?

É este um argumento vulgarmente invocado. A URSS gozaria de supremacia na arma nuclear (o pretexto sistemático quando se pretende dar um impulso na corrida aos armamentos...), pelo que, ao propor a suspensão das experiências nucleares — instrumento indispensável no aperfeiçoamento do armamento — a União Soviética pretenderia garantir a «supremacia» adquirida.

Mas os factos são teimosos. E contrariam tais teses. Segundo dados estatísticos recentemente divulgados pelo Instituto sueco de investigação e defesa, que aliás coincidem com os de numerosas organizações norte-americanas, desde 1945:

- Os Estados Unidos efectuaram mais explosões nucleares do que todos os outros países em conjunto;
- Os Estados Unidos realizaram cerca de um terço mais de explosões nucleares que a União Soviética;
- Os Estados Unidos estão à frente da União Soviética pelo número de explosões nucleares considerando separadamente cada meio: na atmosfera, submarino e subterrâneo; e ainda no que respeita à intensidade das explosões. Em 1962 (ano de ponta...), os EUA efectuaram 96 explosões.

Importa acrescentar que mesmo assim Washington não obteve a superioridade pretendida: é a lógica da nossa era de revolução técnico-científica que se impõe, a mesma lógica que determina a necessidade de parar com a corrida aos armamentos

O controlo

Os problemas de controlo são outros argumentos clássicos. Digamos que têm tanto tempo quantos os anos do pós-guerra.

Um argumento hoje mais indefensável que nunca.

Em conferência de imprensa realizada em Moscovo, aquando da resposta afirmativa dirigida por Gorbatchov ao apelo do grupo dos seis pela suspensão das experiências nucleares, o director do Instituto de Física da Terra da Academia de Ciências da URSS, comentou: «O território da URSS está rodeado de cerca de 200 estações intaladas pelos Estados Unidos ou sob a sua direcção, contra umas vinte estações soviéticas. Ora, mesmo com esta relação de 10 para 1, a União Soviética aceita o controlo recíproco e considera que as nossas estações são suficientes para vigiar os ensaios nucleares realizados para lá de fronteiras. Até agora não deixámos escapar nenhuma. Será possível que as 200 estações americanas sobre-saturadas de aparelhos sofisticados funcionam pior que as nossas vinte estações?»

Na verdade, segundo especialistas norte-americanos, 15 estações, em todo o mundo, bastariam para registar, com uma probabilidade de 90%, as explosões nucleares subterrâneas de mais de uma quilotonelada.

«Boomerang»

«A cimeira de Genebra entreabriu a porta para o mundo da esperança. Mas como este raio de luz assustou aqueles que estão vinculados ao complexo militar-industrial norte-americano! Que esforços não fizeram eles para fechar essa porta!», comentou o camarada Gorbatchov em entrevista à revista «Revolution Africaine».

Tudo na política imperial que tem vindo a ser desenvolvida, quotidianamente, pela Casa Branca, aparece como um desesperado esforço «para fechar essa porta», para que nenhum diálogo seja possível.

Pelo que a questão se levanta, como é natural: será possível, finalmente, travar e inverter o curso suicida da corrida aos armamentos e do fomentar das guerras e da tensão internacional?

É exactamente essa dúvida, uma mentalidade demissionista, que nos querem impor. Para neutralizar as imensas potencialidades actuais no domínio da luta pela paz.

A suspensão da explosão prevista para o Nevada é um sinal claro, uma resposta positiva à importância da luta pela paz. À indispensável perseverança nessa batalha.

Tanto mais quanto os próprios Estados Unidos acabam por ser atingidos pelas sequelas da política que promovem.

Mas se ainda não foi possível travar a corrida aos armamentos, não é menos verdade que a política belicista e imperial de Washington se vira também contra os próprios Estados Unidos. Não é por acaso que tão heterogéneas vozes, se erguem, na América Latina, contra a «guerra suja» que se desenvolve contra a Nicarágua.

Não é por acaso que o défice dos Estados Unidos ultrapassa os dois biliões de dólares.

Por isso também Genebra foi possível. Por isso a luta tem as portas abertas, apesar da ofensiva que se vive nestes dias contra a paz.

J.G.Ballard
O Mundo de cristal
CAMINHO DE BOLSO
TEXTO INTEGRAL
ficção científica

Internacional

AMÉRICA CENTRAL

Condenação da ingerência dos EUA na Nicarágua

Uma série de acontecimentos importantes assinalaram a semana passada a vida política da América Latina, numa manifestação elucidativa, por um lado, das sérias preocupações quanto aos conflitos existentes na região centro-americana e, por outro lado, da vontade de os resolver através do diálogo.
Entre os mais relevantes destacam-se a reunião da Internacional Socialista dedicada aos problemas da América Latina e das Caraíbas, efectuada em São Domingos, na República Dominicana; a Assembleia Extraordinária do Parlamento Latino-Americano, na Cidade da Guatemala; e a reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros da América Central (Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Costa Rica), do Grupo de Contadora (Venezuela, Panamá, Colômbia e México) e do seu Grupo de Apoio (Brasil, Peru, Argentina e Uruguai).
Pese embora as diferenças de opiniões inevitáveis num tão vasto e diversificado conjunto de países, é sintomático que em todos os referidos eventos tenha sido condenada de forma generalizada a intervenção dos Estados Unidos nos problemas internos da região, em particular na América Central.

A condenação dos EUA constitui de resto um dos aspectos mais relevantes da Declaração da Guatemala aprovada no Parlamento Latino-Americano, onde se afirma que a actual crise da América Central representa **o maior perigo que jamais ameaçou a existência dos países do Istmo como nações independentes e democráticas.**

Na Declaração, de 16 pontos, repudia-se a intervenção do governo e de sectores do Congresso dos EUA na Nicarágua, sublinhando-se que **as ingerências directas ou indirectas de países estranhos à região agravam a crise centro-americana e convertem-se num perigo efectivo para a paz do continente americano e do mundo.**

A necessidade urgente de tomar medidas que permitam debelar semelhante risco foi reconhecida pelos mais de cem representantes dos 18 países no Parlamento, que decidiram ratificar as Declarações de Montevideu e de Lima no sentido de realizar ainda este ano uma reunião dos presidentes dos países da região a fim de **dar um impulso decisivo à paz e reafirmar a soberania e o processo de integração da América Latina.**

Uma reafirmação de soberania e independência claramente expressa logo na abertura dos trabalhos do Parlamento pelo respectivo presidente, Luis Agustin, ao condenar **as pretensões de Washington à manutenção do seu domínio colonial na América Latina.**

Também a reunião do Panamá foi considerada como crucial para o relançamento do processo de paz, sistematicamente boicotado pelos EUA e pelos seus mais fiéis aliados na região. Em debate estiveram as questões relacionadas com a retirada dos conselheiros estrangeiros e o controlo de armamentos, dois pontos da máxima importância mas que não podem ser encarados separadamente.

Como afirmou na ocasião o ministro dos Negócios Estrangeiros da Nicarágua, Miguel D'Escoto, **não se poderá falar em congelar o nosso armamento ou reduzir as nossas tropas quando existe uma agressão e os EUA estão implicados nela.**

Essa é igualmente a opinião do presidente da Câmara dos Representantes dos EUA, Thomas O'Neil, que em visita à Argentina, no âmbito da digressão que uma delegação de parlamentares norte-americanos está a efectuar a vários países latino-americanos, afirmou ser contra a ajuda do seu país aos terroristas na Nicarágua porque **não se pode fazer diplomacia com tiros de canhão.** Uma opinião partilhada pelo presidente argentino, Raul Alfonsin. E também, curiosamente, por um ex-chefe dos contra-revolucionários nicaraguenses, Edgar Chamorro, que afirmou num simpósito realizado em Dallas que os «contras» são «um instrumento obediente nas mãos da CIA» que se serve deles para manipular a opinião pública norte-americana, apesar de não representarem «uma força política viável» estando por isso as suas acções condenadas ao fracasso.

Não deixa de ser interessante assinalar, por outro lado, que os próprios norte-americanos têm cada vez mais consciência da manipulação de que estão a ser vítimas por parte da administração Reagan. Ainda na passada quinta-feira um grupo de manifestantes interrompeu uma conferência do porta-voz da Casa Branca, na Califórnia, protestando contra a política de Reagan na América Central, enquanto em Santa Bárbara um grupo de ex-combatentes da guerra no Vietname fazia outro tanto junto à casa de férias de Reagan.

Na primeira manifestação houve quem gritasse: **Goebbels está na Casa Branca.**

- **A actual crise da América Central constitui o maior perigo que jamais ameaçou a existência dos países do istmo como nações independentes e democráticas** *(Declaração da Guatemala).*
- **Afirmamos a nossa convicção de que o diálogo, a compreensão e o respeito são os únicos meios correctos de construir uma sociedade a que aspiramos e que durante muitos anos tem sido a utopia da América Latina** *(Vinício Cerezo, presidente da Guatemala).*
- **O conflito na América Central tem sido uma agonia contagiosa e injusta que todos devem ajudar a superar e a pôr fim** *(Arturo Delvalle, presidente do Panamá).*
- **Não se pode fazer diplomacia com tiros de canhão** *(Thomas O'Neil, presidente da Câmara dos Representantes dos EUA).*
- **A guerra não declarada da Casa Branca contra a Nicarágua merece a mais severa condenação** *(Willy Brandt, presidente da Internacional Socialista).*

Moçambique e URSS aprofundam relações de amizade e cooperação

O presidente de Moçambique, Samora Machel, efectuou a semana passada uma visita oficial à União Soviética, que se saldou pela reafirmação da disposição dos dois países em continuarem a desenvolver e a aprofundar as relações bilaterais de amizade e cooperação.

Na sua estada em Moscovo o dirigente moçambicano encontrou-se com o presidente soviético, Andrei Gromiko, o ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, Eduard Chevardnadze e com o secretário-geral do PCUS, Mikhail Gorbatchov, tendo a agência soviética Tass salientado que o encontro de Samora Machel e Gorbatchov decorreu num ambiente caloroso e de camaradagem.

A situação de tensão existente na África Austral foi um dos temas tratados pelos dois dirigentes, que expressaram a convicção de que ela resulta da política de ingerência e agressão do regime da África do Sul contra os Estados africanos vizinhos, da continuada ocupação ilegal da Namíbia e da persistência do *apartheid* na África do Sul. Ambos condenaram também a chamada política de «empenhamento construtivo» dos EUA face à África do Sul, reafirmando a sua solidariedade com a luta dos povos sul-africano e namibiano pela liberdade, sob a direcção dos seus legítimos representantes, o Congresso Nacional Africano e a SWAPO.

Na ocasião, Mikhail Gorbatchov sublinhou que a URSS respeita o direito de cada povo escolher a sua própria via de desenvolvimento, defendendo a solução política dos conflitos regionais. No que respeita a Moçambique, o secretário-geral do PCUS salientou que **o povo moçambicano pode contar, como antes, com o apoio firme do povo soviético na sua justa luta.**

A visita de Samora Machel à URSS teve de ser encurtada inesperadamente devido ao trágico acidente aéreo ocorrido em Pemba, em que perderam a vida cinquenta pessoas.

Solidariedade com a Colômbia

As forças progressitas da Colômbia, e em particular os comunistas colombianos, têm sido alvo nos últimos tempos de uma criminosa ofensiva por parte dos militaristas com grande influência no aparelho de Estado e que se traduz já por um elevado número de mortos, desaparecidos e atentados.

Na sequência desta situação, **o secretariado do PCP enviou ao CC do Partido Comunista Colombiano um telegrama manifestando a maior solidariedade para com a sua heróica luta e exigindo das autoridades o imediato levantamento do estado de sítio e o retorno à democracia.**

Recorda-se que a complexa situação política que se vive na Colômbia, onde de há muito se confrontam as forças reaccionárias no poder e um forte movimento guerrilheiro revolucionário em que se destacam as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia e o M-19, tem encontrado nos militares enfeudados ao imperialismo norte-americano o maior obstáculo à sua normalização, pese embora a boa-vontade manifestada pelo presidente Betancur desde 1984, na consequência da qual foram firmados vários pactos de tréguas.

Tréguas cada vez mais difíceis de manter dadas as sucessivas acções militares visando as forças progressistas, como sucedeu recentemente com o assassinato de dirigentes e militantes comunistas, os atentados às sedes do PCC e da Juventude Comunista e as perseguições à redacção da Voz, órgão central do PCC.

Ao lançar um apelo de solidariedade para com a luta do povo colombiano, o PCC reafirmou a certeza de que é possível abrir um novo caminho de luta pela democracia na Colômbia, salientando a decisão de prosseguir a sua acção no seio da União Patriótica, aliança com outras forças democráticas que voltará a apresentar-se às eleições de Maio próximo.

Peru despede o FMI

O governo do presidente Alan García decidiu encerrar a representação do Fundo Monetário Internacional (FMI) no Peru, ao mesmo tempo que anunciava que o delegado do FMI em Lima deixava de ter acesso ao banco central do país. **O nosso governo**, afirmou a propósito o ministro peruano das Finanças, **não permitirá que o FMI se intrometa nos assuntos internos do país.**

Esta decisão do Peru insere-se na política que vem sendo seguida por Alan García desde que chegou ao poder em Julho do ano passado, visando um desenvolvimento independente e recusando-se a seguir as receitas tradicionais do FMI, acusadas de responsáveis pelo agravamento das condições de vida da população, o aumento do desemprego, da inflação, da carestia e da queda da produção.

O Peru mantém-se firme, por outro lado, na decisão de não canalizar mais de 10% do produto das exportações para o pagamento da dívida ao FMI.

Multinacionais em África

Segundo dados divulgados na Etiópia, entre 75 a 95% do volume total das exportações de matérias-primas dos países africanos estão sob o controlo de companhias multinacionais. De salientar que a dívida externa dos referidos países orça já o total impressionante de 180 mil milhões de dólares, sendo a amortização anual da dívida da ordem dos 22,4% de todos os rendimentos provenientes da exportação.

Esta situação tende a agravar-se devido, entre outros factores, ao aumento das exportações de armas dos estados imperialistas para certos países do Terceiro Mundo. Segundo um estudo recentemente divulgado pelos cientistas Heinz Bonk e Rainer Reinecke, da RDA, a exportação de armamentos tornou-se parte integrante da agressiva política externa e da estratégia para a obtenção de lucros do capital monopolista internacional, pelas reacções em cadeia que origina. De facto, como salienta o referido estudo, as importações de armas trazem consigo não só importações adicionais, para se poder completar e substituir esses sistemas, mas ainda criam um clima de ameaça para os estados vizinhos obrigando-os por sua vez a tomar medidas de segurança, perdendo dessa forma enormes recursos necessários para poderem solucionar os seus problemas económicos e sociais.

A gravidade desta situação está patente nos dados difundidos pela ONU sobre o assunto, segundo os quais os gastos militares dos países em vias de desenvolvimento crescem duas vezes mais depressa do que o seu produto social bruto.

Tensão no Líbano

Um acentuado aumento da tensão interna e acusações mútuas entre palestinianos e libaneses, nada propícios para o necessário clima de paz e unidade naquela conturbada região do Médio Oriente, ressaltam dos recentes confrontos armados entre milícias do Movimento Amal libanês e combatentes dos campos de palestinianos em Beirute.

Os confrontos, que tiveram lugar nas proximidades dos campos de refugiados palestinianos de Sabra e Chatila, têm vindo a repetir-se a miúde, não obstante a formação em meados do ano passado de um Comité de Coordenação que integra representantes do Amal e das organizações palestinianas. Para além das contradições internas do Líbano, o cerne da questão continua a ser a do povo palestiniano, expulso da sua pátria por Israel.

Internacional

ANGOLA

Eduardo dos Santos alerta para gravidade da situação na África Austral

A decisão da administração Reagan de passar a fornecer directamente ajuda militar à contra-revolução angolana, a ocupação pelas tropas sul-africanas de uma parte da província angolana do Kuando Kubango e a concentração de mais de 10 batalhões das forças de Pretória junto à província do Cunene, prenunciam um previsível agravamento do cerco movido pelo imperialismo norte-americano a Angola com a consequente degradação da já grave situação na África Austral. Assim o entendem as autoridades angolanas, e designadamente o presidente José Eduardo dos Santos, que numa carta dirigida ao secretário-geral das Nações Unidas, Perez de Cuellar, alerta para a gravidade dos ataques a Angola e solicita a sua intervenção directa na implementação dos planos de paz para a região e em particular na condução das negociações para a descolonização da Namíbia no âmbito da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU.

Como salienta o camarada Eduardo dos Santos na sua carta, a situação agravou-se com as recentes tomadas de posição dos EUA que **revelam não só uma flagrante ingerência nos assuntos internos de Angola**, Estado soberano e membro das Nações Unidas, **mas também uma hostilidade aberta a um envolvimento dos EUA com o regime de Pretória nos actos de agressão e desestabilização que este regime racista vai continuar a perpetrar contra a República Popular de Angola, ampliando deste modo as destruições de infraestruturas económicas e sociais, raptos de estrangeiros, os massacres indiscriminados e bárbaros de pacíficos cidadãos e outros actos de terrorismo condenados pela comunidade internacional, tais como os que tiveram lugar recentemente nos municípios de Camabatela, Damba, Andrada e Caconda onde perderam a vida mais de 300 humildes camponeses.**

Sublinhando estar-se perante uma flagrante violação das normas do direito internacional e dos princípios consagrados na Carta da ONU, o presidente angolano demonstra, através de uma sucinta resenha das tentativas de paz e de diálogo levadas a cabo, que nunca os EUA e a África do Sul respeitaram os compromissos assumidos, consubstanciados na acta do Mindelo e no compromisso de Lusaka de 16 de Fevereiro de 1984.

Lamentavelmente e apesar de toda a flexibilidade demonstrada pelo governo de Angola — afirma Eduardo dos Santos — **nenhuma das condições requeridas foi cabalmente preenchida, nomeadamente a cessação das agressões por parte das forças armadas sul-africanas contra Angola, a sessação do apoio aos bandos armados da Unita, tão pouco o acordo de cessar fogo entre a SWAPO e a África do Sul. A simples e abstracta indicação de uma data para a implementação da Resolução 435/78** (como Pretória fez recentemente) **não pode ser considerada como suficiente na medida em que não indica a sequência dos passos complementares e porque está condicionada a um acordo prévio sobre a retirada das forças cubanas de Angola contrariando a acta de Mindelo.**

Angola não abdica dos seus direitos

A conclusão de que a actual administração norte-americana não está imparcial e seriamente empenhada nas negociações para contribuir para uma solução honrosa e pacífica para os problemas da região é por de mais evidente. Como também se tornou de há muito evidente, e Eduardo dos Santos reconhece, que a administração Reagan inclui os problemas de Angola nos chamados conflitos regionais entre o leste e oeste para atrasar a resolução do problema da Namíbia e prolongar a vida do sistema do *apartheid*.

Perante este quadro, o presidente angolano considera que compete ao secretário-geral da ONU, no âmbito do mandato que lhe foi conferido, responsabilizar-se directamente pela condução do processo de descolonização da Namíbia, enquanto o governo de Angola continua disponível para prosseguir os esforços diplomáticos para a instauração de um clima de paz duradouro na África Austral, sem que tal implique aceitar que se ponha em perigo a soberania e independência do povo angolano duramente conquistadas.

O governo angolano não abdicará por outro lado — afirma o dirigente angolano — **ao direito que lhe confere a Carta das Nações Unidas, nem declinará as suas responsabilidades de defender o seu povo e as suas conquistas. Assim, no caso do agravamento das agressões contra o seu território não hesitará em solicitar o concurso da comunidade internacional e, em particular, dos seus aliados.**

A melhoria das condições para a defesa da revolução esteve de resto no centro das atenções da reunião de organização do MPLA-Partido do Trabalho realizada a semana passada em Luanda. Na ocasião, o camarada Eduardo dos Santos apontou a queda do preço do petróleo bruto e o maior envolvimento dos EUA nos assuntos internos da RPA como os dois acontecimentos determinantes que obrigam a repensar as medidas programadas para aplicar as orientações traçadas pelo II Congresso do Partido para a solução dos problemas mais candentes que o país enfrenta.

A necessidade de **cerrar fileiras em torno do Partido**, nesta conjuntura difícil, foi diversas vezes apontada, bem como **a unidade entre o Partido e o povo e a unidade da nação em torno dos objectivos fundamentais que são a reconstrução nacional e a defesa da pátria e a criação das bases para a edificação do socialismo.**

Quem ameaça quem? «Guerras sujas»

Uma das componentes da política externa dos Estados Unidos — agora ainda agravada — é o atear ou agravar dos incêndios dos conflitos regionais. Angola, Afeganistão, Nicarágua, Kampucheia, Médio e Extremo Oriente — os exemplos sucedem-se. A administração Reagan reivindica, com cínico à-vontade, as verbas necessárias para armar e organizar bandos terroristas em todos os pontos do globo onde estão em causa os seus «interesses vitais». Como se sabe, foi mesmo decidido o fornecimento de mísseis «Stinger», ou seja sofisticado material de guerra, aos bandos que actuam contra Angola e o Afeganistão.

Os perigos inerentes a tal política são evidentes. Quanto aos resultados concretos, estão longe de ser os pretendidos por Washington.

Transcrevemos, a propósito, extractos de um comentário da informação de um dos países vítimas dessa política: o Afeganistão. Com uma nota prévia: apesar de ser vítima de uma agressão, o povo afegão aponta para o próximo quinquénio (Março de 1986 a Março de 1991) metas como: um crescimento do produto nacional bruto em 25%, de 38% para a produção industrial, de 15% para a produção agrícola e de 26% para o rendimento anual.

«Numa declaração pública em Washington, Ronald Reagan, presidente dos EUA, declarou que o Afeganistão e Angola (afastados milhares de quilómetros da América do Norte), tal como a Nicarágua, ameaçam a segurança dos Estados Unidos. Pelo contrário, ele, Reagan, preocupa-se constantemente (imaginam!) com o povo afegão. Assim tenta justificar a guerra não-declarada contra o Afeganistão, a ingerência que devorou, nestes últimos cinco anos, 1,2 biliões de dólares.

Mas o que é que o presidente dos Estados Unidos diz ser a preocupação pelo povo afegão? A destruição, no país, de mais de 2 mil escolas, de dezenas de hospitais, de vários milhares de quilómetros de cabos eléctricos? Como ousam classificar de preocupação pelo povo afegão o bombardeamento com roquettes de bairros de habitação em Kabul ou a destruição, no espaço aéreo afegão, de um avião civil abatido por um *stinger* americano?»

«Com a bênção de Reagan, terroristas enviados do estrangeiro assassinaram mais de 250 personalidades religiosas do país. O prejuízo material causado à economia pela guerra por procuração desenvolvida pelos Estados Unidos contra o Afeganistão é de quase 900 milhões de dólares.»

(...)

«A imprensa norte-americana classifica abertamente a política anti-afegã dos Estados Unidos como a mais importante operação da CIA desde a guerra do Vietname. Uma comparação particularmente precisa. Mas é preciso ir mais longe: ainda hoje, em todo o mundo, se qualifica a guerra desencadeada pelos Estados Unidos contra o Vietname de "guerra suja".»

Relações PCP-PS Iemenita

O embaixador da República Popular Democrática do Iemen em França, Abdulla Abooda Haman e o adido da referida Embaixada, Al-Hamdany Ahmed, de visita a Portugal, foram recebidos na sede central do Partido Comunista Português por Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do CC, que se encontrava acompanhado por Domingos Lopes, membro suplente do CC.

Abdulla Abooda Haman deu uma informação sobre os últimos acontecimentos no Iemen e o trabalho presentemente em curso para a consolidação da revolução yemenita.

Foi dada aos camaradas iemenitas uma informação sobre a luta do PCP e do povo português em defesa do regime democrático e expressa a solidariedade dos comunistas portugueses para com a luta do Partido Socialista Iemenita e do povo do Iemen.

Avante!

«No Programa do Partido Comunista Português salienta-se que o governo de Salazar é o governo da grande burguesia monopolista, dos banqueiros, grandes industriais, grandes lavradores e grandes comerciantes. Os ministros fascistas estão ligados à banca, à grande indústria, à agricultura latifundiária e ao comércio monopolista.

«(...) Serão estes homens, ligados a grandes empresas industriais e ao patronato mais reaccionário, capazes de se interessarem por uma melhoria da situação da classe operária e as outras classes trabalhadoras? Estarão por acaso dispostos a concederem um aumento de salários, ordenados e vencimentos para as classes trabalhadoras, eles que servem o grande capital explorador dessas classes?

«Poderão estes ministros evitar o esmagamento das classes médias pelas grandes empresas monopolistas, eles que estão ao serviço dessas mesmas grandes empresas? Poderá o governo de Salazar pôr cobro à acção dos monopólios e dos monopolistas na vida económica e política do País, se esse governo é constituído por homens ligados ao capital monopolista?

«Poderão defender os interesses nacionais, os interesses da indústria e da agricultura nacional, ministros que estão ligados a poderosos trusts estrangeiros interessados em subordinar a nossa economia aos seus interesses gananciosos?

«Não, não podem! É aqui que se encontra a raiz profunda do mal-estar em que vivem as classes trabalhadoras e médias, é aqui que se encontra a razão de ser da política antinacional do governo (...).»

(«O Governo dos Monopólios e dos Monopolistas» — «Avante!», VI série, n.º 252, 1.ª quinzena de Abril de 1958)

Avante!

«No conjunto da actividade revolucionária do Partido Comunista Português em defesa dos interesses das massas trabalhadoras, pela revolução democrática e nacional e pelo socialismo, o problema de fundos não é dos menos importantes.

«A actividade revolucionária do Partido e o desenvolvimento desta a níveis superiores exigem recursos financeiros cada vez maiores.

«Sem recursos financeiros suficientes não é possível desenvolver um amplo trabalho de organização, impulsionar e dirigir as lutas das massas trabalhadoras, proceder a uma actividade sistemática de controlo das organizações do Partido à escala nacional, defender e manter os homens e mulheres que entregaram toda a sua vida à luta revolucionária.

«Sem fundos suficientes não é possível manter a edição regular da imprensa do Partido, a publicação de folhetos, manifestos e tarjetas, proceder à sua distribuição em todo o País.

«Ao dirigir-se a todos os militantes e simpatizantes do Partido a Comissão Executiva do Comité Central apela para que o problema dos fundos seja considerado permanentemente como um problema político de capital importância.

«(...) Avante para uma maior e permanente recolha de fundos para o Partido!

«Avante pela criação de numerosos grupos de amigos do Partido em todos os locais de trabalho, entre os intelectuais e a juventude!»

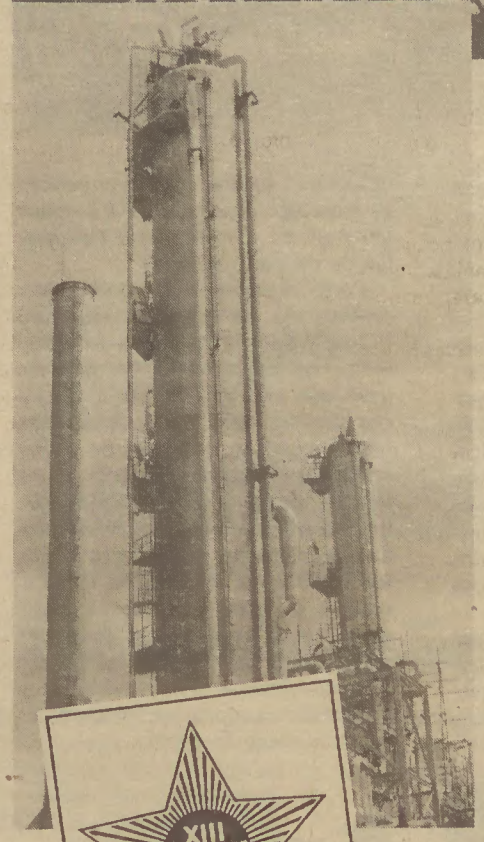
(«Fundos Um Problema Político de Capital Importância» — «Avante!», VI série, n.º 377, Abril de 1967)

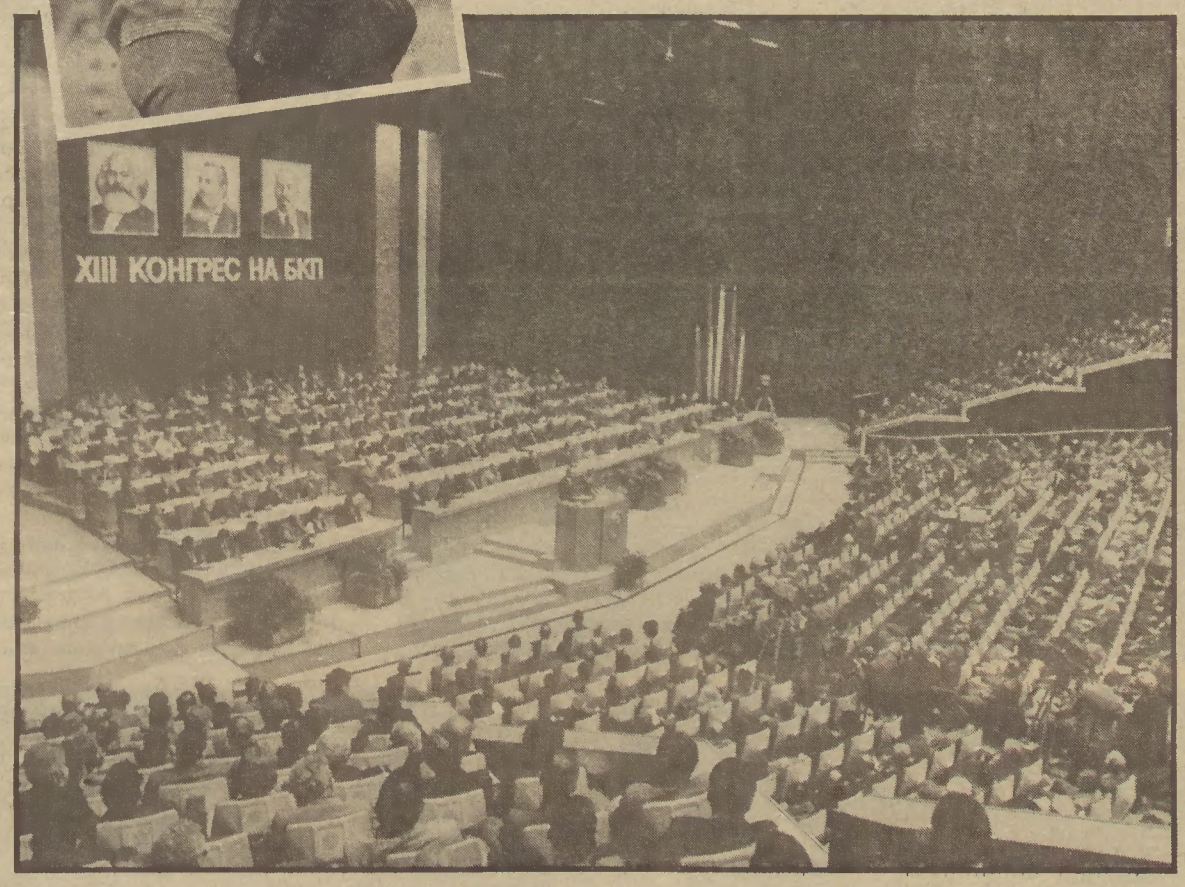
Em Foco

Avante!

Ano 53 – Série VII
N.º 641
10 de Abril de 1986
3.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Doze anos depois...





Há doze anos, em 1974, desembarquei pela primeira vez no aeroporto de Sófia. A dizer a verdade, não era apenas a primeira vez que desembarcava em Sófia: era — e talvez o fundamental — a primeira vez que desembarcava num país socialista.

Mais ainda. De Sófia para Varna, para uma reunião de jovens que durou cinco dias. Cinco dias de trabalho — mas um trabalho que era todo novo. O fascismo quedara-se meses antes, o futuro desenhava-se todo a uma nova luz.

Recordando, talvez até se tenha desenhado uma particular curiosidade... Afinal, como eram, como pareciam esses homens e mulheres que viviam nuns países socialistas de que só clandestinamente se sabia?

Doze anos passaram. Aquela curiosidade febril é hoje outra. No fundo, a curiosidade de confrontar essa visão tão feliz de um socialismo real com o entretanto sabido, o entretanto contado, o entretanto vivido.

Doze anos depois, a Bulgária socialista seria de novo revelação, de novo alegria, de novo certeza?

A oportunidade era outra — mas semelhante. Há doze anos uma reunião de jovens de todo o mundo, desta feita — também uma reunião. Só que, agora, o XIII Congresso do Partido Comunista Búlgaro. Uma reunião bem diferente, maior, bem mais importante, mas com toda a esperança e toda a certeza assegurada pela luta dos povos, pelo quotidiano do Partido.

Há doze anos, de Sófia, soubera a passagem. Hoje, a semana passada, soube uma cidade onde a Primavera já chegou, mas floresce em 240 metros quadrados de zonas verdes para cada habitante. Hoje, doze anos depois, conheci o trabalho de um Partido que encara as apostas da ciência e da técnica e assegura que, com elas, o futuro da Humanidade será construído. Com os trabalhadores e com a classe operária.

Doze anos depois, vi como um Partido que pode orgulhosamente reclamar ter a «velhice» de uma luta popular de séculos, pode orgulhosa e coerentemente reclamar o legado do seu dirigente Jorge Dimitrov, vi como esse Partido enfrenta as dificuldades, assume a crítica, reclama o passado, assume o presente, enfrenta o futuro.

Doze anos depois, de novo saber como é fundo o internacionalismo no povo búlgaro, nos comunistas da Bulgária. De novo ver como a amizade com o povo soviético é uma realidade de todos os dias, ancorada na experiência, nos princípios e na prática. Sentir que essa solidariedade e esse internacionalismo tem uma parte que se chama Portugal e que se chama PCP.

Doze anos depois...

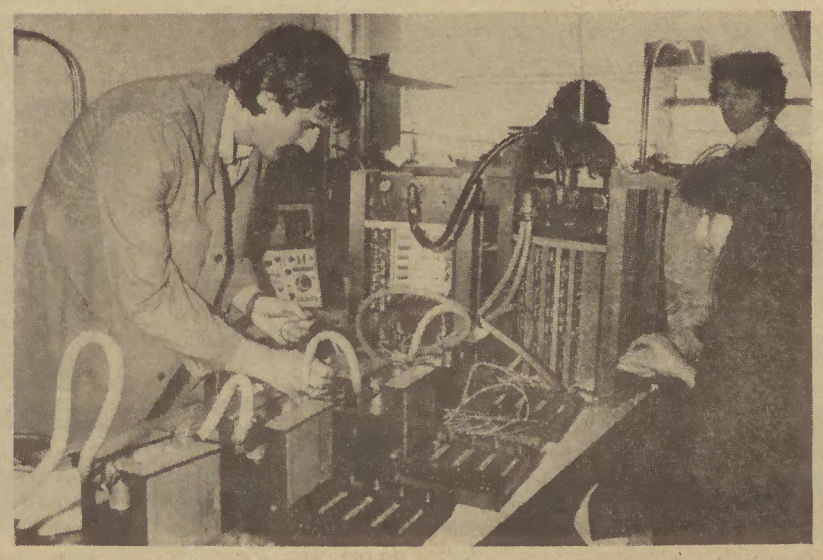
Talvez antes de dizer que foi muitos mais anos antes. Saber que, daqui a doze, ou muitos mais, anos, alguém chegará à Bulgária para ver, em mais construído, em maior e em melhor, o socialismo que se constrói, a classe operária que triunfa, o futuro que existe.

E para isso contribuiu o XIII Congresso do Partido Comunista Búlgaro que eu vi e tentarei contar. Doze anos depois, muitos anos antes do futuro que já começou. ■

do nosso enviado especial
João Chasqueira

XIII Congresso do Partido Comunista Búlgaro

Tudo pelo Homem tudo pelo bem estar do Homem



XIII Congresso do PC búlgaro

«Tudo pelo bem do homem»

Com a aprovação dos documentos contendo as orientações e linhas de acção do Partido e do Estado para os próximos quinze anos (designadamente para o próximo quinquénio) e com a eleição por unanimidade do novo Comité Central e dos organismos executivos, terminou no último sábado, após quatro dias de trabalhos, em Sófia, capital da República Popular da Bulgária, o XIII Congresso do Partido Comunista Búlgaro.

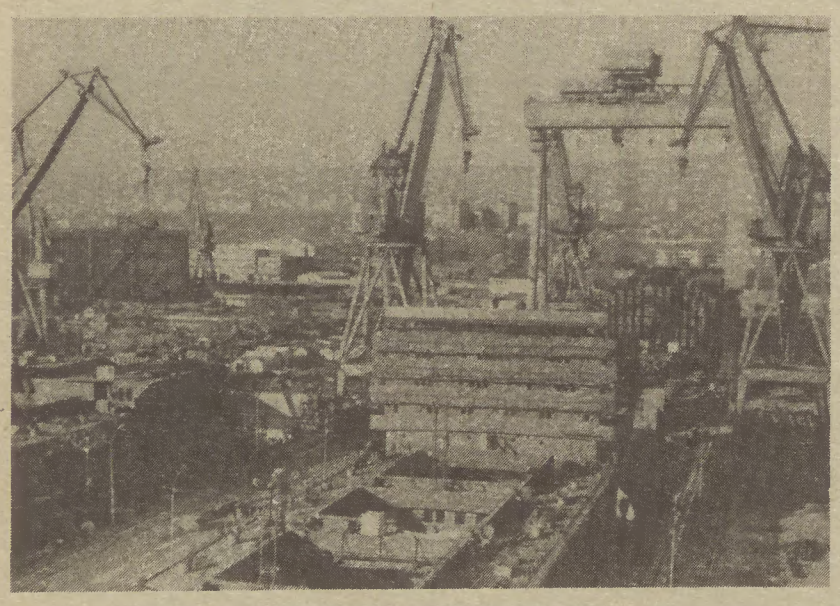
«Tudo pelo homem, tudo pelo bem do homem», palavra de ordem inscrita num pano colocado a toda a largura de uma rua do centro histórico (um dos muitos que a par de bandeiras e painéis profusamente espalhados inundaram de cor a cidade) bem poderia ter sido um dos lemas escolhidos para o Congresso, de tal modo sintetiza, em nosso entender, o aspecto nuclear das preocupações e objectivos que estiveram presentes ao longo dos debates e do espírito que animou os participantes desta assembleia magna dos comunistas búlgaros.

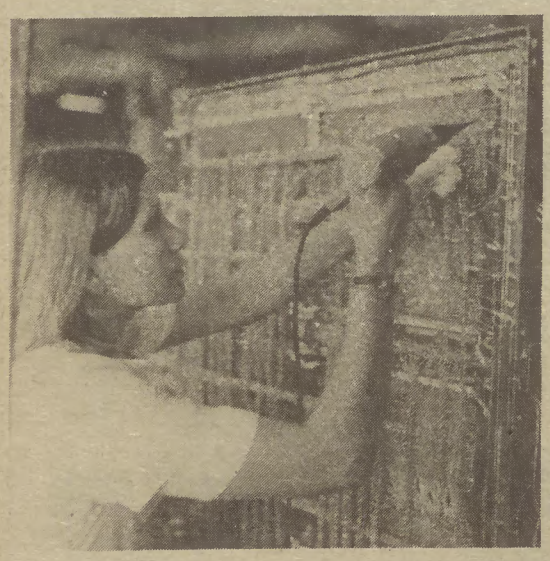
Importância histórica

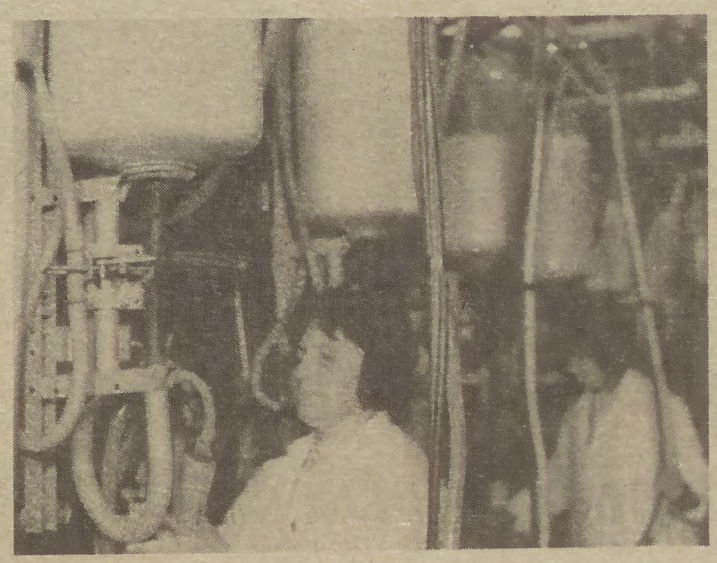
Considerado um acontecimento de indiscutível importância para este país balcânico — opinião partilhada pelos mais diversos observadores — o Congresso do PCB definiu as tarefas que nas novas condições nacionais e internacionais permitirão prosseguir de forma criadora a construção do socialismo na Bulgária, apontando nomeadamente as tarefas que se inserem num quadro de renovação que garanta um aprofundamento da democracia socialista e um desenvolvimento acelerado da economia por forma a assegurar a completa satisfação das necessidades do povo nos domínios material e espiritual e a enfrentar todos os desafios que se colocam no novo século que se aproxima.

Nesse sentido, os 2661 delegados presentes no moderno Palácio da Cultura da capital búlgara incidiram grande parte da sua atenção nos problemas colocados pela revolução científico-técnica, questão que consideraram de primordial importância e que ocupa um lugar de primeiro plano nas tarefas do momento presente.

Como sublinhou o camarada Todor Jivkov, secretário-geral reeleito do PCB e Presidente do Conselho de Estado, «edificar a sociedade socialista avançada significa realizar a revolução científico-técnica», revolução esta que, segundo referiu, terá de contar em primeiro lugar com a ciência e que terá de passar por uma renovação tecnológica da produção e por um aperfeiçoamento da direcção e dos mecanismos da economia na qual deverão a partir de agora ocupar papel de destaque as empresas socialistas autogeridas, com amplos direitos e responsabilidades e os colectivos de trabalhadores, como administradores da propriedade socialista.







Prática leninista

Culminando um intenso trabalho preparatório no decorrer do qual se empenharam activamente centenas de milhares de comunistas e outros trabalhadores — perto de 150 mil propostas de alteração e notas críticas às teses e mais de 250 mil intervenções em plenários e reuniões dão uma ideia da ampla participação e da abertura deste período — o XIII Congresso dos comunistas búlgaros constituiu igualmente uma demonstração da vitalidade do marxismo-leninismo, da sua força inovadora e do seu papel de guia insubstituível na edificação de uma sociedade justa e livre que satisfaça todas as necessidades e aspirações dos trabalhadores e do povo.

Exemplo desta realidade constituiu sem dúvida, a forma franca e aberta como decorreram os debates ao longo do Congresso, trabalhos marcados por um espírito crítico e autocrítico, prática leninista que permitiu não apenas levantar frontalmente as deficiências, erros e dificuldades sentidas nalgumas esferas do Partido e do Estado como também apontar sugestões e propostas para a sua efectiva correcção.

Linha de Abril

Não se pense, todavia, derivar tal atitude de qualquer escassez de êxitos e vitórias (um justo e merecido realce foi dado aos resultados frutíferos obtidos no último quinquénio) ou de qualquer alteração ou desvio ao rumo traçado nos últimos trinta anos pelo Partido de Dimitrov.

Longe disso. Aprofundando de forma criativa a chamada linha de Abril que em 1956 rompeu com o culto da personalidade e com as manifestações de dogmatismo e de sectarismo, o que os comunistas búlgaros agora fizeram, neste limiar do século XXI — pese embora, repetimos, o cumprimento das linhas gerais e tarefas traçadas pelo Congresso anterior —, foi constatar que «alguns dos factores que contribuiram para o avanço registado até ao momento presente haviam esgotado as suas possibilidades. Ou seja, para as «novas realidades» que entretanto se colocaram ao Partido e ao país, novas respostas, prontas e eficazes, urgia encontrar.

E foi exactamente isso que aconte-

2661 delegados

Nos trabalhos do Congresso participaram 2661 delegados em representação de 932 mil e 55 militantes do Partido Comunista Búlgaro, segundo dados distribuídos aos jornalistas e referentes a 1 de Janeiro de 1986.

Do número total de delegados, 70,2 por cento foram eleitos pela primeira vez e 28,34 por cento são mulheres, sendo que 60 por cento dos delegados tinha menos de 50 anos.

A esfera da produção foi a mais representada, uma vez que 943 delegados pertenciam à indústria e 331 à agricultura. Da totalidade dos presentes no Congresso, 1104 eram representantes da intelectualidade, quadros técnicos e científicos.

Convém ainda referir que 241 dos delegados eram já membros do Partido Comunista Búlgaro no período anterior ao triunfo da revolução socialista de 9 de Setembro de 1944.

Os trabalhos do Congresso decorreram, além das sessões plenárias, em 5 acções, abordando cada uma, respectivamente, problemas de organização, técnico-científicos, culturais, sobre a democracia socialista e a política externa.

Foram convidadas e participaram nos trabalhos do XIII Congresso do Partido Comunista Búlgaro 137 delegações estrangeiras oriundas de 107 países.

ceu. Foi a expressão desta vontade colectiva de um povo empenhado em construir a felicidade e o bem-estar, de um povo que já resolveu problemas básicos como por exemplo o direito ao trabalho ou o direito à assistência médica e ensino gratuitos, que esteve patente ao longo das mais de trinta horas de trabalhos.

Através de mais de 150 intervenções, os delegados que subiram à tribuna do XIII Congresso transmitiram abertamente as suas experiências, detiveram-se nos fenómenos negativos e nos problemas existentes, analisaram detalhadamente as suas origens e consequências.

Mas não se ficaram por aqui. Numa inequívoca demonstração de empenhamento na construção do futuro, todos eles, sem excepção, manifestaram total disponibilidade em contribuir para concretizar as decisões aprovadas sobre as quais assentarão o reforço da democracia socialista, a elevação do papel do indivíduo e das massas populares na gestão e na produção, em todos os aspectos da vida política e social. ■

Intervenção de Octávio Pato

Sempre rodeada de calorosas manifestações de amizade e solidariedade quer ao longo da estadia quer no decorrer dos próprios trabalhos, a delegação do PCP que se deslocou a Sófia foi uma das 135 delegações estrangeiras convidadas a assistir ao XIII Congresso do Partido Comunista Búlgaro.

Constituída pelos camaradas Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, e por Carlos Luís Figueira, membro do CC, a delegação portuguesa foi a quinta a usar da palavra na tribuna do Congresso, pela manhã do segundo dia de trabalhos, logo a seguir à União Soviética, Nicarágua, Grécia e Vietnam.

É essa intervenção, proferida pelo camarada Octávio Pato, que reproduzimos na íntegra:

Queridos camaradas:

É com grande satisfação que transmitimos aos delegados do XIII Congresso do Partido Comunista Búlgaro, a todos os comunistas e ao povo da Bulgária as mais calorosas e fraternas saudações do Partido Comunista Português.

Seguimos com a maior atenção os trabalhos do vosso Congresso e fazemos votos para que ele constitua um poderoso impulso no processo de edificação da sociedade socialista avançada, o que terá um significado e repercussão que vão muito além das fronteiras do vosso país.

O vosso Congresso constitui uma elevada expressão da consequente política de paz do PCB e da República Popular da Bulgária. Pelo nosso lado, valorizamos altamente as propostas de paz dos países socialistas. Destacamos entre elas a proposta da URSS, apresentada em 15 de Janeiro pelo camarada M. Gorbatchov, para liquidar as armas nucleares até ao ano 2000. Sublinhamos a importância da proposta da Bulgária, apresentada pelo camarada T. Jivkov, para que os Balcãs sejam uma zona livre de armas nucleares e químicas.

A agressividade do imperialismo, designadamente dos EUA, a frenética corrida às armas, envolvendo o próprio cosmos, a ameaça, a ingerência e a agressão a povos e países, reflectem o aceleramento da crise geral do mundo capitalista e a sua natureza de classe.

O contraste entre a política de paz dos países socialistas e a política belicista do imperialismo; o contraste do mundo capitalista em crise, com o mundo socialista em fase de rápido desenvolvimento das suas capacidades produtivas e técnico-científicas, é uma clara demonstração da superioridade do sistema socialista.

O histórico XXVII Congresso do PCUS constitui um novo impulso criador do marxismo-leninismo e marca uma nova etapa de arranque e reforço da força de atracção dos ideais do socialismo. A sua realização, bem como a realização do XIII Congresso do PCB e a nova fase de desenvolvimento da comunidade socialista constituem a mais poderosa barreira aos projectos belicistas do imperialismo e representarão um enorme incentivo à luta de todos os povos ainda oprimidos e explorados. Sendo a luta pela defesa da paz inseparável da luta pelo progresso social e independência dos povos, torna-se mais do que nunca necessário fortalecer a unidade e a coesão do movimento comunista e operário internacional, reforçar a cooperação e a solidariedade entre todas as forças revolucionárias, anti-imperialistas e amantes da paz à escala planetária.

Em Portugal, a luta dos comunistas e democratas portugueses em defesa das conquistas da Revolução de Abril, conjuga-se com a luta geral em defesa da paz e pela independência nacional. A política de direita realizada por sucessivos governos nos últimos 10 anos, mergulhou o país numa grave crise económica e social, crise que se acentuará com as consequências da recente adesão de Portugal à CEE. Há 10 anos que as forças reaccionárias se esforçam por realizar o seu objectivo central: destruir as grandes conquistas da Revolução de Abril e restaurar o poder dos monopólios. Há 10 anos que a classe operária e as massas populares, à frente das quais se encontra o PCP, lutam pela defesa dessas conquistas e pela consolidação da democracia.

No ano de 1985, a luta de massas, as eleições legislativas e dos órgãos da Administração Local caracterizaram-se pela desagregação do «bloco central» (PS e PSD) e por uma significativa e positiva alteração do quadro das forças partidárias representadas no parlamento.

Nas eleições para a Presidência da República, em 1986, com a derrota na 1.ª volta do candidato democrático que o PCP apoiava, criou-se uma situação nova e difícil. Concorriam na 2.ª volta das eleições o candidato da extrema-direita revanchista e fascizante F. Amaral e M. Soares, secretário-geral do PS, com grandes responsabilidades em todo o processo contra-revolucionário.

No curto espaço de 5 dias, o PCP convocou um Congresso Extraordinário e realizaram-se 800 plenários de organizações e células para discussão das Teses do CC, com a participação de dezenas de milhar de membros do Partido.

Sem apoiar M. Soares e mantendo as críticas à sua política, o Congresso resolveu apelar ao voto contra o candidato da extrema-direita, votando M. Soares. Todos reconhecem que a eleição de M. Soares só foi possível com a votação maciça do eleitorado comunista que assim deu mais uma prova da sua elevada consciência política.

Com a derrota do candidato da extrema-direita, afastou-se o perigo imediato de um golpe contra-revolucionário fascizante. E com a ampla convergência de forças e sectores democráticos, realizada em torno deste objectivo, criaram-se novas e melhores condições para salvaguardar a democracia e as conquistas de Abril.

O PCP continua a lutar por uma política de alternativa democrática, objectivo que só é possível com a cooperação e participação do PCP. O processo da revolução portuguesa, contrariamente ao que alguns pensam e propalam, não morreu, está vivo e viverá.

Queridos camaradas,

Os comunistas portugueses e a Revolução de Abril sempre encontraram por parte dos comunistas e do povo da Bulgária uma grande amizade e activa solidariedade. De igual modo podereis contar sempre com a amizade e solidariedade dos comunistas portugueses, tal como já o manifestámos na denúncia de campanhas de provocação e calúnias do imperialismo contra a Bulgária.

As relações de fraterna amizade, cooperação e solidariedade recíproca que sempre existiram entre os nossos dois partidos foram e continuam a ser alicerçadas nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário. Os laços que ligam os nossos dois partidos são indestrutíveis.

Viva o XIII Congresso do PCB!
Viva o Marxismo-Leninismo e o Internacionalismo Proletário!
Viva a Amizade entre o PCP e o PCB!

Reestruturação económica e novas tecnologias

• A opinião, a análise e o comentário da CGTP-Intersindical Nacional

O movimento sindical unitário, experiente e responsável, não enterra a cabeça na areia, como o avestruz. A revolução técnica e científica é uma realidade. As novas tecnologias são uma afirmação crescente no panorama económico das nações e do Mundo

Pela sua parte, a CGTP-Intersindical Nacional, como foi salientado no recente seminário sobre política de emprego, efectuado em Algés, distingue claramente **introdução selvagem** de **introdução negociada** de novas tecnologias.

O texto, que merece leitura atenta, foi extraído e adaptado (subtítulos da nossa responsabilidade) a partir do documento-base preparado pela Central unitária para os trabalhos do referido seminário.

Profundas alterações

Nos principais países capitalistas, a revolução científica e técnica está a acelerar a reestruturação da produção e a acentuar o processo de concentração dos sectores estratégicos do desenvolvimento num reduzido grupo de Estados e de empresas multinacionais.

Apesar das diferenças de ritmo e de intensidade com que as novas tecnologias estão sendo introduzidas, as suas consequências atingem todos os países duma forma irreversível, acentuando o carácter internacional da economia mundial.

Uma importante característica do que se tem convencionado chamar «novas tecnologias» é a possibilidade da sua generalização a todos os sectores de actividade, pois podem não ficar limitados a aplicações parcelares e pontuais. Esta característica está já a provocar profundas alterações na organização do trabalho nas empresas, na estrutura e nível de emprego na qualificação e mobilidade da força de trabalho, nos processos de decisão e de gestão, no desenvolvimento regional. Porém, verifica-se que todos estes efeitos dependem não só do tipo de tecnologias mas, principalmente, das condições sociopolíticas da introdução dessas tecnologias.

Da produção à energia

As **novas tecnologias de produção** (*robots* universais e especializados, máquinas de controlo numérico, sistemas CAD/CAM de utilização de computadores na concepção de produtos e na automatização e controlo da sua produção, autómatos programáveis, aplicações industriais de raios «laser», etc.) conduzem a aumentos muito importantes da produtividade do trabalho devido à melhoria do tempo de utilização do equipamento, à redução dos «tempos mortos» e dos custos do capital fixo e circulante, com o aumento simultâneo da qualidade dos produtos. Ao reduzir o tempo e as operações necessárias para a concepção e produção, estas tecnologias permitem reduzir também as escalas de produção consideradas minimamente rentáveis levando a uma grande proliferação e dispersão de novas produções que vão concorrer directamente com as produções actuais de muitos sectores «clássicos».

As **novas tecnologias energéticas** (solar, térmica e fotovoltaica, biomassa, eólica, geotérmica, etc.), desenvolvidas sob a necessidade de diversificar as fontes de energia e diversificar as fontes de energia e de possibilitar economias de energia (pelo que se inclui aqui também novos processos para aproveitar as fontes tradicionais), facilitarão a desconcentração da produção, beneficiada também pela baixa intensidade energética da produção de novos sectores, e conduzirão a novas formas de organização dos transportes e dos espaços económicos e urbanos.

As novas tecnologias induziram também ao desenvolvimento de «**novos materiais**» (cerâmicos, térmicos, fibras ópticas, plásticos polímeros, compósitos, ligas metálicas, etc.) que estão já a ter profundos efeitos nas indústrias aeronáutica, automóvel, electrónica e nas telecomunicações devido ao seu baixo consumo energético, menor densidade específica, resistência e flexibilidade.

Profundas consequências

As **biotecnologias** (incluindo a engenharia de fermentação, a engenharia dos enzimas, engenharia genética, etc.) terão profundas consequências nas indústrias agro-alimentares, farmacêutica, química fina, produção de biogás, etc. e está a afirmar-se como um potencial factor de desenvolvimento futuro, nomeadamente melhorando a eficácia da utilização da terra e dos recursos oceânicos.

A **microelectrónica** e as novas tecnologias de informação com base no microprocessador e circuitos integrados (computadores e microcomputadores, processamento de textos, telemática, sistemas de processamento de dados, sistemas electrónicos, tecnológicos e telecomunicações, etc.) constituem, dentre as novas tecnologias, as que maiores avanços têm verificado nos últimos anos e aqueles que maiores efeitos já estão a provocar.

A profunda transformação no sector de serviços, nos sistemas de transmissão da informação, na área da gestão e organização das empresas, nos próprios padrões do consumo das grandes massas tem sido alvo de múltiplas análises, contraditórias, sobre os seus efeitos mas todas consideram a irreversibilidade da sua expansão crescente a nível mundial.

Valor e funções do trabalho

Com as novas tecnologias, as condições do crescimento económico modificam-se, pois a edificação de novas fábricas e o crescimento dos efectivos da força do trabalho constituíam a base do progresso das forças produtivas mas este, agora, começa a estar mais dependente do estado geral da ciência e da inovação e tecnologia no interior da produção.

O predomínio de factores qualitativos no crescimento modifica os coeficientes capital-trabalho e modifica o valor e as funções do trabalho, agudizando a contradição entre a propriedade privada dos meios de produção e a natureza social do processo produtivo, num contexto em que os sistemas de gestão assumem peso importante.

Em Portugal, o importante das novas tecnologias far-se-á sentir com intensidade devido ao elevado grau de abertura da economia portuguesa ao exterior, agora ainda mais acentuada com a entrada na CEE, devido à relativamente baixa produtividade e competitividade de muitos sectores, que terão de defrontar no mercado interno a concorrência induzida pelas importações e devido também à política de abertura ao capital estrangeiro que vem sendo prosseguida.

Porém nas actuais condições sócio-políticas pode prever-se que o processo de introdução das novas tecnologias seja lento e a sua difusão seja restrita, numa primeira fase, às empresas melhor organizadas.

De facto, o imobilismo prevalecente na maior parte das empresas e do aparelho de Estado, a ausência das políticas nacionais necessárias para criar um ambiente favorável à introdução das novas tecnologias (política de educação, política tecnológica nacional, política de formação profissional), a descoordenação entre as poucas instituições científicas e as empresas, nomeadamente nacionalizadas, o subaproveitamento dos técnicos e especialistas nacionais, a ausência de um planeamento eficaz para acompanhar e controlar a difusão das tecnologias, os interesses prevalecentes nas decisões das empresas cujos proprietários se revelam pouco interessados no seu desenvolvimento, são factores que pesam negativamente no processo de introdução de novas tecnologias em Portugal.

Verifica-se assim que as questões levantadas pelas novas tecnologias só podem ser correctamente equacionadas e resolvidas se forem criadas as condições institucionais e sócio-políticas para promover o desenvolvimento económico que garante a estabilidade política e social e a consolidação do regime democrático constitucional.

A introdução negociada das novas tecnologias tem de se efectuar com base na informação de um contexto favorável à reorganização e modernização das empresas, em especial, pela sua importância, das empresas nacionalizadas.

Que faz o patronato conservador

O chamado **desafio das novas tecnologias** está a ser utilizado pelo patronato conservador para «justificar» o mais retrógrado liberalismo económico («temperado» com os subsídios do Estado), e a deterioração dos salários, para o combate aos direitos e regalias dos trabalhadores, nomeadamente o direito ao trabalho, para a alteração da delimitação de sectores, em suma, para tentar dar alguma coerência às suas teses e fazer esquecer o papel que esse mesmo patronato desempenhou e desempenha no subdesenvolvimento do País.

Os **trabalhadores** são os primeiros e maiores interessados em assegurar um crescimento estável e dinâmico da economia e para isso têm em consideração a envolvente internacional que actua sobre o nosso País.

Os trabalhadores estão vitalmente interessados em debater, negociar e chegar a acordos que garantam os seus direitos e que permitam, simultaneamente, que as empresas reforcem a sua competitividade e melhorem as suas formas de gestão.

A introdução selvagem de novas tecnologias, mesmo que limitadas na sua fase inicial, conduziria à diminuição de empregos estáveis e ao aumento de empregos precários em muitos casos pior qualificados, aos despedimentos colectivos, à queda do salário real, à intensificação desenfreada dos ritmos de produção. A introdução **negociada** de novas tecnologias poderia, pelo contrário, minorar os seus efeitos reais negativos, ser articulada com uma maior participação e controlo dos trabalhadores, com uma melhor organização e gestão das empresas.

Informação completa

A introdução **negociada** das novas tecnologias tem de se efectuar com base na informação completa e atempada e pode conduzir à criação completa e atempada e pode conduzir à criação dum contexto favorável à reorganização e modernização das empresas, em especial, pela sua importância, das empresas nacionalizadas.

A **CGTP-IN** considera que este amplo processo de negociações, a todos os níveis, não se pode alhear das condições socioeconómicas globais prevalecentes e, como organização sindical de classe, considera que só com o respeito pelos princípios constitucionais que apontam para a edificação duma sociedade mais justa, mais fraterna, se poderão converter os desafios das novas tecnologias e os aumentos de produtividade engendrados, em maiores possibilidades de emprego e de satisfação das enormes necessidades básicas da população portuguesa, em aumento dos tempos livres e em fonte de progresso social. ■

■ *Virgílio Martinho*

Censurar era ofício

Passaram doze anos. Em Dezembro de 1973, o Grupo de Campolide submetia à Censura, era obrigatório, a minha peça **Filopópolus**. Sem o seu veredicto não se podia estrear. Era assim antes de Abril. Requerida a mesa censória, marcada a data, como se tudo isto fosse uma mera burocracia, chegou a noite do julgamento. Entraram os censores em fila indiana, por ordem da sua própria importância. À frente, naturalmente, avantajava-se a figura pia do reverendo Moreira das Neves, o censor-chefe. Logo atrás vinha um douto juiz seguido por um pide ao serviço da tesoura e do lápis azul. Havia mais três ou quatro, não identificados, que hoje devem ser ferrenhos democratas. Eles vinham de abafos e chapéus de chuva, era Inverno. Também de mau olhado por terem de perder a sua preciosa noite numa modesta colectividade de bairro com um grupelho de jovens que fazia teatro, gente de resto com fama de ser da oposição. No entanto, o dever era o dever, que remédio, e eles ali estavam de olho atento aos passes e de faro o mais possível apurado. A sua alta missão, preservar o regime de insidiosas subversões, tinha de ser cumprida. A trincheira de que eram substância exigia incomodidades.

Estavam a tê-las. Os assentos não eram estofados, o ginásio transformado em sala de teatro gelava, uma corrente de ar cortava que nem faca e a luz ambiente não chegava para ler breviários. Sentaram-se, o reverendo ficou ao meio, ladeado pelo pide e o juiz, os outros sem definição preencheram as restantes cadeiras. Esperaram. Dez minutos depois, ou mais, muito mais, o duro do assento actuou nos mais magros, a corrente de ar começou a fazer sentir os seus efeitos e a luz mortiça cavou nos rostos o mau parecer de quem está desconfortável. É certo, podiam fumar, mas eles não sabiam, talvez até nenhum tivesse tal vício. Era gente que se poupava. Não ao epíteto de censores, mas este fazia parte integrante da sua própria dignidade, tingido com as melhores cores do regime e defendido pelos mecanismos policiescos em que respiravam. Suponho que ao verem o teatrinho por dentro teriam olhado uns para os outros e suspirado pelo martírio a que eram sujeitos. Onde os arrastava a missão a que os obrigava o dever. Mas o censor-chefe estava de pedra, tinha tido notícias da actividade do grupo, havia que tirar a limpo. Isto de teatro não era de fiar.

E como era a cabeça censória não tugia nem mugia às agrestes condições do ofício, abafava-se no seu abafo e dava o exemplo. Era criatura de prestígio, condutor de almas, um dos pilares clericais do regime, doutor nisto e naquilo, director de jornal, enfim, uma sumidade. E esta, a sumidade, ali no teatro pobretana do bairro de Campolide, aguentava valente a cadeira desengonçada, o álgido da sala, o mortiço da iluminação, depois a teatrada impingida no pequeno palco a movimentar-se dentro duma poeira visível a olho nú, que a luz vinda dumas incríveis latas a servirem de projectores realçava. Evidentemente, uma estopada! Havia o prémio, claro, um ofício é um ofício, ser censor do fascismo um ideal, assim como que guerreiro, como que paladino, dedilharia o reverendo lá com os seus botões, enquanto os outros, ora ora, se consolariam a pensar no dinheirinho que iria cantar nas suas algibeiras após o desconforto do serviço prestado, assim como que umas horas extraordinárias, sempre ajudava a manter a amásia que a carne é forte ou a pagar a prestação do popó. Coisas próprias da vida. O que não evitava que a mesa censória, com excepção do reverendo, não se mexesse nos assentos, não tossicasse, não se coçasse nervosa, não se assoasse constipada de repente, não se massajasse reumatizada, maldita corrente de ar, não haverá ninguém aí que feche aquela nesga de porta aberta?

Não havia. A nesga de porta estava aberta como que de propósito para constipar, a poeira do palco minúsculo como que conservada para fomentar alergias a gente metediça com espírito tesoura, os enganos sucesivos, quase exagerados, dos actores como que para confundir ouvidos à espera de subversões inomináveis. Mais os adereços que caíam quando deviam ser de equilíbrio estável, as entradas e saídas de cena atropeladas como se ninguém soubesse qual era o seu lugar, os ritmos todos trocados, rápidos quando deviam ser lentos, lentos quando deviam ser rápidos. Uma balbúrdia! E por detrás de tudo isto, um riso reprimido, de boca fechada, arma antiquíssima do teatro, a máscara da comédia. Transformar para a censura uma peça acusadora numa incoerência grotesca, inofensiva, era o objectivo.

Só em parte conseguido, pois no final, quando Filopópolus, o falso amigo do povo, finalmente no poder, abre os seus braços de avejão para que o mundo seja dele, tudo o que abraça, além dos cúmplices, são cadáveres e revolta. E neste momento, sua reverendíssima quase percebeu que o queriam enganar e franziu o sobrolho de sumidade. Mas teria sido apenas uma suspeita. Talvez tivesse pensado: coisas de gente nova, vapores mórbidos que passam com a idade, mas é preciso aparar-lhes as asas.

De facto, aparou o texto com vinte e tal cortes e aconselhou moderação e bom gosto em algumas cenas,sobretudo na última. Posto isto, humanisticamente, pregou aos actores sobre os riscos da exaltação imoderada do espírito, da irresponsabilidade das ideias subversivas e do humor desbocado que punha em causa valores morais a conservar, pois que o teatro devia ser mensagem, beleza e pátria. Depois, com sorriso de claustro, retirou-se com o seu séquito. Dois porém ficaram para trás. O pide demorou-se a observar o retrato de um grupo excursionista pendurado na parede da sala de bilhar e o juiz pôs os óculos de ver ao perto para se deleitar na fotografia de um grupo de raparigas ginastas de 1939. E foi tudo.

Tudo não. **Filopólus** foi representado na íntegra e quatro meses depois, em Abril, esta e outras mesas censórias desapareceram nas brumas do horizonte, que não da nossa memória. Que elas não regressem é uma luta a continuar, sempre. ■

ERNST THÄLMANN

Um símbolo da paz e do antifascismo

Foi trabalhador portuário, carroceiro e carvoeiro, soldado imperial na Primeira Guerra Mundial, conheceu a vida dura dos desempregados e dos sem abrigo, foi sindicalista e deputado do Reichstag, candidato à presidência da República e preso político nas masmorras da Gestapo.

Foi um lutador antifascista e figura destacada do movimento comunista e operário internacional.

Foi assassinado, por ordem expressa de Hitler, quando na Alemanha agonizava o pesadelo do nazifascismo e no mundo nascia a esperança de um futuro melhor.

Foi Ernst Thälmann, um nome que ficou na História da Humanidade como símbolo da luta contra o fascismo, pela libertação do homem, pela paz.

Lembrar Thälmann agora, por ocasião da passagem do centésimo aniversário do seu nascimento — em 16 de Abril de 1886 — é muito mais do que um acto de homenagem a uma das figuras mais destacadas do nosso século. É trazer ao presente, através do seu exemplo, um alerta para os perigos que continuam a espreitar a humanidade, salvaguardadas as devidas diferenças.

Pode dizer-se que a luta pela paz ocupou sempre um lugar de destaque na vida de Thälmann. São conhecidas as suas acções de propaganda pela paz quando teve de participar na I Guerra Mundial, bem como os castigos que sofreu em consequência disso. O que não o impediu de apoiar e defender, mais tarde, o apelo de Lénine aprovado em Dezembro de 1917, que ficou conhecido como «Decreto pela Paz» e cuja essência radica no ideal leninista da coexistência pacífica entre os Estados, considerando a **guerra como o maior crime contra a Humanidade.**

Essa aspiração seria perseguida por Ernst Thälmann por todas as formas possíveis, desde a juventude quando aderiu ao Partido Social Democrata Alemão (SPD), passando pelos agitados períodos de profundas transformações políticas que então se viveram na Alemanha, e culminando com a sua adesão ao Partido Comunista da Alemanha (KPD) fundado em 1919 por Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht.

A consciência da importância da unidade das forças progressistas está bem patente nos esforços desenvolvidos com sucesso por Thälmann para a unificação dos social-democratas independentes (USPD) de Hamburgo aos comunistas, que se concretiza em 1920. No Congresso de unificação é eleito membro do Comité Central do Partido Comunista da Alemanha.

A palavra de ordem «para junto das massas» torna-se a partir de então a divisa que vai congregar todos os esforços na construção de um Partido que seja efectivamente o órgão dirigente da classe operária alemã, forte, unido e combativo face ao perigo crescente das forças reaccionárias da Alemanha.

Ernst Thälmann foi um dos primeiros a aperceber-se da ameaça fascista na Alemanha nos anos 20. A intensa actividade que desenvolveu para lhe fazer frente guindou-o justamente a um lugar de destaque no movimento operário internacional. A partir do V Congresso Mundial da Internacional Comunista, realizado em Moscovo em 1924, Thälmann passa a ser membro do seu Comité Executivo e, em 1925, presidente do mesmo.

No mesmo ano assume a presidência do KPD e candidata-se pela primeira vez à presidência do «Reich» alemão. Anteriormente, em Maio de 1924, havia sido eleito deputado do Reichstag (parlamento), tendo sido sempre reeleito até às eleições de Março de 1933, altura em que os fascistas hitlerianos declararam ilegalmente os mandatos dos comunistas como nulos.

O alerta que não foi ouvido

Como Thälmann previra e prevenira, o perigo fascista cresceu rapidamente na Alemanha. Para lhe fazer frente, como os comunistas sempre defenderam, tornava-se necessário uma ampla frente única onde as diferentes cores dos boletins partidários fossem esquecidas na luta contra o terror nazi.

Os apelos do KDP não foram devidamente escutados, apesar do grande apoio de massas que colheram. Nem mesmo após a instauração da ditadura fascista, em Janeiro de 1933, cujas consequências foram apontadas dias depois na reunião clandestina do Comité Central do KPD.

No documento aí aprovado salientava-se:

«A burguesia começa a aniquilar seriamente o Partidos e toda a vanguarda da classe operária. Ela tentará tudo para alcançar este objectivo. Isto significa não só o derrube dos últimos e mínimos direitos dos operários, a proibição do Partido, a implantação duma justiça fascista de classe como também todas as formas de terror fascista e mais ainda:

Prisão massiva de comunistas nos campos de concentração, linchamentos e assassinatos cometidos contra os nossos corajosos combatentes antifascistas, particularmente contra os nossos dirigentes comunistas — tudo isto faz parte das armas que a ostensiva ditadura fascista vai utilizar contra nós.

As primeiras acções do governo de Hitler deram já provas da profunda seriedade desta situação. Seria um crime aceitar nas nossas fileiras quaisquer ilusões sobre a possibilidade de um trabalho político legal. Temos que explicar a toda a classe operária que provavelmente não haverá nenhum outro método de derrubar esteve governo a não ser pela via revolucionária.

Isto não significa que a queda do governo de Hitler e a vitória da revolução proletária devem surgir da mesma acção.»

A sublinhar a importância e gravidade do momento, Ernst Thälmann escreve em Fevereiro desse ano uma carta aberta aos trabalhadores social-democratas e cristãos, bem como aos membros dos sindicatos, apelando à luta unitária contra o fascismo. **Se nós**, afirmava a dado passo, **os trabalhadores, homens, mulheres e jovens cujas mãos criam todos os valores nos mantivermos lado a lado e lutarmos conjuntamente, seremos invencíveis.**

O alerta de Thalmann não foi ouvido e a ampla frente unida não se conseguiu criar a tempo de travar a tragédia em que mergulhou a Alemanha e o mundo.

Entre as primeiras vítimas do fascismo conta-se Thälmann.

Um soldado da revolução

Preso em 3 de Março de 1933, Ernst Thälmann passou dois anos nas câmaras de tortura da Gestapo, a polícia secreta de Hitler, antes de ser elaborado o libelo acusatório contra ele, incriminando-o de alta traição. Mas o seu processo nunca foi julgado.

Milhões de pessoas em todo o mundo mobilizaram-se num movimento de solidariedade com Thälmann e outros antifascistas presos por Hitler, mas a vingança do ditador foi implacável. Após onze anos passados em diversas prisões, num regime de incomunicabilidade rigorosa, Hitler ordena pessoalmente a sua morte. O assassínio é cometido em 18 de Agosto de 1944, no campo de concentração de Buchenwald.

O último documento escrito por Thälmann na prisão a um outro companheiro, constitui um legado político importante para as gerações futuras. É um exemplo de dedicação sem limites à causa da paz e do socialismo:

«A minha vida e a minha actividade de conheciam e conhecem só uma razão de existência: dedicar ao povo criador alemão todo o meu espírito e os meus conhecimentos, as minhas experiências, o meu empenhamento e personalidade, ou seja, a totalidade do meu ser, em prol do futuro alemão, da vitoriosa luta de libertação socialista na nova Primavera dos povos da nação alemã!...

O martírio que assumi e que se inscreve na luta em prol dos grandes ideais socialistas a que aspiramos no século XX não está isolado, separado do povo alemão. Mas o martírio é partilhado por muitos, muitos presos e companheiros desconhecidos... e encontra a sua repercussão na vida de um poderoso movimento de milhões de milhões que na União Soviética abrange e encoraja todo o povo e que encontrou em muitas regiões do mundo a sua expressão ideológica e organizativa...

A história da nossa vida é dura, por isso exige o homem completo... Pois ser soldado da revolução significa: fidelidade inquebrantável à causa, uma fidelidade que se comprova na vida e na morte; significa total confiança, optimismo, coragem e empenhamento em todas as situações.»

O legado de Thälmann não foi esquecido. E o exemplo da República Democrática Alemã aí está para o provar.

Quando os comunistas (KPD) e social-democratas (SPD) se uniram, em 1946, constituindo o Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA), tornando-se na força dirigente durante o período da revolução antifascista e democrática e da construção do socialismo na RDA, o mais importante legado de Ernst Thälmann foi cumprido. ■

Fiete Schulze ermordet — Alarm für Ernst Thälmann!

Fiete Schulze: „Einer weniger - aber wir siegen doch!"

Sie haben Dich ermordet ...
Sie konnten nicht vergessen, wie Du trotzig und stark vor ihren tatarenbehängten Knechten standest, und die Worte, die Du ihnen entgegenwarfst, lagen ihnen quälend in den Ohren:
»Ihr mögt euch heulen, wenn Ihr meinen Kopf haben wollt!...«
Zitternd vor Angst, liessen sie ihre Schergen Dich greifen und unter das Beil zwingen, und das Wort »Revolution« erstarb auf Deinen stolzen Lippen.
Die Elenden ...
Die Elenden!
Der blutbefleckte Bau ihrer Herrschaft wankte unter den Schüssen Deiner Brüder, und sie möchten wohl das splitternde Gebälk mit Deinem edlen, teuren Blut zusammenkitten.
Sie möchten wohl, dass die Welt fassungslos vor Grauen und gelähmt vor Entsetzen stillhält und verstummt. Und sie genehmen sich.
Sie lauern ja blos auf den Augenblick des Schweigens, um Ihn — Thaelmann — zu treffen.
Die elenden Narren!
Wie sie sich täuschen!
Dein hingegossenes Blut lässt Blut in Adern von Millionen rascher kreisen!
Selbst die Mutlosen springen auf und selbst in den Zaghaften lodert die Empörung!
Nur wer sich des Namens Mensch begeben will, steht noch beiseite!
Schrei aus dem Munde von Millionen wird die Kerkermauern Deiner Brüder zerbrechen, und Millionen Fäuste, zu einer Faust geballt, das feile Mördergesindel treffen.
Schlag für Schlag wird ihm zurückgegeben und Blut für Blut wird gezahlt werden, am Tage der Abrechnung.
Noch sind unsre Herzen starr, dass sie vor ohnmächtigem Schmerz nicht brechen:
Sie haben Dich gerichtet ... Sie haben es gewagt.
Aber wir, die wir leben, um zu kämpfen, unsere Herzen sind weit und stark von Deiner letzten Zuversicht.
»Einer weniger! — Aber wir siegen doch!

XVII CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DA CHECOSLOVÁQUIA

Da quantidade à qualidade

XVII. SJEZD KSČ

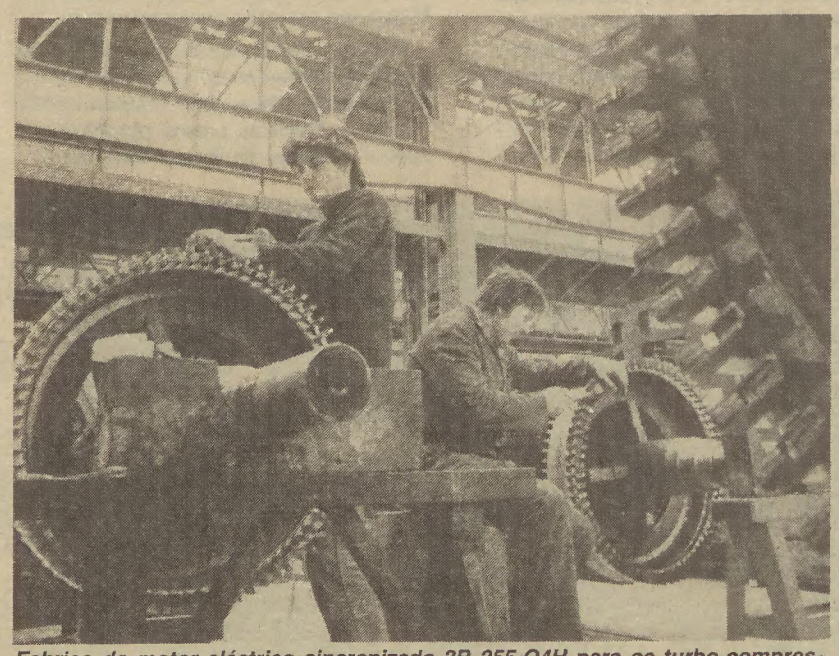
do nosso enviado especial
Henrique Custódio

Como referimos no número anterior, o XVII Congresso do Partido Comunista da Checoslováquia constituiu o corolário de intensos meses de debate, com milhares de reuniões envolvendo milhões de pessoas. Os documentos-base do Congresso foram previamente publicados na imprensa diária e pode dizer-se que se algum cidadão checoslovaco deixou chegar o encontro máximo do Partido Comunista do seu país desconhecendo as matérias que se iam tratar, foi porque assim o quis.

Importa referir que da enorme quantidade de sugestões e propostas de alteração apresentadas pelos trabalhadores, mais de 10 000 se referiam ao desenvolvimento futuro da economia checoslovaca. Operários, camponeses-cooperativistas e intelectuais apresentaram novas ideias, a par das críticas e do apontar de insuficiências. A intervenção, no Congresso, do camarada Lubomir Strougal, primeiro-ministro do governo da República, ao apresentar o informe sobre as Orientações Principais do Desenvolvimento Económico e Social da RSCh nos anos 1986/90 e as Perspectivas até ao ano 2000, constituiu-se no culminar deste esforço de discussão à volta do futuro do país.

A Checoslováquia é um país lindo, lindo. Para a perfeição, só lhe falta o mar...

Eis a nova palavra de ordem: reconstrução orientada para a passagem da quantidade à qualidade. Segundo o relatório apresentado, a base destas mudanças estruturais encontra-se, antes de mais, na produção industrial, onde irá aumentar o peso dos ramos da indústria transformadora, em detrimento da parte da indústria de matérias-primas e energia. Perspectiva-se, por exemplo, a diminuição do peso de algumas esferas de actividade, (ferro cru, aço, extracção de carvão, etc.) e o aumento de outras (aços de alta qualidade, também por exemplo). Em vez da utilização do carvão em centrais termoeléctricas, pouco vantajosa do ponto de vista económico e ecológico, vão construir-se mais centrais nucleares, de tal forma que, no final do quinquénio que agora começa (1986/90), a energia nuclear fornecerá 25 000 do total dos 87 000 milhões de Kw/h necessários ao país.



Fabrico do motor eléctrico sincronizado 3B 255-O4H para os turbo-compressores das empresas químicas e compressores das minas e forjas

A qualidade e a rentabilidade do trabalho são também objectivos prioritários apontados no relatório, no quadro do desenvolvimento da ciência e da técnica. Aqui, serão decisivos os resultados práticos da investigação científico-técnica, apontando-se para o aceleramento da electronização da economia nacional e a intensificação do uso de *robots* e manipuladores (antes de mais, em linhas de produção completas), optimizando-se assim a efectividade do seu aproveitamento.

«Com as mudanças previstas na planificação e gestão da economia nacional — sublinhou Strougal — **iremos impor, cada vez mais energicamente, o princípio segundo o qual as empresas deverão cobrir a construção das obras de investimento com os seus próprios recursos. Desta forma, cada acção de investimento deve estar fundamentada em consequentes cálculos económicos, incluindo os benefícios previstos.»**

Níveis de «ponta»

As relações económicas com o estrangeiro ocupam, naturalmente, um igual relevo nos planos de relançamento económico definidos no relatório e no Congresso. Afirma-se que tais relações vão deixar de assentar no aumento mecânico das importações/exportações e virar-se para a criação de uma estrutura efectiva de importações e exportações. Nesta área será necessário «desenvolver e ampliar muito mais rapidamente as tarefas que resultam, para a Checoslováquia, do complexo programa científico-técnico dos países membros do Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME) até ao ano 2000, adoptado pelos países da Comunidade no ano passado».

Tal programa permitirá, através do desenvolvimento da cooperação multifacetada, a cooperação e a especialização da produção pelo aparecimento de novos postos de investigação científico-técnico a nível internacional e pela criação de empresas comuns dos países membros do CAME, alcançar, a curto prazo, os «níveis de ponta» mundiais. Este objectivo é particularmente procurado em cinco áreas da economia nacional: a electronização, a total automatização das linhas de produção massiva, o desenvolvimento da energética nuclear, a criação de novos tipos de materiais e o desenvolvimento das biotecnologias.

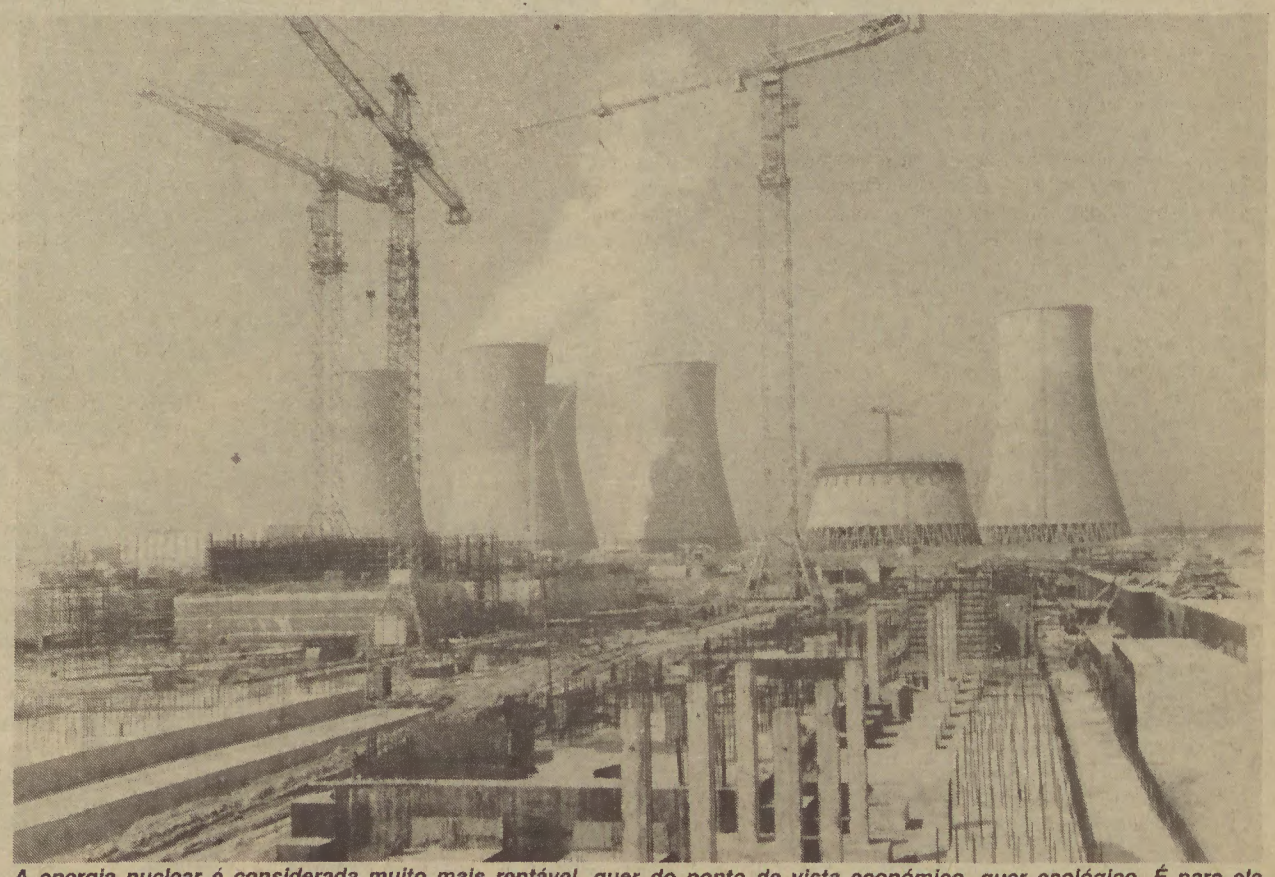
E sublinhou o camarada Strougal, já no final do seu informe:

«Tal como em todos os quinquénios precedentes, também este primeiro ano de quinquénio influi de maneira extraordinária no cumprimento global dos nossos objectivos. Os primeiros meses do ano corrente confirmam que a realização do programa traçado será muito exigente, tanto mais que temos de avançar superando algumas circunstâncias exteriores desfavoráveis, que, à partida, não deixam de afectar a nossa economia nacional.»

E concluiu:

«Por isso é tão importante que na consciência e na acção de toda a esfera económica e, antes de mais, dos seus quadros dirigentes a todos os níveis de gestão, prevaleçam plenamente princípios novos, mencionados no Informe Político do Comité Central do Partido, sem cuja aplicação consequente os nossos objectivos, tanto actuais como em perspectiva, ficariam a meio caminho.» ■

A electronização da economia a níveis cada vez mais completos é um dos objectivos traçados pelo XVII Congresso

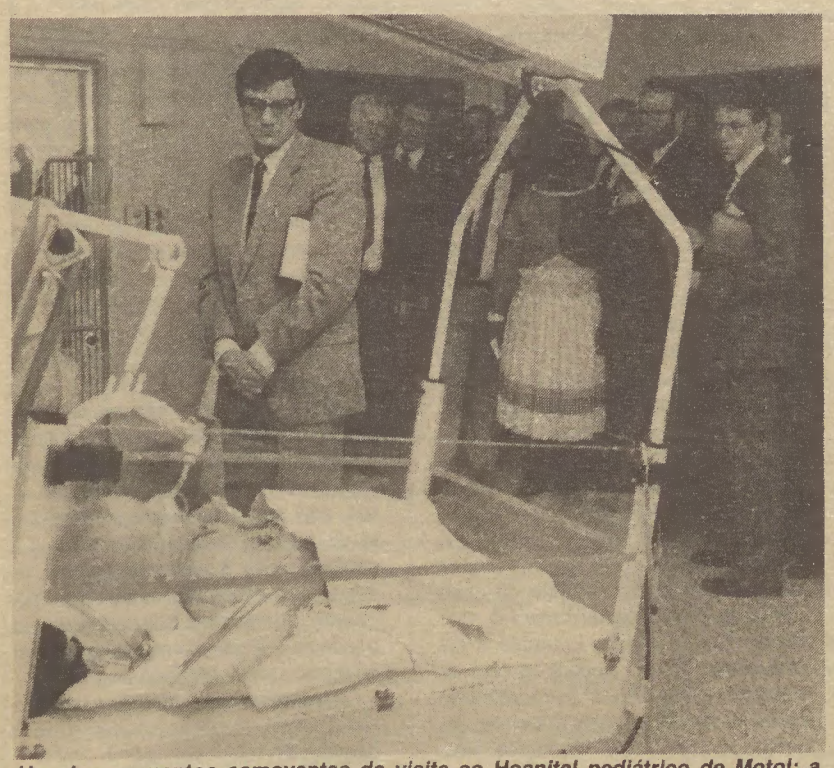


A energia nuclear é considerada muito mais rentável, quer do ponto de vista económico, quer ecológico. É para ela que também se avança, decididamente, na Checoslováquia

VISITA DA DELEGAÇÃO DO PCP

Uma vista de olhos pelo desenvolvimento

XVII. SJEZD KSČ



Um dos momentos comoventes da visita ao Hospital pediátrico de Motol: a recuperação de bebés recém-operados ao coração

A manhã de quarta-feira — terceiro dia de Congresso — acordou soalheira e ainda bem: nessa altura a generalidade das delegações estrangeiras convidadas partiam, em grupos, para visitas oficiais a diversos pontos da Checoslováquia. A representação do PCP, chefiada por **Carlos Costa**, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC e integrando **Domingos Lopes**, suplente do CC e membro da Secção Internacional do nosso Partido, visitou a 5.ª Zona de Praga — o distrito mais industrializado da capital — na companhia das delegações dos partidos irmãos da RDA, Guiné-Bissau e Itália. Às 8.30 já toda a gente se encontrava nos respectivos carros oficiais que se haviam concentrado nas imediações do hotel Praga. Minutos depois partia-se para uma viagem que, embora breve, não deixou de ser elucidativa quanto ao quotidiano checoslovaco.

A primeira visita foi sublinhada por alguma emoção. As delegações dirigiram-se ao monumento em honra aos soldados soviéticos caídos na libertação de Praga do jugo nazi e lá estava, junto ao primeiro tanque do Exército Vermelho que entrou na cidade, uma guarda de honra constituída por militares checoslovacos, representantes das organizações juvenis comunistas e, naturalmente, do Partido Comunista e das autoridades do País. A cerimónia de homenagem prestada frente ao memorial por todos os convidados, sublinhava um facto histórico relevante: o de terem tombado 65 000 soldados soviéticos ao seguirem aquele tanque, para libertarem a bela capital checoslovaca da besta nazi-fascista.

A histórica cooperação sovieto-checoslovaca estava, de resto, simbolizada noutra realização apresentada a seguir aos visitantes, inaugurada há pouco tempo e resultante da frutuosa colaboração entre os dois países: a estação de metropolitano **«Moscovo»**, inteiramente construída por técnicos soviéticos, 37 metros abaixo do nível

Visita à estação «Moscovo», em Praga

Intervenção de Carlos Costa na «Z.P.A.-Kosíne»

Queridos camaradas:

É com a mais viva satisfação que em nome do Comité Central do Partido Comunista Português saúdo os comunistas de «ZPA — Kosíre» e, por seu intermédio, os trabalhadores e a administração desta empresa.

Estamos a seguir com o maior interesse os trabalhos do XVII Congresso do Partido Comunista da Checoslováquia. É para nós facto da maior importância os objectivos e metas políticos, económicos e sociais que o PCCh se propõe realizar no próximo quinquénio e até ao ano 2000.

O Partido Comunista Português valoriza esses esforços e considera os êxitos por vós obtidos e a obter como se nossos fossem.

Com efeito as realizações dos países socialistas são, para nós, parte integrante do património revolucionário dos trabalhadores e povos de todo o mundo.

Consideramos os países socialistas como a realização maior do género humano, obra em primeiro lugar do movimento operário. Com a Grande Revolução de Outubro iniciou-se o processo que conduzirá inevitavelmente não só à liquidação do capitalismo, da exploração e da miséria, como à plena liberdade e dignidade do Homem.

Os países socialistas mostram hoje toda a sua superioridade sobre o cortejo de pragas crónicas que o capitalismo traz no seu bojo as quais recaem sobre os ombros de grandes massas de trabalhadores e outras classes não monopolistas.

O PCP é solidário com os países socialistas que lideram a marcha ascensional do Homem. Tem confiança, que erros, dificuldades e obstáculos serão ultrapassados. Recentemente os trabalhos do XXVII Congresso do PCUS, não obstante os esforços da propaganda imperialista para o silenciar ou deturpar os seus objectivos, estiveram no centro das atenções mundiais. As suas decisões e a sua ulterior aplicação constituirão mais um decisivo contributo para a aplicação criadora do marximo-leninismo à nova fase da edificação da sociedade socialista.

Fazemos igualmente votos para que os esforços do PCCh e dos trabalhadores da Checoslováquia no sentido da intensificação multilateral da economia com o aceleramento do progresso científico-técnico; de uma participação crescente dos trabalhadores na direcção das empresas; do aprofundamento da democracia socialista sejam coroados de êxitos.

São metas extraordinárias em si, e de maior alcance ainda se se tiver em conta que o desenvolvimento das forças produtivas não é feito sob o socialismo, como no capitalismo, lançando no desemprego milhões de homens, mulheres e jovens, autênticas vítimas da ferocidade dos monopólios que dominam os países capitalistas.

O PCP valoriza ainda altamente as propostas de desarmamento nuclear a concretizar até ao ano 2000, que visam libertar a humanidade do medo e do perigo real de uma hecatombe nuclear que faria desaparecer a vida humana da face da Terra, assim como o contributo decisivo que os países socialistas deram para defender a paz nos últimos 40 anos.

Neste sentido o PCP considera importante na luta pela defesa da paz o combate a todas as manifestações de anti-sovietismo e às teorias que pretendem justificar a corrida aos armamentos na famigerada «ameaça soviética» ou na pretensa rivalidade das duas «superpotências».

Os comunistas portugueses consideram que a ofensiva do imperialismo norte-americano e dos círculos mais reaccionários da NATO constitui um grave perigo para a paz mundial.

Ao mesmo tempo que desencadeia uma frenética corrida às armas, envolvendo o próprio Cosmos, o imperialismo apoia as mais sanguinárias ditaduras, ameaça, ingere-se e agride militarmente de um modo directo e indirecto povos e países que defendem a sua independência nacional, o regime que eles escolheram por sua livre vontade.

Torna-se por isso necessário reforçar a coesão e a unidade do movimento comunista e operário internacional, assim como a cooperação e a solidariedade recíproca entre as principais forças do progresso social, designadamente entre os países socialistas, a classe operária dos países capitalistas, os países progressistas e o movimento de libertação nacional.

Queridos camaradas:

Em Portugal, ao longo destes últimos dez anos, sucessivos governos têm desenvolvido uma ofensiva global contra as conquistas de Abril, visando a sua liquidação, designadamente as nacionalizações, a Reforma Agrária, realizando uma política de constante agravamento da situação económica, financeira e social, intrinsecamente ligada à política de descrédito do regime democrático.

Em toda a sua actividade e luta, os comunistas portugueses têm desenvolvido todos os esforços no sentido de levar à prática as grandes linhas de orientação traçadas pelo X Congresso do PCP, em 1983, exactamente no sentido de inverter a situação política.

Em 1985, o movimento operário e popular, através de incessantes e infatigáveis lutas, conseguiu suster a ofensiva contra-revolucionária levando à desagregação da coligação de direita no governo e à alteração do quadro político partidário na Assembleia da República, em que o campo democrático saiu claramente reforçado nas eleições legislativas de 6 de Outubro.

Essa vitória das forças democráticas não foi confirmada na primeira volta das eleições presidenciais com a derrota do candidato, Salgado Zenha, apoiado pelo PCP e outras importantes forças democráticas. O resultado obtido pelo candidato que tinha o apoio do governo PSD, de todas as forças de direita, reaccionárias e fascistas (46% dos votos na 1.ª volta) dispondo de colossais meios de pressão e intoxicação da opinião pública, criou uma situação particularmente perigosa para o regime democrático. Face a tão instante perigo, o PCP decidiu no seu XI Congresso (extraordinário), convocado de emergência em escassos quatro dias, apelar ao voto em Mário Soares, para derrotar a candidatura ultraconservadora, revanchista e fascizante de Freitas do Amaral. Sem uma tal posição e sem o empenho dos comunistas não teria sido possível a derrota de Freitas do Amaral e a vitória do candidato que na segunda volta suscitou a convergência de forças democráticas.

Tal facto criou condições mais favoráveis para a unidade democrática e para o prosseguimento da luta popular, da qual depende o futuro da revolução portuguesa. É a essa luz que devem ser vistos os encontros propostos pelo PCP e já realizados com todos os principais partidos democráticos, designadamente o PS, o PRD, o MDP/CDE, o Partido dos Verdes, a UEDS e o PSR.

O PCP continua incansavelmente a luta pela unidade das forças democráticas e patrióticas com vista à criação de uma alternativa democrática ao governo minoritário do PSD, o qual tem como objectivo central prosseguir os objectivos da reacção e do imperialismo e liquidar as conquistas de Abril.

Confiamos na luta da classe operária e das massas populares. No Portugal de Abril, o movimento popular de massas continua a ter um papel determinante. A existência de um forte movimento sindical unitário dirigido pela CGTP-Intersindical, a existência de múltiplos movimentos unitários lutando contra a política de direita do actual governo e por uma alternativa democrática, a qual não é possível sem os comunistas, são razões para manter a confiança no Portugal de Abril.

Queridos camaradas:

Para finalizar agradecemos o vosso convite, a vossa atenção e continuaremos em Portugal a agir para que entre os nossos dois partidos se continuem a reforçar os laços de amizade, solidariedade e cooperação existentes, fundados nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário no interesse da causa comum da paz e do socialismo.

Viva o XVII Congresso do Partido Comunista da Checoslováquia!

Viva a Amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da Checoslováquia!

Viva o Internacionalismo Proletário!

XVII. SJEZD KSČ

Quem fala de «socialismos de miséria» devia visitar qualquer bairro checoslovaco, para ficar surpreendido (?) com a qualidade de vida que está ao pé da porta de qualquer cidadão. E veria, por exemplo, espaçosos e bem fornecidos centros comerciais que só têm uma diferença, em relação aos do ocidente: é que, lá, as pessoas têm dinheiro para as compras...

do solo e 25 metros abaixo do rio Moldava (que atravessa a capital checoslovaca). Em Moscovo, técnicos checoslovacos construíram, em simultâneo, uma outra estação na rede de metropolitano da capital soviética, que ficou a chamar-se **«Praga»**.

Enquanto se subiam e desciam gigantescas e ultra-rápidas escadas rolantes, se viajava entre duas estações para experimentar o conforto, rapidez e silêncio do transporte e se observava a magnificência da estação (inteiramente em mármore trabalhado), as informações iam surgindo: o metropolitano de Praga transporta um milhão e 100 000 passageiros/dia (1/3 do total, na cidade — há ainda dois milhões de pessoas a utilizar diariamente os eléctricos e autocarros de superfície), um bilhete custa uma coroa (qualquer coisa entre 10 e 15$00...), aliás preço único em todos os transportes urbanos de Praga desde... 1948!!! Actualmente o transporte de um passageiro fica em quatro coroas (preço de custo). Logicamente, é o Estado que suporta as três restantes que o utente **não** paga. **«Trata-se de um serviço público, portanto é natural que seja o Estado a subvencioná-lo»**, explicava-se na maior das calmas, enquanto nós imaginávamos o Cavaco da «justiça social» a dizer «meus senhores, os transportes urbanos passam a custar dez paus o bilhete, o que é natural porque se trata de um serviço público».

Os dados seguintes sobre a própria empresa do metropolitano de Praga é que já não deram para mais imaginações: com 62% dos seus operários detentores do ensino médio e 1000 deles na universidade, com bolsas de estudo pagas pela transportadora, ficava-se sem vontade de brincar às comparações.

Duas fábricas

Como já dissemos, estava-se na 5.ª Zona de Praga, a mais industrializada da capital. Duas fábricas — a **«D. K. P.»**, que fabrica motores a *diesel*, e a **«Z. P. A. – Kosíre»**, de electrodomésticos — mostraram bem o que se entende, na Checoslováquia, por industrialização: na primeira, ensaiam-se os motores a computador, apesar da fábrica estar ainda a recuperar de um violento incêndio provocado por um pirómano em 1980 (bombeiro, ainda por cima!), enquanto na segunda, o nível de automatização permite que um só operário, na linha de produção, dê assistência a grupos de cinco e seis máquinas.

Antes de falarmos dos outros locais visitados (concretamente um grupo desportivo e um hospital pediátrico), detenhamo-nos um pouco na «D. K. P.» e na «Z. P. A. – Kosíre».

A primeira foi fundada em 1899 e a sua história — quase centenária — está ligada à heróica luta da classe operária e do povo checoslovaco (como exemplo: a D. K. P. participou activamente no levantamento de Praga de 1945, contra o opressor nazi). No período entre as duas Guerras Mundiais continuou a produção de motores a *diesel* sob licença estrangeira e a partir de 1930 (e sobretudo depois da 2.ª Guerra) começou a produção própria, passando a fábrica a chamar-se «Guilherme Pieck» e a estar integrada na «SKODA». Hoje, enquanto prossegue a reconstrução das áreas afectadas pelo incêndio de 1980, continua a assegurar-se a produção para a exportação.

Na «Z. P. A. – Kosíre» realizou-se um encontro entre representantes da fábrica e as delegações, tendo estas usado da palavra, após as intervenções de boas-vindas feitas pelos anfitriões (o discurso de Carlos Costa, que falou em nome do CC do PCP, está reproduzido ao lado). Antes, uma visita pelas instalações mostrou o alto nível de automatização desta unidade industrial, completando, com o que se vira na «D. K. P.», perspectiva a reter da Checoslováquia de hoje: um país próspero e altamente desenvolvido. Um pormenor a sublinhar: ocupando, há muito, lugar de relevo entre as nações desenvolvidas, a Checoslováquia não possui matérias-primas industriais. Mas não as possuíndo, também não as vai buscar onde o imperialismo o faz — no saque internacional aos países subdesenvolvidos sob o seu domínio. As matérias-primas que alimentam a sofisticada indústria checoslovaca são obtidas na frutuosa colaboração com a comunidade socialista, em particular com a União Soviética.

Socialismo de miséria?!...

Fundado em 1949, o **«Hospital da Faculdade de Carlos – MOTOL»** é hoje um gigantesco complexo pediátrico com prestígio internacional. É particularmente famoso o seu centro de cardiologia, que visitámos, mas não têm menos projecção e qualidade científica os múltiplos serviços que o compõem, com capacidade para dar resposta à generalidade dos grandes problemas pediátricos. Nele trabalham 4000 pessoas e existem 1000 camas para jovens desde o nascimento aos 18 anos. Sublinhe-se que se trata de um estabelecimento altamente especializado, onde as intervenções cirúrgicas são ao nível de uma transplantação de rins ou uma operação ao coração, registando-se a taxa de 70% de doentes completamente curados. Ali são tratadas, gratuitamente, todas as crianças do País com problemas graves e ali acorrem cada vez mais crianças dos próprios países capitalistas. Só mais um dado, que cremos suficiente: estão ligados à MOTOL qualquer coisa como 3300 médicos doutorados pela Universidade de Carlos e com formação médica completa, além de especialização pediátrica...

Viu-se muita coisa, mas causou particular emoção aos visitantes a recuperação de dois bebés recém-operados ao coração, ou o ambiente de enorme carinho (em alguns casos com a presença permanente da mãe) com que outros aguardavam o momento da intervenção cirúrgica. Pela nossa parte, esses encontros com as crianças humanizaram extraordinariamente as sofisticadíssimas instalações médico-cirúrgicas que havíamos visto pouco antes, cintilando tecnologias mas devolvendo, sempre, a algidez que tem qualquer sala de operações.

Umas palavras ainda para o complexo desportivo da fábrica de motores *diesel* «D. K. P.» (onde almoçámos). Ao sabermos que o imenso pavilhão onde surpreendemos uma classe de jovens ginastas em exercício, juntamente com os sofisticados complexos de sauna, de recuperação, tratamento, etc., e ainda de zonas de lazer (restaurante, bar e por aí fora) serviam «apenas» a população ligada à empresa (e quem mais se quisesse inscrever, morando na zona), achámos que tínhamos a informação jornalística necessária: aquela «coisa», afinal, não era o Benfica ou o Sporting lá do sítio — ao contrário do que a categoria das instalações poderia fazer supor — mas tão somente um dos muitos complexos desportivos que, por todo o País e em qualquer lugar, estão ao dispor das populações.

«Socialismo de miséria», dr. Mário Soares?! Não goze com o pagode! ■

Problemas, sem nada a ver...

Os jornalistas estrangeiros convidados ao XVII Congresso do Partido Comunista da Checoslováquia não ficaram confinados ao território do evento — o Palácio da Cultura e o Centro de Imprensa, no Hotel Intercontinental. Em visitas guiadas ou em «expedições» voluntárias por onde bem lhes apetecesse, todos puderam apreciar o País que os acolhia e surpreender um quotidiano sem maquilhagens, disponível a qualquer observação, mesmo que desatenta.

Assim, se a operacionalidade de uma empresa de mecanização produzindo metalurgia secundária para diversos ramos industriais, na cidade de Nymburk, a umas dezenas de quilómetros de Praga, correspondia ao esperado num País altamente desenvolvido, as plantas de interior espalhadas pelas oficinas ou a existência, na zona de implantação da fábrica, de todos os equipamentos sociais necessários para quem lá trabalha — desde a habitação à escola, da clínica médica ao supermercado, dos recintos culturais aos parques desportivos, falavam já de uma qualidade de vida de que certamente não se estava assim tanto à espera...

Mas há outros dados a reter, à margem dos encontros oficiais e mesmo na superficialidade de uma visita sonâmbula, como é a de um estrangeiro em Praga que não sabe uma palavra de checo. Surpreendemo-nos, por exemplo, com o à-vontade com que homens, mulheres e adolescentes se movimentam na grande metrópole a qualquer hora, sem indícios de amedrontamento ou sombra de apreensão face à figura solitária que lhe saiu de uma esquina qualquer às duas da manhã. Mais: olham de frente e com curiosidade, como pudemos constatar diversas vezes. Junte-se a isto a quase ausência visível de polícia e tirem-se conclusões (o único carro-patrulha que conseguimos lobrigar, numa das principais avenidas da cidade e a horas mortas, passou por nós com total indiferença).

Mas se a segurança com que se anda em Praga entra pelos olhos dentro sem exigir conversas, também não precisamos de falar checo para perceber que, por ali, a confiança é a moeda corrente. Entra-se em qualquer loja carregado de produtos adquiridos noutros locais e ninguém nos exige depósitos ou confirma mercadorias à saída, mesmo que não tenhamos comprado nada (pela nossa parte chegámos a sair com um produto na mão, à procura da caixa e encontrarmo-nos repentinamente na rua; voltámos atrás, descobrimos finalmente onde pagar e concluímos para os nossos botões que tinha sido perfeitamente possível a fraude. Só que, pelos vistos, isso é coisa que não passa pela cabeça de ninguém).

Não se trata do paraíso, evidentemente. A Checoslováquia tem os seus problemas, como os têm qualquer sociedade altamente desenvolvida. Mas lá que esses problemas não têm nada a ver com dificuldades económicas, escassez material, angústia profissional ou insegurança social, lá isso não têm. E o mais curioso é que se fica com a ideia que, por lá, não se dá por isso. Talvez porque não vivem em Paris, Londres ou... Lisboa. ■

Se a operacionalidade duma empesa checoslovaca** (como a de Nymburk, na foto) **pode corresponder ao que se esperaria de um país altamente desenvolvido, deixará de ser surpreendente a qualidade de vida que por lá se disfruta, a segurança que se respira numa grande capital como Praga ou a confiança que é, obviamente, a pedra de toque no país?

a TV

Muita «pasta» por trás da «pista»...

O processo e o «processo» escandalizaram todo o mundo sensato. No entanto, a barragem feita pelas agências noticiosas ocidentais e o acolhimento que lhe deram certos meios de comunicação democráticos (caracterizado pelo tratamento acrítico) foram de uma inaudita violência. Para já não falar doutros órgãos mais serviçais do imperialismo, como o Telejornal.

Refiro-me à prisão de Serguei Antonov e àquilo que a imprensa (des)informativa crismou de «pista búlgara».

Apesar da acção dos meios ao dispor dos americanos e seus mandados, o tribunal foi obrigado a ceder perante a fragilidade dos «testemunhos». A intriga contra a Bulgária ficava por terra...

Agora, repare-se: a acusação contra Antonov e a Bulgária ocupou imenso tempo na RTP durante anos; a notícia da desincriminação ocupou alguns segundos no **Telejornal**, na ocasião, e não voltou a falar-se mais no caso.

Quase não se deu por isso. Sem o tratamento correcto dos factos, muita gente desconhece ainda a situação concreta.

Na RTP, pelo menos, o crime compensa...

Sabiam que o trono está vago?...

Desculpem continuar a falar-lhes ainda da informação. Não é que me agrade muito, pelo contrário, tocar num assunto tão... repugante. Mas não podemos fechar os olhos ao problema, sob pena de cair em cumplicidade.

Telejornal de sábado tem convidado especial o qual seria, na opinião de Balsinha, uma espécie de «chefe de redacção» para aquele dia. A fórmula não será nova mas, não sendo original, foi mal retomada. Albarran dá-lhe aquele toque subtil de fancaria que aumenta a rejeição.

Adivinhem quem lá foi palrar...

Esse mesmo, «sua alteza real, o duque de Bragança» para usar a cerimónia do entrevistador...

Tinha que ser. A RTP nunca o esquece, apreciadora, como é, das situações folclóricas.

No filme biográfico concebido de propósito, Duarte, Pio, Miguel, Rafael, etc., etc., era apresentado como «pretendente ao trono de Portugal **actualmente vago...**»

Ao contrário do que muitos julgariam, não se tratava de um programa humorístico. Sê-lo-ia, se Telejornal não se misturasse imprudentemente, com assuntos demasiado sérios.

Parem lá com a chuchadeira dos sábados meus senhores.

Ensopado de Cavaco

Já que estamos com a mão na massa da (des)informação...

A dependência oficial e partidária da informação na TV é absoluta. Darei em breve aos leitores razão mais pormenorizada. Gostaria, contudo, de lhes oferecer já agora uma pequena amostra, reduzida a um dia de emissão a partir do **Telejornal** e só no primeiro canal. Vejamos, por exemplo, sexta-feira, dia quatro...

Logo no princípio do Telejornal, aparece-nos Miguel Cadilhe a discursar na Assembleia da República.

Sem transição, passamos para notícias do PSD, a propósito da reunião da sua Comissão Política, com direito a reportagem, apesar de ser um trabalho de rotina.

Extensa decalaração final de Dias Loureiro...

E o **Tempo de Antena** prossegue, desta vez com uma extensa intervenção de Cavaco Silva, que estava não me lembro onde, a presidir não me lembro a quê. Parecia nunca mais acabar a telenovela do PSD...

Na Paz, soviéticos vão à frente

No meio da informação internacional, a RTP por vezes descuida-se e uma pontinha do véu descobre a verdade.

Aconteceu no domingo. De súbito, notícias da estada no espaço de dois cosmonautas soviéticos. Imagens de uma impressionante nitidez transmitidas pela câmara instalada a bordo. Os cosmonautas ocupavam-se na construção de uma estação orbital, para fins pacíficos, de colossal envergadura. De tal modo, dizia o locutor português, que os americanos só poderão fazer coisa parecida em 1994...

Talvez exagerem. Talvez os Estados Unidos encurtassem o prazo, se concentrassem os seus esforços na **paz das estrelas** e não na **guerra das estrelas**.

O locutor dizia que a nave soviética se chama «Mir». Para esclarecimento dos telespectadores, deveria ter traduzido. **Mir** significa **Paz**. Pequena a palavra, grande o futuro.

■ ***Ulisses***

Síntese semanal da IMPRENSA

O aniversário da Constituição

Fez dez anos a Constituição. Os partidos da direita e os seus porta-vozes na imprensa aproveitaram mais uma vez para acusar a Lei Fundamental da Democracia Portuguesa de ser a culpada de todos os males da governação que a própria direita tem praticado. Mas, como se diz num dos nossos recortes de hoje, há «uma vida assente numa outra política (...) onde a Constituição se insere como um importantíssimo factor de estabilização e instrumento de progresso social».

Adriano Moreira: a falsa contradição

● «A cerimónia que teve lugar na Assembleia da República, assinalando a passagem do 10.º aniversário da aprovação da Constituição, foi palco de significativas e graves afirmações por parte dos oradores dos partidos da direita.

Adriano Moreira, por exemplo, produziu esta espantosa afirmação: "(...) Alguma coisa precisa de revisão, ou a Constituição ou a vida real (...) Optamos pela necessidade de rever a Constituição [1] (...)".

Vejamos, então, o que significa a falsa contradição entre a Constituição e a "vida real" de que fala Adriano Moreira. Essa "vida real" foi a política da direita em todas as áreas e esferas da vida nacional: na degradação das condições de vida e na degradação da situação social da maioria da população; no agravamento de uma gravíssima crise económica e financeira; na hipoteca da independência nacional e do futuro dos portugueses.

Mas havia e há para os portugueses uma outra hipótese, uma outra alternativa, uma outra perspectiva de vida: uma vida assente numa outra política, precisamente contrária e inversa àquela que foi seguida nestes 10 anos.

(...)

A contradição real — que tem e deve ser efectivamente superada — é aquela que opõe a vida real, o país real que somos — onde a Constituição se insere como um importantíssimo factor de estabilização e instrumento de progresso social — à política que quase todos os governos realizaram durante os dez anos que passaram, depois da aprovação da lei fundamental do País.

A fórmula e a chave para a solução dos problemas nacionais é exactamente a contrária daquela que Adriano Moreira formula no seu sofisma. O País e a sua vida real precisam de mais respeito e fidelidade à Constituição e não da sua destruição ou desvirtuamento. O País e a sua vida real precisam de outra política e não da continuação e agravamento daquela que tem sido seguida.»

(V.P. Morais, «o diário», 6 Abril)

Revisão constitucional: obsessão e pretexto da direita

● «Não deixa de ser curioso que, quando se comemoram os dez anos sobre a aprovação da Constituição, e passaram menos de quatro anos sobre uma profunda, e desde o início prevista, revisão constitucional, se pergunte o que é que de novo deve ser revisto — num texto que tem assegurado o equilíbrio dinâmico da nossa vida colectiva e que só poderá ser alterado, em processo ordinário, a partir de 1987.

A revisão constitucional tornou-se uma obsessão — e ainda não se demonstrou o que é que a Constituição impediu que não devesse ter impedido. É indispensável compreender o significado da permanente insistência, por parte de certo sector, na revisão constitucional: a Constituição contém vários compromissos e exige compromisso amplo na sua revisão; a direita, a quem nos últimos anos tem pertencido a iniciativa política, quer aumentar o seu poder negocial. É simples — mas é preciso que se saiba. Por isso prefiro começar por dizer o que é que na Constituição não deve ser revisto: a garantia das liberdades individuais, a garantia dos direitos fundamentais dos trabalhadores e a do sector público e social da economia (salvo porventura a substituição de certas garantias por outras), o condicionamento da legislação eleitoral, as linhas fundamentais do sistema de governo, a salvaguarda da autonomia política e administrativa — e ainda a generosidade, quantas vezes inoperante mas em qualquer caso significativa, do texto constitucional. O que poderá e deverá ser objecto de revisão: alguns traços do sistema político, desequilibrado em certos aspectos pelo conjunturalismo da revisão de 82; o modo de designação dos membros do Tribunal Constitucional, que tem impedido o órgão de gozar da autoridade que a Comissão Constitucional conquistara; certos aspectos ainda excessivamente declamatórios, que, sem prejuízo da generosidade e da sublimação que os textos constitucionais devem apresentar, poderão algumas vezes ser trocados por garantias efectivas. Numa palavra: a revisão constitucional que a partir de 1987 venha porventura a efectuar-se será, talvez mais do que nunca, produto de dura negociação, na qual, fora de áreas menores em que se estabeleça directamente consenso, nada poderá ser gratuito.»

(M. Galvão Teles, 6 Abril)

BOLETIM INFORMAÇÃO

Documentos dos partidos comunistas e operários

ARTIGOS E INTERVENÇÕES

À VENDA

Pontos Cardeais

Anacronismos

Eduardo Prado Coelho escreve no «Expresso» sobre a recente edição pela Editorial Caminho de «Os Sinais e os Sentidos — Literatura Portuguesa no Século XX» e o seu autor, Óscar Lopes. Afirma Prado Coelho: «são amplamente conhecidas, mas nem sempre suficientemente sublinhadas, as qualidades críticas invulgares de Óscar Lopes»; «temos, em primeiro lugar, uma permanente isenção e honestidade»; «temos ainda uma capacidade de formulação polémica que nunca foge à crítica frontal e quase brutal, mas que jamais se refugia num estilo de agressividade alheio à argumentação e ao confronto»; «toda esta frontalidade crítica (que parece ter caído em desuso) tem parâmetros éticos muito claros».

E, depois destas e doutras considerações apreciativas, conclui:

«Resta dizer que as evidências teóricas com que Óscar Lopes alicerçou o seu trabalho crítico, e que se condensam na fórmula "**uma concepção dialéctica da vida assente no critério** da praxis **social humana**", desgastaram-se de tal modo no plano simultaneamente científico e político que tornam algumas destas páginas, sempre tão lúcidas e estimulantes, estranhamente anacrónicas.»

O anticomunismo conduz as pessoas a estes becos sem saída. Seria bom que Eduardo Prado Coelho explicasse como é que estão «desgastadas» e «anacrónicas» evidências teóricas que alicerçam «páginas sempre tão lúcidas e estimulantes».

Porque das duas uma: ou não estão desgastadas e anacrónicas ou então teremos de concluir que, para Prado Coelho, é o próprio estímulo e a própria lucidez que são anacrónicas. Conclusão, aliás, que não surpreende ninguém.

Homem rico homem pobre

Um director de jornal, que escreve regularmente sobre a «política à portuguesa», lembrou-se, a propósito da última campanha de Freitas do Amaral, de fazer alguns trocadilhos no «Expresso» sobre os ricos e os pobres e sobre como a direita e a esquerda os vêem e os querem «tratar». E vai daí diz que a distinção é «simples de fazer»:

«A direita», escreve, «pensa que, para melhorar a situação dos pobres, não é preciso acabar com os ricos; a esquerda (pelo menos a esquerda tradicional) pensa pelo contrário que, para deixar de haver pobres, é preciso primeiro eliminar os ricos.»

É tão simples o raciocínio deste Saraiva! Só que revela entretanto que a direita não quer «acabar com os pobres», diz apenas pretender melhorar a situação deles. Porquê? É pergunta que Saraiva não faz. Pois se os pobres não existissem como existiriam os ricos? Como enriqueceriam estes? À custa de que miséria?

A novidade

Estava anunciado para o dia 7 deste mês. *Placards* espalhados pela capital recordavam-no, afirmavam-no, garantiam-no: era mesmo no dia 7 que a coisa estava prevista. E que coisa! Nem mais nem menos que um novo «O Dia»! Sim, sim, «O Dia» vespertino fascistóide lisboeta que anda há anos com liquidez ainda mais baixa que as tiragens, que não paga aos seus assalariados da escrita e passa o tempo a mendigar esmolas no alto para que lhe sustentem os favores feitos no baixo.

Jornalismo, entenda-se.

Cumprida a mudança, olha-se e o que se vê? Um «Dia» que mudou a cor da primeira página do negro... para o azul! Um «Dia» que se folheia como antes, para se pôr de lado logo depois, como já acontecia antes! Afinal a novidade não valia a despesa, ó «leitores fiéis e amigos dedicados» que, segundo o editorial do cromático vespertino, deram o «apoio entusiástico» à mudança! Mudar de cor sempre foi uma banalidade para os reaccionários...

Um argumento Coitado

O director do remodelado (em azul) «O Dia», João Coito, tem um peculiar dicionário onde vai sacar argumentos... políticos. A propósito do termo «minoritário» que Coito acha ora que é insulto dirigido ao Governo de Cavaco, ora que é elogio a esse mesmo Governo, o director do pasquim azul vai ao dicionário e zás!, extrai um argumento. Ele diz que tal argumento «vem em qualquer dicionário», para dar força ao argumento. E «precisa» que «minoritários», segundo o calhamaço que possui, eram os «mencheviques, os socialistas russos». E critica os socialistas modernos (!), franceses ou portugueses, de se mostrarem contra tudo o que é minoritário.

Conclusão de Coito, muito íntima, que nem a diz: para se ser verdadeiramente democrático é preciso ser minoritário. Tal como o CDS...

Gazetilha

por Ignotus Sum

I

Governo tinha o pilim
que o petróleo lhe deixava
e o custo de vida, assim
nem assim ele o baixava...

Tal dinheiro ele o queria
para, na altura a preceito,
fazer a demagogia
que fica bem ao sujeito...

Neste preciso momento
vai o parlamento então
olhou para o orçamento
disse ao Cavaco: **Assim não**...

Cavaco, com insistência,
teima, a salvar o pilim.
Mas santinha paciência:
em democracia, é assim...

II

Para os seus amiguinhos dar a mão
o governo taful
não deseja abrir mão
do saco azul.
Ou saco ou saca
caldeirão ou baú

pataca a mim, pataca a ti, pataca,
calo eu, calas tu...
Afilhados para aí ao pontapé?
mais de dez cães a um naco?

A corrupção? Ai é mentira, ê?
Pronto, então vai para o saco...

E seja como for
(cada qual mais se arranja)
para um saco azul ou doutra qualquer cor...

Já agora, por que não cor de laranja?...

III

Dizem para aí alguns, alto e bom som,
que nisto de TV
a privada é que é bom.
É mentira provada
já se vê.
Ora muitos autores da piada
estão ou estiveram na RTP...

Então uma suspeita
arranca na voragem:
esta Televisão assim mal feita
não será sabotagem?
Não a farão assim, tosca e à toa
pra depois de dizer que a outra é que é boa?

Esta TV não a farão tramada
os que estão sentadinhos... na **privada**?

Agenda

Avante!
Ano 53 – Série VII
N.º 641
10 de Abril de 1986
4.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Os comunistas no trabalho autárquico

Lisboa
sábado, 12, Voz do Operário

Viseu
domingo, 13, Escola de Enfermagem

Quinta 10

• **AMADORA**
Plenário da célula da Fiat/Amadora. «O Partido e a sua história; a situação política actual» – debate co a participação do camarada **Carlos Aboim Inglez**. Entrega dos cartões 86/87. Às 18.45, no CT da Amadora.

Sexta 11

• **PORTO**
Reunião de quadros, preparatória da I Assembleia do Sector Intelectual do Porto do PCP (a realizar em Novembro). Às 21.30 no CT da Boavista.

• **ALHOS VEDROS**
Plenário de militantes para discussão da situação política e social, com a participação do camarada **Dias Lourenço**. Às 21.30 no Centro de Reformados.

• **MOITA**
Com a participação do camarada **Valdemar Santos**, da DORS, encontro para discussão da situação política e social. Às 21.00.

• **SARILHOS PEQUENOS**
Reunião para discussão da situação política e social. Às 21.30.

• **LISBOA**
Plenário dos camaradas das empresas da Construção Civil (OLL), para discussão da situação política e social no sector, do 25 de Abril e do 1.º de Maio. Às 19.30, no CT Vitória.

Sábado 12

• **LISBOA**
Encontro da OLL sobre o trabalho autárquico: linhas e objectivos de trabalho no início deste mandato, organização e trabalho dos comunistas. Com a participação de eleitos na cidade de Lisboa e de quadros com responsabilidades de direcção nesta frente de trabalho. Participação e intervenção final de **José Casanova**. A partir das 10 horas no Pavilhão Gulbenkian da Voz do Operário.

Encontro de militantes do sector da Hotelaria e Turismo de Lisboa: balanço da actividade do sector de 1985, tarefas em curso, objectivos e métodos de trabalho. Das 15.30 às 17.00 no CT da Duque de Loulé.

• **ERMESINDE**
III Assembleia da Organização da Freguesia de Ermesinde. Sob o lema «Melhorar a organização para intensificar a actividade». A partir das 15.30 no CT de Ermesinde.

• **BAIXA DA BANHEIRA**
Para discussão da situação política e social, reunião na colectividade «Os Alentejanos». Às 15.00. No final, projecção de um filme.

• **ALMEIRIM**
A partir das 14.30, porta-a-porta para entrega de cartões.

• **RIACHOS**
Assembleia da Organização do PCP da Freguesia de Riachos. Às 21.00.

• **PEGO**
Debate sobre política energética e centrais a carvão, com a participação do eng. Rui Moura. Às 21.00, na Casa do Povo.

Domingo 13

• **PORTO**
Assembleia de quadros da Organização Regional do Porto: situação política e tarefas do Partido, com destaque para as questões de organização e fundos. Entre as 10.00 e as 18.30 no CT da Boavista.

• **VALE DA AMOREIRA**
Plenário de militantes, para discussão da situação política e social. Às 15.30.

• **VALE DE CAVALOS**
Almoço-convívio nas instalações da UCP «15 de Outubro» com a participação do camarada **Álvaro Brasileiro**. Às 13.00.

• **VISEU**
Encontro de eleitos nas autarquias do distrito e de outros quadros com responsabilidade no trabalho de direcção. No Auditório da Escola de Enfermagem de Viseu, a partir das 10.00, com a participação dos camaradas **Carlos Costa** e **Jaime Serra**.

Segunda 14

• **LISBOA**
«O 27.º Congresso do PCUS e outros aspectos da situação internacional e da luta pela paz» – plenário de militantes dos Sectores Intelectuais da OLL, com a participação do camarada **Albano Nunes**. Às 21.30, CT Vitória.

Porto
domingo, 13, CT Boavista

Assembleia de Quadros da ORP

Situação política
Organização
Fundos

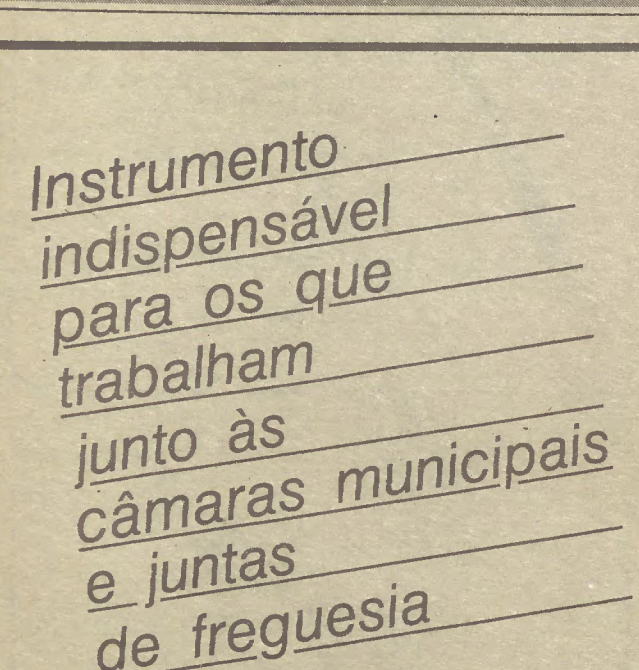
ANTOLOGIA

SERRE, Claude — *Francês (1938-)*

Instrumento indispensável para os que trabalham junto às câmaras municipais e juntas de freguesia

editorial CAMINHO

Almanaque do Poder Local 1986



A intenção que presidiu à criação do Almanaque do Poder Local mantem-se como uma meta da qual cada edição anual estará mais próxima. Pode-se definir sinteticamente como sendo a entrega aos que trabalham junto às autarquias de um instrumento útil que levanta pistas para o conhecimento de questões essenciais entrecruzadas no universo global do Poder Local.

As matérias abordadas compõem a vasta gama de informações indispensáveis à elaboração de um programa de trabalho dos órgãos autárquicos. Apesar da dificuldade de tratamento homogéneo de questões jurídicas ou do desporto, de gestão dos recursos financeiros ou da animação cultural, o Almanaque do Poder Local lançou neste primeiro número a ideia e, ao mesmo tempo o desafio, do tratamento equilibrado das grandes questões de interesse para os que trabalham junto aos órgãos autárquicos.

TV O Programa

Quinta 10

RTP1

11.00 — **Artistas Portugueses**
11.30 — **Espaço 11/13**
12.30 — **Telenovela** – «Vereda Tropical», 4.º Epis.
13.15 — **Jornal da Tarde**
13.35 — **Ciclo Preparatório TV**
18.00 — **Sumário**
18.05 — **Tempo dos Mais Novos**
18.45 — **País, País**
19.15 — **Desporto**
19.55 — **O Livro Grande de Petete**
20.00 — **Telejornal**
20.30 — **Boletim Meteorológico**
20.35 — **Telenovela** – «Corpo a Corpo», 23.º Epis.
21.15 — **Europa**
21.45 — **México/86** (5.º Programa)
22.15 — **Série** – «As Aventuras de Sherlock Holmes»
23.10 — **24 Horas**
23.35 — **Remate.**

RTP2

19.30 — **Notícias**
19.35 — **Desenhos Animados**
20.00 — **Conheça Melhor**
20.30 — **Série** – «A Família Vialhe»
21.30 — **Notícias.**

Sexta 11

RTP1

11.00 — **Gente Singular**
11.30 — **Espaço 11/13**
12.30 — **Telenovela** – «Vereda Tropical»
13.15 — **Jornal da Tarde**
13.35 — **Ciclo Preparatório TV**
18.00 — **Sumário**
18.05 — **Tempo dos Mais Novos**
18.45 — **País, País**
19.15 — **«Follow Me»** – (Curso de Inglês – 20.º programa)
19.55 — **O Livro Grande de Petete**
20.00 — **Telejornal**
20.30 — **Boletim Meteorológico**
20.35 — **Telenovela** – «Corpo a Corpo»
21.15 — **Série** – «Guerra e Paz», último episódio
22.00 — **Série** – «Sarilhos com Elas»
22.05 — **24 Horas**
23.30 — **Remate.**

RTP2

19.30 — **Notícias**
19.35 — **Desenhos Animados**
20.00 — **Enquanto é Tempo**
20.30 — **Adágio**
21.00 — **Viagem pelo Teatro**
21.30 — **Notícias**
21.35 — **Directo/2**
22.30 — **Últimas Notícias.**

Sábado 12

RTP1

11.30 — **Sumário**
11.35 — **Tempo dos Mais Novos**
13.00 — **Sumário**
13.10 — **Tempo dos Mais Novos** – «Jornalinho»
14.00 — **Revista de Touros**
15.00 — **A Televisão dos Outros**
17.00 — **Marretinhas**
17.30 — **Série** – «Fama»
18.30 — **Vamos Musicar**
19.10 — **Parlamento**
19.45 — **Totoloto**
20.00 — **Telejornal**
20.50 — **Boletim Meteorológico**
21.00 — **Aplauso** – Gladys Knight e The Pips: música *soul* num concerto gravado há anos na Holanda
22.00 — **Série** – «Dinastia»
23.00 — **Últimas Notícias**
23.05 — **Sábado Especial** – «No Calor da Noite» (EUA), real. Norman Jewison, interpr. Sidney Poitier, Rod Steiger.

RTP2

14.30 — **Troféu**
19.45 — **Totoloto**
20.00 — **No Ventre da Música**

«No Calor da Noite» – *sábado, 12, RTP-1*

Gladys Knight e «The Pips» *sábado, 12, RTP-1*

20.30 — **Animação** – Programa de Vasco Granja – «A Beleza e a Tragédia de Narciso», de Norman McLaren
21.00 — **Raízes** – último programa da série, dedicado a Yannis Ritsos, que durante décadas combateu pela liberdade do seu povo e é considerado o maior poeta vivo da Grécia
22.00 — **Cristo Parou em Eboli** – última parte da adaptação do livro autobiográfico de Carlo Levi, realizada por Francesco Rosi e interpretada por Gian Maria Volonté.

Domingo 13

RTP1

10.30 — **Sumário**
10.35 — **Missa Dominical**
11.30 — **70 Vezes 7**
12.00 — **Tempo dos Mais Novos**
13.00 — **Sumário**
13.05 — **TV Rural**
13.30 — **Tempo dos Mais Novos**
15.30 — **Sessão da Tarde** – «Herança do Mal» (western), real. Chris Nyby
17.30 — **Clube Amigos Disney**
18.50 — **Top Disco**
19.45 — **Como, Quem, Porquê?**
20.00 — **Telejornal**
20.30 — **Boletim Meteorológico**
20.35 — **Crónicas de Bem Dizer**
21.00 — **O Homem na Dança** (2.º Programa)
22.00 — **Domingo Desportivo**
23.00 — **Últimas Notícias.**

RTP2

12.30 — **Automobilismo** – Grande Prémio de Espanha de Fórmula 1
14.30 — **100 Grandes Quadros**
14.45 — **O Som da Malta** – programa de encerramento desta série de espectáculos produzidos pela RDP-Antena 1 em 1985
16.00 — **Tempo dos Mais Novos**
16.30 — **Videopólis**
17.00 — **Pare, Escute, Olhe**
17.30 — **Jazz para Todos**
18.00 — **Adágio**
19.00 — **Romanceiro**
19.30 — **Novos Horizontes**
20.00 — **Nós Por Cá**
20.45 — **Telefilme** – «Celeste».
20.30 — **2.ª Volta**
21.00 — **Zoom**
21.30 — **Notícias**
21.35 — **Espaço Jazz** – James Cotton no Forum de Los Angeles
23.15 — **Últimas Notícias.**

Segunda 14

RTP1

11.00 — **Portugal Romano**
11.30 — **Espaço 11/13**
12.45 — **Telenovela** – «Vereda Tropical»
13.15 — **Jornal da Tarde**
13.35 — **Ciclo Preparatório TV**
18.00 — **Sumário**
18.05 — **Tempo dos Mais Novos**
18.45 — **País, País**
19.15 — **Romanceiro**
19.50 — **O Livro Grande de Petete**
19.55 — **Boletim Meteorológico para a Agricultura**
20.00 — **Telejornal**
20.30 — **Boletim Meteorológico**
20.35 — **Direito de Antena**
20.50 — **Telenovela** – «Corpo a Corpo»
21.15 — **Concurso 1, 2, 3** – Tema «Charlot»
23.15 — **24 Horas**
23.40 — **Remate.**

RTP2

19.30 — **Notícias**
19.35 — **Desenhos Animados**
20.00 — **Madeira** – Da Lenda à Realidade

Terça 15

RTP1

11.00 — **Conheça Melhor**
11.30 — **Espaço 11/13**
12.45 — **Telenovela** – «Vereda Tropical»
13.15 — **Jornal da Tarde**
13.35 — **Ciclo Preparatório TV**
18.00 — **Sumário**
18.05 — **Tempo dos Mais Novos**
18.45 — **País, País**
19.15 — **Trânsito**
19.55 — **O Livro Grande de Petete**
20.00 — **Telejornal**
20.30 — **Boletim Meteorológico**
20.35 — **Telenovela** – «Corpo a Corpo»
21.15 — **Programa da Direcção de Informação**
22.15 — **Estranhos Poderes**, 3.º Epis.
22.45 — **24 Horas**
23.10 — **Remate.**

RTP2

19.30 — **Notícias**
19.35 — **Desenhos Animados**
20.00 — **Videopólis**
20.30 — **Falar de Macau**
21.00 — **Sessão das Nove** – «Amor Impossível», real. Claude Miller (França/1977)
22.30 — **Últimas Notícias.**

Quarta 16

RTP1

11.00 — **Terras Escondidas** – Miranda do Corvo
11.30 — **Espaço 11/13**
12.45 — **Telenovela** – «Vereda Tropical»
13.15 — **Jornal da Tarde**
13.35 — **Ciclo Preparatório TV**
18.00 — **Sumário**
18.05 — **Tempo dos Mais Novos**
18.45 — **País, País**
19.15 — **Telemundo**
19.55 — **O Livro Grande de Petete**
20.00 — **Telejornal**
20.30 — **Boletim Meteorológico**
20.35 — **Direito de Antena**
20.36 — **Vamos Jogar no Totobola**
20.40 — **Telenovela** – «Corpo a Corpo»
21.30 — **Noite de Cinema** – «Detectives a Cem à Hora», real. David Gronenberg (EUA/1978)
23.15 — **24 Horas**
23.40 — **Remate.**

RTP2

19.30 — **Notícias**
19.35 — **Desenhos Animados**
20.00 — **Pare, Escute, Olhe** – O Largo do Carmo, em Lisboa
20.30 — **O Mundo do Barroco**
21.25 — **Notícias**
21.30 — **Foi Êxito na TV**
22.30 — **Últimas Notícias.**

tema de «1, 2, 3» — 2.ª feira, RTP.

Cinema

A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	África Minha	★★★★	—	★★★	★★★	—
B	Cotton Club	★★★★★	★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
C	Encontro	★★	★★★	★★★	—	★★★
D	Era Uma Vez na América	★★★★	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
E	História de Piera	—	★★	★	★★	★
F	Noites de Lua Cheia	★★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
G	Regresso ao Futuro	★★	★★	★★	—	★★
H	Rumble Fish – Juventude Inquieta	★★★★★	★★★	★★★★	★★★★	—

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Sidney Pollack – **Alfa/1** (15.15, 21.15, 00.15), **Amoreiras/1** (15.15, 18.15, 21.15, 00.15), **S. Jorge/1** (15.00, 18.15, 21.30) – **Lisboa; Foco** (14.15, 16.30, 18.45, 21.30), **S. João** (14.15, 16.30, 18.45, 21.45) – **Porto**.

B — Real. Francis Ford Coppola – **Alfa/Clube** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) – **Lisboa**.

C — Real. André Téchiné – **Las Vegas/2** (De 2.ª a 6.ª/15.30, 18.30, 21.30; Sáb. e dom./14.00, 16.30, 19.00, 21.45), **Quarteto/2** (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) – **Lisboa**.

D — Real. Sérgio Leone – **Berna** (15.00, 21.00), **Mundial** (15.00, 21.00), **Roma** (15.00, 21.00) – **Lisboa**.

E — Real. Marco Ferreri. **Quarteto/3** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) – **Lisboa**.

F — Real. Eric Rohmer – **Estúdio 444** (18.30, 21.30, **Quarteto/1** (14.30, 16.45, 19, 21.30) – **Lisboa**.

G — Real. Robert Zemeckis. **S. Jorge/2** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) – **Lisboa**.

H — Real. Francis Ford Coppola – **Apolo 70** (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00), **Quarteto/4** (14.00, 16.00, 18.00, 19.45, 21.30) – **Lisboa; Stop/2** (14.00, 16.30, 19.00, 21.45) – **Porto**.

Teatro

O Cartaz

• LISBOA

Casa da Comédia, R. Francisco Borja, 24. De 3.ª a sáb./ 21.45, dom/ 16.00. **Quase Por Acaso Uma Mulher**, de Dario Fo, enc. Castro Guedes.

Casa dos Tabuenses, R. Poiais de S. Bento, 75. De 5.ª a sáb./21.45. **Tutankamon e a sua Rainha**, de Adolfo Gutkin, enc. Isabel Pacheco — Grupo de Teatro Maizum.

Comuna-Sala Nova, Pç. de Espanha. De 3.ª a sáb./ 21.30, dom./ 17.00. **Calígula**, de Albert Camus, enc. João Mota. – **Sala 2**. Dias 10, 11 e 12/ 21.45, dia 13/ 16.00. **Falatório do Ruzante**, de Angelo Beolco, enc. Fernando Mora Ramos – Teatro da Rainha (Caldas da Rainha).

Nac. D. Maria II — Sala Garrett. De 3.ª a sáb./ 21.30, dom./16.00. **D. João**, de Molière, enc. Jean-Marie Villégier. — **Sala Experimental**. De 3.ª a sáb./ 21.45, dom./ 16.30. **E o Godot Sempre Chegou!**, de Alexandre Pastor, enc. Armando Cortez (até 20/4).

Teatro da Graça, Trav. S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb./21.00, dom./16.00. **Bem-Vindo Sr. Sloane**, de Joe Orton, enc. Carlos Fernando – Grupo de Teatro Hoje.

Teatro Ibérico, R. de Xabregas, 54. De 3.ª a sáb., às 21.30, Dom., às 17. **Bodas de Sangue**, de Federico Garcia Lorca, enc. Blanco Gil.

Teatro Vasco Santana, Entre Campos (Feira Popular). De 3.ª a sáb./ 21.30, dom./ 16.00. **Cesário Quê?**, texto e encenação de Luzia Maria Martins – Teatro-Estúdio de Lisboa.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a Sáb./21.30, Dom. 16.00 e 21.30. **Pouco Barulho**, de Michael Frayn, enc. Varela Silva.

Variedades, Pq. Mayer. De 3.ª a dom./21.45, sáb./16.00. **Um Coronel em Dois Actos**, adapt. Francisco Nicholson, enc. Varela Silva.

• PORTO

Espaço Barredo, R. do Barredo, 3 (Ribeira). De 3.ª a dom./ 21.45. **Eróstrato**, de Pedro Barbosa, enc. Júlio Cardoso — Seiva-Trupe.

Teatro do Campo Alegre, R. do Campo Alegre. De 3.ª a Dom./ 21.45; Dom. e feriados / 16.00. **Os Amorosos da Foz**, de Camilo Castelo Branco, enc. Norberto Barroca – Seiva Trupe.

• SETÚBAL

TAS – Teatro de Bolso. 6.ªs e sáb./ /21.30, dom./16.30. **Jogo de Loucos**, de Michel Viala, enc. Domingos Semedo.

Para crianças

• LISBOA

Comuna-Sala 1, Praça de Espanha. Sáb e dom/17.00. **Cárie e Bactéria nos Dentinhos do João**, de T. Egner – Grupo Mimo-Dança. **Sala 2**, 6.ªs e Sáb./21.30, sáb e dom./15.00. **Nós de um Segredo**, sobre textos tradicionais portugueses – Grupo o Bando.

Salão das Furnas, R. Raul Carapinha. Sáb./16.00, dom./11.00. **Bola de Sabão** – Grupo Os Papa Léguas.

TIL, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). **Galileu, Contador de Estrelas**, de José Jorge Letria. Sáb. e dom./16.00.

Exposições

Ahmed Ismael, «Momentos Fotográficos». Sociedade de Língua Portuguesa, R. de S. José, 41, 2.º-Dt.º. De 2.ª a 6.ª/13.00 às 19.30 (até 12/4).

Arte Postal, Soc. Língua Portuguesa, R. S. José, 41, 2.º (até 10/5).

Artécnica, (50.º aniv. da Sociedade Tipográfica, Lda.) SNBA, R. Barata Salgueiro. De 2.ª a sáb./14.00 às 20.00.

Arthur Luís Piza, (Itália), pintura e gravura. Gal. 111, Campo Grande, 113-A. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb./10.00 às 13.00.

Azulejos, «5 Séculos do Azulejo em Portugal». Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 20.00, sáb. e dom./12.00 às 22.00.

Bárbara Guerreiro, pintura. SNBA, R. Barata Salgueiro. De 2.ª a sáb./14.00 às 20.00 (até 13/4).

BD Boom, Banda Desenhada Francesa: «A Arquitectura na BD». Gulbenkian – Gal. de Exposições Temporárias do CAM. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00.

BD Boom, Banda Desenhada Francesa: os novos gráficos e as novas tecnologias. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91 (até 24/4).

BD Boom, Banda Desenhada Francesa: «Figuração Livre»/pintura e roupas na BD. Palácio Foz, Restauradores, das 14.00 às 20.00 (até 20/4).

Brinquedos em lata e madeira do arq. Virgínio Coutinho. Museu Nacional do Traje, Lg. Monteiro-Mor. De 3.ª a dom./10.00 às 13.00 e 14.30 às 17.00 (até 31/7).

Carlos Calvet, pintura. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167. Das 10.00 às 17.00.

Colectiva, «Arte do Princípio do Século» (Malhoa, Teixeira Lopes, etc.). Gal. Fonte Nova, Estr. Benfica, 503. Das 10.00 às 24.00 (até 11/4).

Colectiva, «Fábula». Gal. dos Arcos da ESBAL, Chiado. De 2.ª a 6.ª/15.00 às 19.00 (até 18/4).

Colectiva, «Lusitânia Expresso», pintura e escultura (os autores que vão estar na ARCO 86/Madrid). Gal. Novo Século, R. do Século, 23-A. De 2.ª a sáb./14.00 às 20.00 (até 24/4).

Daniel Nave, pintura. Gal. Altamira, R. Filipe Folque, 48. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 19.30; sáb./10.00 às 13.00 (até 16/4).

Ernesto de Sousa, «Esse Ouro Dantes». Gal. Quadrum, R. Alberto Oliveira/52 – Coruchéus (até 12/4).

Escultura Africana em Portugal. Museu de Etnologia, Av. da Madeira (ao Restelo. De 3.ª a dom./10 às 12.30 e 14 às 17.

Fala Mariam, pintura. SNBA, R. Barata Salgueiro, 36. Das 14.00 às 20.00 (até 15/4).

Fernando Curado de Matos, fotografias de jazz. Hot Clube de Portugal, Pç. da Alegria, 39.

Isabel Augusta, pintura. SNBA, R. Barata Salgueiro. De 2.ª a sáb./14.00 às 20.00 (até 20/4).

Joana Rosa, jóias (metais pobres). Museu Nac. do Traje, Palácio Monteiro-Mor, ao Lumiar. De 3.ª a dom/10.00 às 13.00 e 14.30 às 17.00.

João Monsanto, desenho (BD). Varandinha de Alfama, Beco da Corvina (até 28/4).

Jacques Pajak, (Suíça), pintura e desenho. Gal de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00.

O Jornalismo Argentino Hoje. Das 10.00 às 20.00, até 15/4. Palácio Foz (até 15/4).

José Câmara Pereira, «Empatia». Gal. Diferença, R. S. Filipe Nery, 42, 1.º. De 3.ª a 6.ª/15.00 às 20.00, sáb. e dom./16.00 às 19.00 (até 12/4).

Luís Camacho — «Sistema», pintura. Gal. Leo, Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a sáb./15.00 às 19.00 (até 12/4).

Maria do Céu Guitart, «Transfigurações do Real», fotografia. Atrium da Imprensa, R. da Horta Seca, 20. De 2.ª a 6.ª/10.00, às 20.00 (até 10/4).

Moreira Santos, escultura. Stuart, R. Filipe Folque, 49. De 2.ª a sáb./17.00 às 24.00 (até 24/4).

Obras Literárias Cabo-verdianas. Ass. Cabo-verdiana, R. Duque Palmela, 2.º, 8.º (até 13/4).

Otto H. Hajek, «Iconografias, Sinais, Praças Públicas, Quadros». Instituto Alemão, Campo Mártires da Pátria, 36-37. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 13.00 e 14.00 às 18.00 (até 18/4).

Paiva Raposo, pintura. Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb./10.00 às 13.00 (até 30/4).

Pedro Cabrita Reis, pintura. Gal. Cómicos, R. Ten. Raúl Caiscais, 1-B. De 2.ª a sáb./15.00 às 20.00 (até 3/5).

Pedro Portugal, pintura. Gal. Módulo, Av. António Augusto de Aguiar, 56, 5.º-Dt.º. De 2.ª a sáb./16.00 às 20.00 (até 30/4).

Pedro Proença, pintura. Livraria Bertrand, Chiado. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00 (até 24/4).

Valente Alves, «Primitivos», pintura. Clube 50, R. S. Mamede ao Caldas, 9, 1.º. De 3.ª a 6.ª/17.30 às 20.30, sáb./15.00 às 20.00 (até 16/4).

Arte Popular Ucraniana, peças do Museu Estatal de Arte Decorativa Popular de Kiev. Até 21/4, Cooperativa Árvore PORTO.

Artistas do Norte de Portugal», Museu Nac. Soares dos Reis, R. D. Manuel II PORTO.

Augusto Pinheiro, pintura. Gal. Vantag, R. Júlio Dinis, 764, 1.º (até 15/4) PORTO.

Colectiva, de desenho. Souza-Cardoso Almada, Abel Salazar, Eduardo Viana, Pavia, D'Assumpção, José Rodrigues, Cargaleiro, Lima de Freitas, Dordio Gomes, etc. Gal. Alvarez, Av. Boavista 1466 (até 10/4) PORTO.

«Os Nossos Anos 20», colectiva de artistas dos anos 20: de Almada e Eduardo Viana a Stuart Carvalhais, Jorge Barradas, Bernardo Marques, Gal. Nasoni, R. Gal. Paris, 80. De 3.ª a 6.ª/10.00 às 12.30 e 15.30 às 19.30, sáb. e dom./15.30 às 19.30. PORTO.

Ruth Rosengarten, pintura. Gal. Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2.ª a sáb./16.00 às 20.00 (até 30/4) PORTO.

Pedro Soares, «Palcodecor», fotografias de teatro. Academia Almadense, R. Capitão Leitão, 64. ALMADA.

Ingo Kuhl, pintura. Centro Cultural de S. Lourenço. ALMANSIL.

Cruz Oliveira, pintura. De 3.ª a dom./15.00 às 20.00 (até 20/4), Casa Museu dos Patudos ALPIARÇA.

João do Carmo, desenho e pintura. De 4.ª a 2.ª/16.30 às 21.00, Birre Centro CASCAIS.

Colchas de Castelo Branco, de 3.ª a dom./10.30 às 12.30 je 15.00 às 19.00. Museu Tavares Proença J.or CASTELO BRANCO.

António Joaquim, pintura. Das 15.00 às 24.00, (até 20/4). Gal. de Arte do Casino ESTORIL.

Carlos Lança, pintura. Museu de ÉVORA.

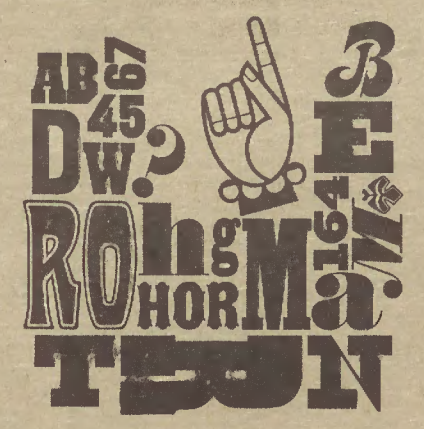
Novos Escultores, selecção de obras do concurso promovido pelo Centro Cultural de Évora. Teatro Garcia de Resende ÉVORA.

Humberto Marçal, gravura. Das 14.00 às 20.00. Casa Municipal de Cultura. (até 20/4) FAFE.

Movimento Operário, do distrito de Setúbal na Imprensa – exposição itinerante organizada pela Associação dos Municípios do Distrito de SETÚBAL.

Roque Gameiro e **Carlos Ganhão**, pintura. Pousada de S. Filipe, Castelo de S. Filipe, das 12.00 às 22.00 (até 18/4). SETÚBAL.

Vítor Pomar, «Estudo para um Monumento ao Nomadismo», escultura. Até 16/4, Casa das Artes. TAVIRA.



Sebastião Rodrigues na SNBA

...e ainda

Música, debates, etc.

Música

Temporada Gulbenkian 86

Concertos pela **Orquestra Gulbenkian**, direcção do maestro **Manuel Ivo Cruz**, solista **Nella Maissa**, piano. Obras de Marcos Portugal, Liszt, César Franck — Quinta-feira, dia 10. 21.30, e sexta, dia 11, 18.30, no **Grande Auditório** Gulbenkian. Preços: 300$00 a 500$00.

Barbara Hendricks, soprano, com Ralf Gothoni ao piano. Obras de Schubert e Richard Strauss — Terça-feira, dia 15, 18.30, no **Grande Auditório**. Preços: de 600$00 a 900$00.

Coro Gulbenkian, direcção do maestro **Michel Corboz**. Obras de Poulenc, Duruflé e Gounod («Missa Coral») — Quarta-feira, dia 16, 18.30, no **Grande Auditório**.

Concerto de órgão por **Antoine Sibertin-Blanc**. Obras de Carlos Seixas, J. S. Bach, César Franck, Messiaen, etc. — Domingo, dia 13, 16.30, na **Sé Patriarcal** de Lisboa.

Concertos à Hora do Almoço na Sala Polivalente do CAM, sempre às 13.00: **Paulo Gaio Lima**, violoncelo, **Carla Seixas**, piano — quinta-feira, 10; **Choral Phydellius**, maestro José Robert — sábado, 12; **António Wagner Diniz**, barítono, **José Bon de Sousa**, piano — terça-feira, 15. Entrada livre.

Jazz

O **Sexteto de Jazz de Lisboa** e o **Sexteto Shis** em dois concertos esta semana no Porto e em Coimbra. **Amanhã**, sexta, às 21.30, Auditório Carlos Alberto no **Porto: hoje**, à mesma hora, no Teatro Gil Vicente em **Coimbra**.

Jazz também no Hot Clube de Portugal, em **Lisboa**: hoje, amanhã e depois, às 22.30 e 00.30 como habitualmente.

Teatro S. Luiz

A **Orquestra Sinfónica Juvenil**, sob a direcção do maestro **Christopher Bochmann**, solista **Joel Bello Soares**, pianista brasileiro, para interpretar uma peça «de eleição»: o Concerto n.º 3 para Piano e Orquestra, de Beethoven. Obras, ainda, de Copland e Brahms. Na sexta, dia 11, às 21.30.

Entrada gratuita, mediante bilhetes a levantar na bilheteira do S. Luiz a partir das 14 horas do dia do concerto.

Fausto no Coliseu

Finalmente em Lisboa **O Despertar dos Alquimistas,** espectáculo já apresentado em Coimbra e Porto, com o Fausto deste e de outros discos e uma colaboração especial: a da Orquestra Sinfónica da RDP sob direcção do maestro Leonardo de Barros. Com Fausto vão estar ainda os seus habituais companheiros de muita música: Eduardo Pais Mamede, Ruís Luís Pereira, João Lucas, José Marreiros, Pedro Casaes, André Sousa Machado e Pedro Molina.

Amanhã, dia 11, e sábado, 12, às 22 horas, no Coliseu dos Recreios.

Outros concertos em Lisboa

Na Cervejaria Trindade, da série «Histórias da Música à Mesa da Trindade» comemorativa do seu 150.º aniversário, esta semana – hoje, entre as 18.30 e as 19.30 – «O Violino e as suas Vozes», com **Vasco Barbosa**, violino, e **Grazi Barbosa**, ao piano. Entrada livre. A cerveja que se bebe (e paga...) vale bem uma 1 hora de música, os lindíssimos painéis de azulejo e o espectáculo do marisco na vitrina...

Amanhã, na Sociedade de Língua Portuguesa (R. S. José, 41, 2.º), concerto pelo **Coro Polifónico de Almada**, direcção do maestro Simão Barreto.

Cinema

Do **ABC-Cine Clube de Lisboa** duas sessões: hoje, 5.ª feira, às 18.45, no cinema Londres (Av. de Roma), do ciclo «Filmes do Fantasporto», **Amor e Sangue,** de Paul Verhoeven (EUA/1985); 3.ª feira, às 18.30, na Soc. Portuguesa de Autores, **La Ferdinanda,** de Rebecca Horn (Ciclo «Novo Cinema Alemão»-I).

Em **Coimbra**, Teatro Gil Vicente, um filme importante, integrado num ciclo a decorrer, «O Cinema e a Comunicação Social». Trata-se de **O Monstro na Primeira Página**, realizado em 1973 por Marco Bellochio (Itália), com Gian Maria Volonté. Sábado, 12, às 15.30, preço 100$00.

Ainda de Cinema e Comunicação Social trata um outro filme importante a exibir na sexta-feira, dia 11, pelo Cine-Clube de Viseu: **Escândalo na TV** («Network»), de Sidney Lumet/1976.

JCP Café-concerto

Pelo Ano Internacional da Paz e a lembrar Gagarine, que há 25 anos — faz sábado, 12 de Abril — foi o primeiro homem a passear no espaço e a mandar do Cosmos para a Terra uma mensagem de Paz (e, porque não?, a lembrar também Picasso, que noutro Abril, há 13 anos, escreveu pela última e milionésima vez a palavra PAZ).

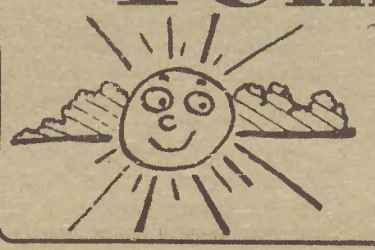
Dias para festejar — os jovens comunistas fazem-no com alegria. Por isso, um café-concerto na Voz do Operário, em **Lisboa**, a partir das 21.30, com surpresas que a JCP não quis desvendar (!!!) e um outro na **Damaia**, na sede do MDP/CDE, à mesma hora. Ambos no sábado.

BD — Boom!

Anunciada como «grande manifestação cultural» à volta da Banda Desenhada Francesa e organizada pelos Serviços Culturais da Embaixada de França, a **BD Boom** desenvolve-se em espaços e actividades vários. Em «Exposições», nesta página, as exposições; mas também há concursos, conferências, *ateliers* de iniciação à banda desenhada. E projecções de filmes de animação — nomeadamente no Centro de Arte Moderna da Gulbenkian, com entrada livre (hoje e sábado às 18.30, amanhã às 10.30 e 15.00, domingo às 15.00 e às 17.00) e no Instituto Franco-Português, onde hoje às 15.00 e às 18.30 passará «Astérix».

Tempo

Fim de Semana



É a seguinte a previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica: no **sábado,** céu geralmente pouco nublado, vento fraco a moderado de Sul, neblina matinal, pequena subida da temperatura; no **domingo,** céu geralmente muito nublado, vento fraco a moderado de Sueste, subida das temperaturas mínimas.

Variedades & utilidades

Terrorismo e provocação na política da direita *(conclusão)*

O incêndio do Reichstag

Um aspecto particular é sublinhado por Gisevius na sua análise do depoimento de Rall: os factos descritos coincidem integralmente com as conclusões dos peritos sobre as condições em que se teria desenrolado o incêndio do Reichstag. A única alteração é nos protagonistas: não os «vermelhos» inventados pela polícia nazi, mas o grupo SA de que o próprio Rall fazia parte.
Trata-se de um aspecto que reforça a inteira verosimilhança das declarações e a que se acrescenta um outro: Rall fala apenas do que viu e daquilo em que directamente participou. Não se perde em especulações ou insinuações, as suas palavras têm a autenticidade de quem fala de factos que directamente conhece e só desses.

E é esta concisão que transparece igualmente no resumo que Gisevius faz do relato de Rall quanto ao dia do incêndio propriamente dito.

«No dia do incêndio, as movimentações começaram ao fim da tarde. O primeiro objectivo foi uma drogaria situada no norte da cidade. O droguista pertencia há muito ao partido, era inteiramente dedicado às SA, o que quer dizer muita coisa. Além de que conhecia perfeitamente o seu negócio, do lado técnico e do lado financeiro. Nessa tarde, de novo se "portou à altura".

«Mas para grande espanto dos SA, desta vez o precioso produto que lhes foi entregue não passava de um pequeno recipiente cúbico que facilmente dissimularam nos grandes sacos que utilizavam para transportar jornais. O droguista devia saber o que estava a fazer.

«Por volta das seis horas chegaram de carro ao palácio do presidente do Reichstag, situado em frente do edifício principal ao qual o liga uma passagem subterrânea. O grande número de automóveis estacionados fez a sua chegada passar despercebida. Rall não sabia se o porteiro estava também na jogada, se nesse momento se encontrava no seu posto ou se fora afastado por alguma "razão de serviço"; não prestara atenção a esse pormenor.»

Oito homens

Prossegue Gisevius:

«Desceram imediatamente para a cave, mas aí tiveram que aguardar algum tempo até que o sinal combinado fosse dado. Possivelmente alguém verificaria lá em cima se o caminho estava livre. Pouco depois, Karl Ernst desceu. Heini Gewehr (...) anunciou que tudo estava pronto e Ernst, no meio de um monte de palavrões, ordenou-lhes que avançassem.

«A partir deste momento tudo se desenrolou em louca velocidade. Os nossos homens precipitaram-se pela passagem subterrânea de que tanto se falou, tomando cuidado para não fazerem muito barulho. Haviam contudo conservado as suas grossas botas da farda SA e não tinham tomado qualquer outra precaução como substituir os seus uniformes por roupa civil mais discreta ou, ao menos, dissimular as suas insígnias.

«Havia para isto uma boa razão. Segundo o plano traçado, não deveriam ser notados por ninguém no edifício deserto. Se o fossem — tinham ordens para se separar em três grupos, um de quatro homens para a sala das sessões e dois de dois homens cada para o restaurante e para a sala dos passos perdidos — simulariam ser inofensivos plantões desempenhando qualquer tarefa para o gabinete dos deputados nacionais-socialistas. Mas se fossem perigosamente interpelados, a ordem era atirar depressa. Seria melhor solução que traírem-se e, uma vez incendiado o Reichstag pelos comunistas, essas inocentes vítimas tornariam mais dramático o caso e mais odiosa a perversidade vermelha.

«Contudo, tudo marchou sobre rodas. Quase me envergonho de o dizer, mas o depoimento de Rall já terminou. Não houve a mais pequena complicação: os três grupos desincumbiram-se das respectivas tarefas e, satisfeitos, reencontraram-se na passagem subterrânea uma dezena de minutos mais tarde. Tudo terminara.

«Quando orgulhosamente se apresentaram a Karl Ernst não foram, desta vez, acolhidos com insultos, mas com calorosas palavras de reconhecimento. De novo lhes foi recomendada discrição e — o que era o mais importante para o nosso desgraçado — acenou-se-lhes com uma choruda recompensa. E é exactamente aqui que começa a tragédia de Rall! O pateta acreditou que iria realmente recebê-la. Quando, pelo contrário, foi expulso das SA alguns meses mais tarde (porque o seu cadastro se revelava excessivamente carregado, mesmo para um mercenário), decidiu arranjar doutra forma a merecida recompensa. Rall contava com a inércia da Justiça que não podia ser metida na ordem pelos nazis de um dia para o outro. De facto, havia ainda juízes que bem gostariam de o ter ouvido...

«Mas houve também Reineking para acelerar a sua viagem para o inferno.»

Van der Lubbe

No seu depoimento, Rall afirma que numa das reuniões preparatórias com Ernst fora referida uma outra operação paralela àquela de que seria protagonista. Nenhuns elementos foram dados e todas as perguntas afastadas com um enérgico «calem a boca».

O silêncio assarapantado de van der Lubbe durante todo o processo de Leipzig impediu que o resto da trama alguma vez fosse inteiramente desvendado, mas os factos falam por si.

Só a acção de um grupo equipado com produtos incendiários podia — como sucedeu — desencadear em vários pontos e com violência o imparável incêndio que destruiu o Reichstag. Os ridículos fósforos de van der Lubbe mais não conseguiriam que incendiar alguns reposteiros no curto período de tempo que mediou entre o alarme provocado pelo seu escalamento do edifício e a chegada dos bombeiros.

Mas de van der Lubbe não se esperava especial contribuição para o atear das chamas: isso cabia ao grupo dirigido por Heini Gewehr e de que Rall fazia parte e que dispunha do número e dos meios para um eficaz fogo posto.

Do pobre holandês ensandecido e meio cego, transformado num destroço humano vagueando nas orgias dos bandos de marginais das SA, esperava-se e incentivou-se uma loucura pirómana que o lançasse oportunamente nas mãos da polícia. A sua entretanto renegada adesão às incipientes juventudes comunistas holandesas forneceriam o pretexto para a grande «conspiração vermelha», para a «conspiração do comunismo internacional contra a Alemanha».

Os especialistas que se debruçaram depois da II Guerra sobre os documentos e fotos do processo de Leipzig afirmam que, além dos problemas psíquicos que toda a biografia indica, não é normal o comportamento de Lubbe durante as sessões do julgamento. É considerado certo que, desde que, alucinado e em tronco nu, se lançou para os braços dos agentes no meio do Reichstag a arder até que foi entregue ao carrasco, van der Lubbe deve ter sido sujeito a um verdadeiro banho de drogas e tranquilizantes que definitivamente o transformaram num farrapo mudo e abúlico. O nazismo viria a demonstrar que dispunha de médicos para todas as finalidades, incluindo muitos Mengele.

A propaganda

Desde 1933 que a opinião pública mundial teve como evidência a responsabilidade dos nazis na gigantesca provocação do incêndio do Reichstag. O papel de Goering como ministro das polícias à época, o essencial túnel que ligava o palácio onde, como presidente do parlamento, vivia e o edifício destruído pelas chamas e ainda o papel que desempenhou em Leipzig frente a Dimitrov lançaram sobre o chefe da Lüftwafe a fama da autoria de toda a operação.

Apoiado no depoimento de Rall, Gisevius discorda desta interpretação e afirma que, mais que Goering, o grande artífice foi Joseph Goebbels.

A questão tem apenas a importância dos pormenores históricos, a responsabilidade global é do nazismo. Contudo, a ligação de Goebbels a toda a provocação sublinha um pormenor de particular importância: o incêndio do Reichstag como qualquer outra provocação têm por si só reduzido valor para os provocadores. Servem elas essencialmente como pretexto para o funcionamento de uma máquina de propaganda que forneça a cobertura mistificadora a operações repressivas.

A parelha Goebbels/propaganda com Goering/repressão dá toda a dimensão às chamas dessa noite de Fevereiro de 1933. Goebbels imediatamente lança a máquina de propaganda na responsabilização dos comunistas pelo incêndio: Goering solta as polícias para a gigantesca vaga repressiva dessa madrugada contra o movimento operário, dando particular importância a um alvo: os jornais comunistas e social-democratas. Na noite de 27 para 28 de Fevereiro, todas as edições são apreendidas, as tipografias devastadas, tipógrafos e jornalistas encarcerados. A polícia de Goering assegurava à propaganda de Goebbels ficar sozinha em campo.

Epílogo

O epílogo da tragédia iluminada pelas chamas do Reichstag só viria doze anos depois e custaria à humanidade milhões de mortos. O caminho de morte e assassínio lançado pela besta monstruosa do nazifascismo incluiria também as suas próprias marionetas.

Rall acabaria estrangulado num bosque dos arredores de Berlim. Reineking, expulso das SA, seria encarcerado em fins de 1934 no campo de concentração de Dachau por «actividades contra a segurança do Estado». Alguns meses mais tarde o seu nome aparece numa lista de mortos: segundo um relatório da polícia enforcara-se com os suspensórios na sua cela...

Dos restantes membros do grupo de incendiários, só Heini Gewehr sobreviveu um pouco mais: dedicado oficial da polícia nazi, acabou abatido por guerrilheiros soviéticos na frente Leste.

Karl Ernst acabaria pouco após o processo de Leipzig. Na noite de 30 de Junho de 34, Hitler liquidava o «problema SA»: Röhm, Ernst, Heines e centenas de facínoras que haviam contribuído para levar o nazismo ao poder eram passados pelas armas pelos seus cúmplices das incondicionais SS de Himmler, nesse monstruoso massacre que passou à história como a «noite dos longos punhais».

Sabiam de mais. Também do incêndio do Reichstag.

■ **RC**

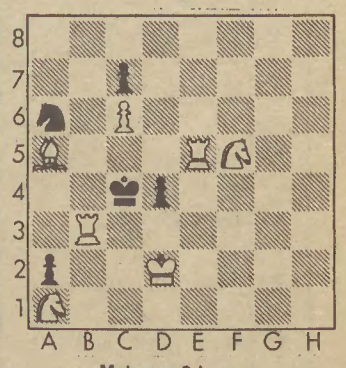
Xadrez

XLVII – 10 de Abril de 1986

PROPOSIÇÃO N.º 47

Por S. Hun
«Mgyar Sakkvilag», 1924
Pr. (4): Ps.a2,ç7, d4-Ca6-Rç4

Br.(7): Pç6-Cs.a1,f5-Ba5-Ts.ç3,é5--Rd2



Mate em 2 lances

JOGO N.º 47

Torneio dos Jovens Mestres
Tallin, 1986

Br. I. Glek – **Pr.F4 W. Maliskausas**

1. é4,ç5; **2.** Cf3,d6; **3.** d4,ç:d4; **4.** C:d4,Cf6; **5.** Cç3,a6; **6.** f4,é5; **7.** Cf3,Dç7; **8.** a4,Bé7; **9.** Bd3,Cbd7; **10.** 0-0, 0-0; **11.** Rh1,é:f4; **12.** B:f4,Cé5; **13.** Bg5,Bé6; **14.** C:é5,d:é5; **15.** B:f6,B:f6; **16.** T:f6,g:f6; **17.** Dh5,Rg7; **18.** Tf1,Th8; **19.** Dh4,Dé7; **20.** Cd5,B:d5; **21.** é:d5, Tad8; **22.** ç4,a5; **23.** Bé4,b6; **24.** b4,a:b4; **25.** a5,Td6; **26.** a:b6,T:d6; **27.** Dg3+, Rf8; **28.** Dé3,Tb8; **29.** ç5,h5; **30.** d6,Dé6; **31.** Dd3,b3; **32.** ç6,Tb4; **33.** Bf5,é4; **34.** B:é6,é:d3; **35.** ç7,Rg7; **36.** d7 e as pretas abandonam, dada a impossibilidade de impedir a promoção de um peão!

SOLUÇÃO DO N.º 47

Chave: 1. Bb6
1. ...,ç:b6; **2.** Cd6 mate
1. ..., d3; **2.** Cé3 mate
1. ..., C ad l., **2.** Tç5 mate

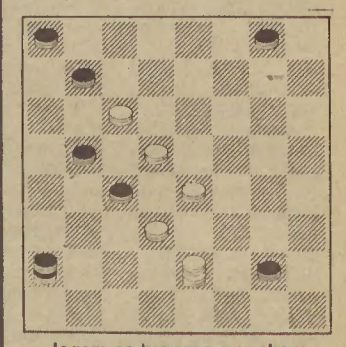
A. de M. M.

Damas

XLVII — 10 de Abril de 1986

PROPOSIÇÃO N.º 47

Por O.A.L.
«Matuto» n.º 35 de 8/XII/1951
Pr. 5-(8)-15-20-28-29-32
Br. (6)-11-14-19-23



Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 47

Campeonato Nacional – Fase Apuramento
Setúbal, 22/1/1983
Br. Medalha da Silva – **Pr.** Álvaro Martins

1. 11-15, 21-17; **2.** 7-11, 26-21; **3.** 10-14, 23-19; **4.** 14:23, 28:19; **5.** 9-13, 17:10; **6.** 5:23, 27: 20; **7.** 12-16, 31-18; **8.** 16:23, 28:12; **9.** 8:15, 32-28; **10.** 1-5, 28-23; **11.** 5-10, 21-18; **12.** 10-14, 30--27; **13.** 14:21, 25:18; **14.** 3-7,29-25; **15.** 11-14, 18:11; **16.** 7:14,22-18; **17.** 14:21, 25:18; **18.** 6-10, 23-20; **19.** 15--19, 18-14; **20.** 19-23, 14:5; **21.** 2:9, 27--22; **22.** 23-28, 22-19; **23.** 28-32=D, 19--15; **24.** 32-19; **15-11**; **25.** 19-15 G. Br.

GOLPE N.º 47

Por J. Smith, séc. XIX (II)

1. 10-14, 22-18; **2.** 5-10,23-20; **3.** 12--16, 20-15; **4.** 11:20, 24:15; **5.** 14-19, 18-14; **6.** 1-5, 21-18; **7.** 16-20, 25-21; **8.** 20-24, 21-17; **9.** 7-12, 14-11; **10.** 10--14? Perdente! J. Pr. G.

(Br. 2-3-4-5-6-8-9-12-14-19-24; Pr. 11-15-17-18-26-27-28-29-30-31-32- J. Pr. G.).

SOLUÇÕES N.º XLVII

N.º 47 (O.A.L.): 6-10, 15:6; 10:1, 8:22 ou 26; 1-10, 28:19; 10:3, 19:10; 3:16!+.

Golpe n.º 47 (J.S.): 10. ..., 18-13; **11.** 9:18, 11-7; **12.** 4:20, 28-23; **13.** 19:28, 32:7; **14.** 3:12, 31-28; **15.** 24:31=D, 17-13; **16.** 31:22, 26: 3=D+

A. de M.M.